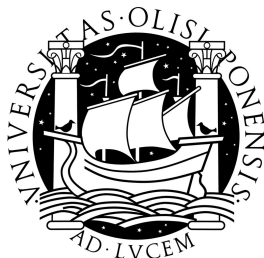


UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**GRANDES FORTUNAS EM SANTA
CATARINA ENTRE OS ANOS
DE 1850 E 1888**

Angelo Renato Biléssimo

MESTRADO EM HISTÓRIA DOS DESCOBRIMENTOS E DA
EXPANSÃO

2010

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**GRANDES FORTUNAS EM SANTA
CATARINA ENTRE OS ANOS
DE 1850 E 1888**

Angelo Renato Biléssimo

MESTRADO EM HISTÓRIA DOS DESCOBRIMENTOS E DA
EXPANSÃO

Dissertação orientada pelo
Prof. Dr. Sérgio Campos Matos

Coorientada pelo
Prof. Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso

2010

RESUMO

Procuramos neste trabalho mapear as dinâmicas da economia catarinense e a existência de variados níveis de riqueza na província, e sua presença na conjuntura brasileira, além de discutir as variadas formas de se definir uma “fortuna” na sociedade da época. Através deste tipo de questionamentos acreditamos ser possível investigar como se construíam os patrimônios e de que maneira as pessoas que os possuíam se relacionavam, buscando contar a história dessas pessoas e contribuir para aprofundar a discussão que se tem sobre as diversas relações sociais em Santa Catarina na segunda metade do século XIX. Assim sendo, organizamos o trabalho em quatro capítulos. No primeiro, temos como objetivo dialogar com a bibliografia já produzida sobre as dinâmicas econômicas e sociais no Brasil, e em especial em Santa Catarina. Buscamos apreender algumas posições historiográficas sobre o tema, de maneira a atingirmos uma melhor compreensão do funcionamento das estruturas nas quais se movimentavam as grandes fortunas de Santa Catarina, além de realizar um estudo sobre os antecedentes historiográficos das várias interpretações sobre os temas aqui discutidos. No capítulo seguinte, objetivamos executar uma sucinta, embora abrangente, introdução sobre os processos históricos que levaram à constituição da Santa Catarina do final do século XIX, além de buscar compreender mais profundamente questões sobre a demografia e a geografia da região. No terceiro capítulo, propomos a discussão sobre como se formou e como se davam alguns processos e dinâmicas econômicas e sociais daquela sociedade. Buscamos analisar aspectos da produção e comercialização de bens, produtos e serviços, além dos arranjos necessários ao funcionamento das relações sociais e econômicas de então. Temos como objetivo auxiliar na compreensão sobre o papel dos afortunados e seus mecanismos de diferenciação social, assunto abordado no quarto capítulo. Nele discuti-se quem são os afortunados de Santa Catarina, em que consistia suas fortunas e a importância destas para a sociedade de então.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil, Santa Catarina, Século XIX, Fortunas, Economia

ABSTRACT

We seek in this work to map the dynamics of the economy of Santa Catarina and the existence of multiple levels of wealth in the province, as well as discussing the various ways to define a "fortune" in the society of the time. Through this type of questions we believe it is possible to investigate how they built their wealth and how people who had them were related, seeking to tell the history of these people and help further the discussion about the different social relationships in Santa Catarina on the second half of the nineteenth century. We organize the work into four chapters. In the first of them, we aim to dialogue with the literature already produced on the economic and social dynamics in Brazil, especially in Santa Catarina. We seek to understand some historiographical positions on the subject, so as to achieve a better understanding of the functioning of the structures in which moved the great fortunes of Santa Catarina, in addition to conducting a study on the historiographical antecedents of the various interpretations of the themes discussed here. In the next chapter, we aim to make an introduction to the historical processes that led to the establishment of Santa Catarina in the late nineteenth century, and to seek deeper understanding of issues on demography and geography of the region. In the third chapter, we propose a discussion about how was formed and how were presented some processes and social and economic dynamics of that society. We analyze aspects of the production and marketing of goods, products and services and arrangements necessary for the functioning of social and economic relations of the time. We aim to assist in understanding about the role of the wealthy and their mechanisms of social differentiation, a subject addressed in the fourth chapter , where we discuss who are the wealthy ones in Santa Catarina, in which consisted their fortunes and the importance of this fortunes to society then.

KEYWORDS: Brazil, Santa Catarina, 19th Century, Fortunes, Economy

Sumário

INTRODUÇÃO.....	8
Capítulo I – Formação, estrutura e dinâmicas econômicas e sociais: Um diálogo com a historiografia.....	18
1. A historiografia brasileira.....	18
A análise da economia colonial.....	22
2. A historiografia catarinense.....	28
A “memória caucasiana da república”.....	28
A historiografia dita 'tradicional'.....	30
Mudanças no paradigma historiográfico catarinense.....	34
Capítulo 2 – Apresentando Santa Catarina	44
1. História e povoamento.....	44
As primeiras povoações.....	50
Povoamento definitivo.....	55
2. O espaço catarinense	60
Desterro.....	60
A Ilha de Santa Catarina.....	66
O litoral catarinense.....	71
3. População, produção e comércio.....	75
Capítulo III – Estruturas e dinâmicas econômicas do Brasil	79
1. A organização econômica e social.....	79
Dinâmicas econômicas.....	83
A elite mercantil.....	85
2. A economia do século XIX.....	89
Capítulo IV – Grandes fortunas na Santa Catarina oitocentista.....	96
1. Dinâmicas da economia catarinense	96
A importância do comércio.....	102
2. Grandes fortunas em Santa Catarina.....	106
Os caminhos do inventário.....	107
Arrolamento: Cativos, imóveis e dívidas.....	110
Os afortunados de Desterro: a elite econômica e política da província	119
Faixas de fortuna.....	123
Considerações finais.....	129
Observações.....	131
Fontes consultadas:	132
Referenciais bibliográficos.....	136
ANEXOS.....	146

Índice de Ilustrações

Ilustração 1: Desterro, século XIX.....	15
Ilustração 2: Mapa do litoral de Santa Catarina atual.....	45
Ilustração 3: Mapa de Diogo Homem, em destaque a Ilha dos Patos.....	48
Ilustração 4: Região da Ilha de Santa Catarina (destaque) em uma sobreposição de mapas espanhóis e portugueses	49
Ilustração 5: Morte de Francisco Dias Velho, de Dakir Parreiras (1927).....	54
Ilustração 6: Localização das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina.....	57
Ilustração 7: Área central de Desterro, século XIX.....	61
Ilustração 8: Área central de Florianópolis, século XXI.....	61
Ilustração 9: Região onde se concentraram as primeiras fortunas de Desterro.....	63
Ilustração 10: Localização das maiores concentrações de riquezas no final do século XIX.....	64
Ilustração 11: Área central da Cidade de Desterro. Em destaque a Rua do Príncipe (em azul) e a Rua Augusta (em verde).....	65
Ilustração 12: Os caminhos Ilha de Santa Catarina.....	68
Ilustração 13: Freguesias da Ilha de Santa Catarina.....	70
Ilustração 14: Vilas e Freguesias do litoral catarinense.....	73
Ilustração 15: A própria praça da cidade pode ser utilizada como metáfora para sua composição econômica.....	97
Ilustração 16: Pirâmide dos diversos níveis de fortuna.....	128

Índice de tabelas

Tabela 1: Participação de cada freguesia sobre a produção dos principais produtos agrícolas no ano de 1797.	75
Tabela 2: População por condição no ano de 1797.....	76
Tabela 3: Porcentagem de Livres, Forros e Cativos no ano de 1797.....	76
Tabela 4: Porcentagem de proprietários por quantidade de cativos.....	92
Tabela 5: Variação de diversas culturas na primeira metade do século XIX.....	99
Tabela 6: Porcentagem de inventários com cada tipo de propriedade.....	115
Tabela 7: Percentual de cativos nas fortunas pesquisadas.....	116
Tabela 8: Valores médios por categoria em cada faixa de fortuna.....	124
Tabela 9: Composição da riqueza por faixa de fortuna – até 10:000\$000.....	125
Tabela 10: Composição da riqueza por faixa de fortuna – de 10:000\$000 a 20:000\$000.....	126
Tabela 11: Composição da riqueza por faixa de fortuna – de 20:000\$000 a 50:000\$000.....	126
Tabela 12: Composição da riqueza por faixa de fortuna – mais de 50:000\$000.....	127
Tabela 13: Inventariados extremamente afortunados.....	128

INTRODUÇÃO

Neste trabalho objetivamos dar continuidade as discussões iniciadas no trabalho de conclusão de curso¹, onde refletimos sobre as dinâmicas e estruturas organizacionais da economia da capital catarinense, Desterro, entre os anos de 1860 e 1880. Este trabalho estava inserido nos estudos realizados pelo Núcleo de Estudo Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina, que encerram em si uma tentativa de observar as experiências das populações de origem africana, em sua maioria composta por “desgraçados da fortuna”², junto ao qual realizamos pesquisas desde a graduação. Nesse caminhar nos deparamos com algumas pessoas que nos faziam questionar os ideais de estratificação social naquela sociedade. Foi a profundidade dos estudos executados tendo como foco as populações que compunham a base da estratificação social de Santa Catarina no século XIX que fizeram surgir indagações sobre a outra ponta dessa estrutura, sobre quem eram, como se comportavam e o que possuíam os afortunados de então.

Nesses estudos pudemos perceber que essas dinâmicas estavam envolvidas em processos mais complexos, o que nos levou a ampliar nossa investigação a toda Província de Santa Catarina e sua relação com outras praças do Brasil nos meados dos oitocentos, de modo a vislumbrar formas de organização, interação cultural, controle e diferenciação social desenvolvidos nos espaços de sociabilidade desta parcela da população.

Santa Catarina estava envolvida no intenso comércio interprovincial que ligava as mais diversas regiões do Brasil. Vendia farinha de mandioca ao Rio de Janeiro, madeiras a São Paulo, era caminho do gado que seguia das charqueadas do sul para o centro do Brasil, comprava ricos produtos do exterior, que chegavam direto de portos estrangeiros ou através da navegação de cabotagem. Desde os tempos coloniais, Desterro era o mais importante ponto de comércio da

¹Grupo de Estudos coordenado pelo Professor Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso iniciado no ano 2000 e em atuação até o presente ano. Das discussões realizadas no grupo de pesquisa e do acesso a documentação do acervo do Tribunal de Justiça, além de outros acervos inéditos, originaram-se uma série de trabalhos monográficos do curso de História da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

²Paulino de Jesus Francisco Cardoso, *Negros em Desterro. Experiências de Populações de Origem Africana em Florianópolis, 1860/1888*, Tese de Doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, São Paulo, 2004.

região, e o lugar onde a elite econômica e política da capitania tomava suas decisões.

Procuramos então neste trabalho mapear as dinâmicas da economia catarinense e a existência de variados níveis de riqueza na província, e sua presença na conjuntura brasileira, além de discutir as variadas formas de se definir uma “fortuna” na sociedade da época.

Através deste tipo de questionamentos acreditamos ser possível investigar como se construíam os patrimônios e de que maneira as pessoas que os possuíam se relacionavam, buscando contar a história dessas pessoas e contribuir para aprofundar a discussão que se tem sobre as diversas relações sociais em Santa Catarina na segunda metade do século XIX.

II.

Nesse mesmo sentido, procuramos um referencial teórico-metodológico que se busca como auxílio para a construção das concepções apresentadas. Nesse estudo, onde tentamos nos situar em um “exercício de uma hermenêutica do cotidiano, não como um modelo teórico-metodológico a ser seguido, mas enquanto atitude diante da história e da vida”³, em uma percepção disposta a ver não somente o normativo, mas investigar modelos informais, algumas vezes sutis e efêmeros, numa tentativa de inserir na história, enquanto sujeitos, os “desgraçados da fortuna”, percebendo as atividades dos afortunados como inseridas dentro das dinâmicas da sociedade, e não como protagonistas exclusivos das interações sociais.

Nesse sentido parece apropriado utilizar-nos do conceito de cultura defendido por Clifford Geertz, tratando a cultura como algo essencialmente semiótico. Geertz, ao defender este conceito diz acreditar “como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo estas teias e a sua análise; portanto não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, a procura de um significado.”⁴ Buscando auxílio nesse conceito, nos é permitido perceber estas relações como uma teia presente de forma difusa, e ao mesmo tempo entrelaçada na sociedade de Santa Catarina em

³*Idem.*

⁴Clifford Geertz, *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1989.

meados do século XIX, abrindo espaço para a atuação do indivíduo como definidora dessas relações sociais.

Ainda nesta linha, procuramos entender a dimensão do cotidiano como um lugar no qual as práticas dos miseráveis se estabelecem dentro de uma dimensão política, trabalhando assim ideias de autores como Michel de Certeau⁵ e Maria Odila Dias.⁶ De Certeau ressalta, ainda, a importância do esmiuçar das práticas de sobrevivência como um exercício de resistência, colocando como uma constante reinvenção das táticas e subterfúgios o que ele coloca como “cotidiano improvisado”. Já Maria Odila abarca o estudo do cotidiano como “uma frente ampla de áreas multidisciplinares e envolve uma estratégia de questionamentos e de crítica da cultura.”⁷ Assim a contribuição destes autores talvez seja imprescindível para tentarmos compreender mais profundamente alguns fatos e situações da vida cotidiana desses grupos em suas múltiplas dimensões.

Na produção historiográfica catarinense, trabalhos mais recentes fizeram emergir de um passado ideologicamente esquecido, uma nova face da história local de Desterro/Florianópolis, que apontam para uma história local onde as populações de origem africana, cativos, livres e libertos; bem como as histórias de mulheres pobres trabalhadoras e das famílias dos afrodescendentes, até então invisibilizada, assumem um lugar de suma importância para se compreender Desterro/Florianópolis entre os anos de 1850-1888.

Coube a estes trabalhos, o mérito de trazer a tona uma nova face da Província, até então desconhecida dos bancos escolares e da própria Academia. A relevância destes trabalhos está em trazer para o debate historiográfico uma visão crítica, em oposição a modelos mais tradicionais da História. É nos apoiando em estas novas interpretações que buscamos contribuir com a consolidação de uma história de Santa Catarina, tendo como objetivo auxiliar uma complementação

⁵Michel de Certeau, *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, Petrópolis, Vozes, 2004.

⁶Maria Odila Dias, *Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea*, *Projeto História*, São Paulo, PUC/SP, n. 17, 1998.

⁷*Idem*. p. 224.

destes estudos através de um novo olhar sobre as populações afortunadas.

Tentamos nos afastar, assim, de alguns trabalhos que têm como objeto as elites, interpretado-as como protagonistas exclusivos da história. Observamos, assim, essa população, no sentido em que João Fragoso e Manolo Florentino, em sua obra conjunta “O Arcaísmo como Projeto”, discutem o posicionamento da elite sob a ótica da acumulação, buscando uma dinâmica da economia:

A elite mercantil por sua vez, viu-se marcada por aquilo que chamamos de ideal aristocrático, que consistia em transformar a acumulação gerada na circulação de bens em terra, homens e sobrados. Constituíam-se assim, uma economia colonial tardia, arcaica por estar fundada na contínua reconstrução da hierarquia excludente.⁸

O conceito de Arcaísmo defendido pelos dois pesquisadores também é utilizado durante o trabalho. Esse controle mercantil como ponto determinante para o domínio político e econômico é constantemente utilizado para se referir a essas características de Antigo Regime que parecem permear as relações do oitocentos em Santa Catarina. Sociedade essa, caracterizada por Hebe Maria de Mattos como

Sociedades do antigo regime, em geral, enquanto concepção de sociedade que legitimava e naturalizava as desigualdades e hierarquias sociais. [...] A expansão do império português e de seu ordenamento jurídico pressupuseram uma contínua incorporação da produção social de novas relações costumeiras de poder, entre elas a escravidão.⁹

O pesquisador interessado em buscar compreender as distâncias sociais dentro da sociedade de Desterro na segunda metade do século XIX talvez tenha como um possível ponto de partida a tentativa de estudar os modos de vida dos “ricos” daquela sociedade. Ao estudarmos o que tinham e o que faziam aqueles considerados bem afortunados naquela sociedade também estamos, de certa forma, contribuindo para melhor caracterizar os livres pobres e cativos da região.

Para buscar um mapeamento dos bem afortunados de Santa Catarina optamos por mapear como nosso ponto de partida os inventários “post-mortem” encontrados no acervo do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Buscando, assim, quantificar a riqueza total dessas pessoas

⁸João Fragoso e Manolo Florentino, *O Arcaísmo como Projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, 1790 – 1840*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

⁹Hebe Maria Mattos, A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica, In: João Fragoso Et al, *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XIX)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. p.143

quando de sua morte estamos, na verdade, atrás de uma “fotografia” da estratificação social da época.

Para Sheila Faria,

Os inventários *post mortem* são uma fonte interessante para o conhecimento das transformações do modo de vida da população colonial. Individualmente, mostra determinados momentos do ciclo de vida familiar. Em conjunto, entretanto, permitem a visualização do movimento.¹⁰

Ao nos concentrarmos nos inventários *post mortem* temos por objetivo coletar uma série de informações que nos indique aspectos da vida material do período estudado. Embora o processo de inventário, quando analisado individualmente, se refira a um momento, um instante, específico no tempo, a sucessão desse tipo de fonte pode indicar processos como o que nos propomos a investigar.

III.

Para esse fim foram pesquisados os 164 inventários localizados no referido arquivo. Esse número representativo nos permite buscar nessa amostra uma possível indicação para a indagação de quem eram os ricos dessa localidade e em que se baseava sua riqueza. Com o objetivo de nos permitir uma amostra significativa dos afortunados, foram selecionados processos de Desterro entre os anos de 1860 e 1880, pois as bases para pesquisas sobre outros locais e períodos eram por demais fragmentadas, o que impossibilitaria o estudo de médias e séries históricas.

Diante da grande quantidade de fontes – os inventários, testamentos e processos que tínhamos à disposição no início da pesquisa somavam cerca de 3.000, o que equivale a cerca de 700 mil páginas manuscritas de documentação! – houve a necessidade de depreender grande parte do esforço na sistematização e catalogação dessas fontes.

Elaboramos, assim, um banco de dados específico para pesquisa com os inventários, contendo os seguintes campos: Ano do inventário, nome do inventariado, profissão, nome do inventariante, relação entre inventariante e inventariado, freguesia, endereço, profissão, valor do

¹⁰Sheila Faria, *A colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998. p. 175

monte mór e menor, dividas ativas e passivas, e bens. Dentre os bens destacamos imóveis – foi catalogado endereço, características principais, espécie e valor de cada imóvel constante no inventário – valor das dívidas ativas e passivas, patrimônio em apólices, quantidade de dinheiro em espécie e escravos, nesta última categoria catalogamos cada cativo encontrado, registrando nome, origem, condições de saúde, idade e valor da avaliação.

Também analisamos os relatórios de Presidente de Província de Santa Catarina, das quase quatro décadas estudadas. Estes documentos são de grande valia por serem uma das poucas fontes de informação que se mantém constante por todo o período, e trabalhar de forma muito intensa valores e séries históricas. Ainda assim temos sempre em mente que os dados ali apresentados, em virtude de características da época – como meios de coleta e disponibilização, viés político e ideológico, métodos estatísticos – não são por completo exatos, embora sejam de grande valia como indicadores, em especial quando se trata de análise de tendências no decorrer de longos períodos. Na mesma linha, são utilizados os relatórios dos ministérios do Império, em especial os relatórios do Ministério da Fazenda, mas também dos ministérios da Agricultura, Guerra, Império, Marinha e Relações Exteriores.

Outras fontes primárias, entre as quais podem ser citadas a lista de votantes da Paróquia de Desterro de 1878, o Recenseamento do Brasil de 1872, listas de ocupantes de posições de influência – como deputados, proprietários de jornais, juízes e outros – e arquivos entre os quais podemos destacar o Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, que contribuiu com documentos como o completo “Ofício do Governador da Ilha de Santa Catarina, Tenente Coronel João Alberto de Miranda Ribeiro ao Vice-Rei do Estado do Brasil, Conde de Resende, D. Antonio José de Castro, remetendo relatórios e mapas referente a extensão e limites da Ilha de Santa Catarina e distritos de sua jurisdição”, importante fonte para nos ajudar a conhecer a Santa Catarina de tempos idos.

Elaboramos, a partir destas diversas fontes coletadas, algumas tabelas e posteriormente alguns relatórios parciais que nos permitiram tecer considerações sobre as fortunas e a elite

catarinense, bem como dados específicos sobre a região e outros atores que compunham a província em toda sua complexidade.

Como complemento à pesquisa em fontes primárias, foi realizada extensa revisão bibliográfica, principalmente em temas referentes à organização econômica brasileira, optando por discutir a produção consultada nos capítulos específicos. Esperamos, deste modo, sem comprometer a coesão do trabalho, exercitar uma escritura que permita a consulta a capítulos específicos da obra sem prejuízo ao entendimento da mesma.

No que se refere a bibliografia utilizada, um ponto merece destaque. No decorrer de nossas pesquisas, tivemos dificuldade de enxergar as dinâmicas da Província de Santa Catarina nas discussões relativas ao período imperial. Enquanto regiões mais dinâmicas economicamente, como São Paulo e Rio de Janeiro, levantavam questões como a substituição do trabalho cativo pelo assalariado, movimentos sociais de inspiração marxista, industrialização e anarquismo, a maioria das relações em Santa Catarina faziam referência a questões um pouco anteriores – embora tais discussões tenham tido importância, não nos parecem ser o melhor ponto de partida para buscar interpretações sobre o período para a região. A esse relativo “atraso”, adicionamos fato de uma das principais fontes que utilizamos, os inventários, nos darem vislumbres de fortunas no momento da morte de seus proprietários, na maioria das vezes depois de longos anos de proeminência política e econômica, e fazerem referência, portanto a fortunas “antigas”. É a partir destas observações que escolhemos, muitas vezes, referenciais bibliográficos relativos a tempos coloniais ou ao início do século XIX, fora, portanto, do período que nos propomos a estudar. Ainda que na maioria do território brasileiro – ou ao menos nas regiões hoje mais pesquisadas – algumas das dinâmicas discutidas estejam em declínio, elas ainda nos parecem plenamente ativas na periférica Província de Santa Catarina. Mudanças nesse panorama começam a se delinear no final do período pesquisado, em especial com a emergência do norte de Santa Catarina como importante ponto político e econômico, que culminaria com a superação do Porto de Desterro pelo Porto de Itajaí como mais

vigorosa porta de comércio da região. Pesquisas mais profundas sobre este tema ainda se fazem necessária, mas podemos indicar o período da chamada Revolução Federalista e a mudança do nome da capital para Florianópolis como mudança nesta situação.

Para o estudo de Desterro no século XIX, tomamos como base o mapa abaixo, elaborado em 2003 dentro do NEAB-UDESC. Nos oferece uma oportunidade de melhor conhecer a tessitura urbana da capital, principal ponto de encontro e comércio da província.



Ilustração 1: Desterro, século XIX¹¹

¹¹Paulino Cardoso, *op. cit.* p. 65.

IV.

Assim sendo, organizamos o trabalho em quatro capítulos. No primeiro, temos como objetivo dialogar com a bibliografia já produzida sobre as dinâmicas econômicas e sociais no Brasil, e em especial em Santa Catarina. Buscamos apreender algumas posições historiográficas sobre o tema, de maneira a atingirmos uma melhor compreensão do funcionamento das estruturas nas quais se movimentavam as grandes fortunas de Santa Catarina, além de realizar um estudo sobre os antecedentes historiográficos das várias interpretações sobre os temas aqui discutidos.

No capítulo seguinte, objetivamos executar uma sucinta, embora abrangente, introdução sobre os processos históricos que levaram à constituição da Santa Catarina do final do século XIX, além de buscar compreender mais profundamente questões sobre a demografia e a geografia da região. Além de situar o leitor em discussões de grande importância no decorrer do trabalho, pretendemos apreender a maneira pela qual caminhou a região desde o início de sua ocupação pelos viajantes europeus, e o modo pelo qual se formaram e se instalaram as populações abrangidas neste estudo.

Já no terceiro capítulo, propomos a discussão sobre como se formou e como se davam alguns processos e dinâmicas econômicas e sociais daquela sociedade. Buscamos analisar aspectos da produção e comercialização de bens, produtos e serviços, além dos arranjos necessários ao funcionamento das relações sociais e econômicas de então. Temos como objetivo auxiliar na compreensão sobre o papel dos afortunados e seus mecanismos de diferenciação social, assunto abordado no quarto capítulo. Nele discuti-se quem são os afortunados de Santa Catarina, em que consistia suas fortunas e a importância destas para a sociedade de então.

Assim, o estudo sobre o trabalho e os arranjos de produção são essenciais para melhor compreendermos a vida dos afortunados daquela sociedade. Os estudos das grandes fortunas está atrelado as questões acima abordadas. Buscamos neste trabalho investigar os afortunados e diferentes dinâmicas da organização social e econômica como ferramenta para a compreensão mais

ampla daquela sociedade.

Capítulo I – Formação, estrutura e dinâmicas econômicas e sociais: Um diálogo com a historiografia

Busca-se, neste capítulo, dialogar com interpretações historiográficas que nos auxiliem na discussão das dinâmicas e processos sociais e econômicos em que se inseriam os afortunados de Santa Catarina na segunda metade do século XIX. Para isso, nos concentramos, embora não exclusivamente, em dois pontos: o caminhar da historiografia econômica colonial brasileira e a historiografia catarinense. Objetivamos, assim, tornar mais claras as discussões em que nos inserimos, assim como opções teóricas realizadas no decorrer desta pesquisa.

1. A historiografia brasileira

A historiografia brasileira teve, desde muito cedo, grande interesse na formação das estruturas e dinâmicas presentes em sua organização econômica. Buscamos neste capítulo apreender algumas posições historiográficas sobre o tema, de maneira a atingirmos uma melhor compreensão do funcionamento das estruturas nas quais se movimentavam as grandes fortunas de Santa Catarina. O ponto de partida que tomamos é a obra “Arcaísmo como Projeto”¹² pela abrangente análise que traça do desenvolvimento das concepções históricas sobre o Brasil. O livro, escrito 'à quatro mãos' por João Fragoso e Manolo Florentino, abarca, entre outros pontos, uma tentativa de rediscutir a maneira que se caracteriza a historiografia brasileira. Flutuando entre a teoria e a prática, os autores buscam, através das análises de inventários *post mortem*, levar a análise econômica do período a um novo patamar, ressaltando a complexidade da economia brasileira e defendendo a existência de uma acumulação financeira no Brasil, concentrada especialmente em uma classe mercantil que tinha sob seu controle alguns dos circuitos mais rentáveis do comércio internacional, como o tráfico de escravos.

Seus estudos também indicam, e esse consiste em outro ponto chave do valor historiográfico do livro, que os possuidores desse capital financeiro acumulado não o reinvestiam,

¹²João Fragoso e Manolo Florentino, *op. cit.*

via de regra, na expansão ou no aprofundamento do comércio, nem em empreitadas industriais ou manufatureiras, mas na acumulação de terras, sobrados e cativos. A posse desses bens, e do 'status' que ele conferia, é o que pode, segundo João Fragoso¹³, ser interpretado como o “motor” da história nesse período. Dessa maneira os autores desafiam a versão longamente hegemônica de clássicos brasileiros que enxergavam um “atraso” brasileiro resultado da atuação de potências européias, principalmente Portugal e Inglaterra.

A obra também defende que a relação entre cativos e seus senhores estava inserida nesta lógica. Não defende, como afirmam alguns detratores da obra, que os cativos quisessem sê-lo ou mesmo fossem os responsáveis por sua posição, mas que suas ações estavam inseridas nesta lógica, atuando pela disputa e pela negociação de conquistas dentro da sociedade.

Desde sua tese de doutoramento, publicada sob o título de “Homens de Grossa Aventura¹⁴”, que João Fragoso combate a tese, de certa maneira basilar nos trabalhos clássicos dos grandes nomes da análise do Brasil Colonial, em particular de aspectos econômicos, de que o surgimento da economia colonial brasileira se deu em resposta às exigências de acumulação de capital das economias dos países colonizadores europeus, tese defendida por nomes como Celso Furtado, Fernando Novais e Caio Prado Jr¹⁵. Para além dessa abordagem que podemos chamar de clássica, propomos olhar a sociedade brasileira como possuindo, mesmo enquanto colônia portuguesa, uma dinâmica e uma lógica próprias, retirando o Brasil da posição de mera cópia imperfeita e reflexo econômico da sociedade européia.

O objetivo final dessa lógica seria, de certa forma, reproduzir e conservar a sociedade brasileira como uma sociedade fortemente hierarquizada. As causas para a conservação, até tempos tão tardios, de institutos como a escravidão, no Brasil, e as profundas divisões da sociedade brasileiras não podem, assim, ser procuradas em uma fragilidade da economia local nem em uma

¹³Em entrevista concedida ao jornalista Rafael Cariello e publicada no jornal “Folha de São Paulo” do dia 13 de fevereiro de 2006.

¹⁴João Fragoso, *Homens de grossa ventura: Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

¹⁵O posicionamento de cada um desses autores, e as obras que os referenciam são discutidos adiante.

'espoliação pela metrópole', mas em mecanismos próprios da dinâmica social e econômica brasileira.

Essa aproximação teórica recebeu uma crítica pesada do autor de “Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial¹⁶”, Fernando Novais, em seu livro, lançado em 2005, “Aproximações¹⁷”. O historiador, formado na Universidade de São Paulo – USP, acusa os autores, em especial João Fragoso, de tentar “forçar” uma ruptura epistemológica que não existiria. Também, durante uma entrevista de divulgação do livro, defendeu que a tese levantada “retira a especificidade da economia colonial”¹⁸.

O livro “O arcaísmo como projeto”, e a repercussão que este teve, resultaram em uma profunda divisão na interpretação econômica colonial brasileira¹⁹, opondo os 'historiadores fluminenses adeptos da tese do capital residente', nas palavras de Fernando Novais²⁰, aos 'xiitas da USP', como referiu João Fragoso²¹. O mesmo João Fragoso, na entrevista acima referida, defendeu assim seu ponto de vista:

“Repetindo a frase de minha velha professora Maria Yedda Linhares, ainda na Guerra Fria: 'O Brasil se tornou independente em 1822. Depois disso, é falta de vergonha'. Estendendo um pouquinho para trás... Ou seja, o destino é nosso. É a sociedade com todos os seus grupos, sem livrar a cara de ninguém. O mais pobre dos pobres, o mais operário dos operários. Os mais humildes compartilham dessa abstração chamada sociedade brasileira. Com todas as suas contradições e desigualdade de renda. Não estou dizendo que todo mundo cante a mesma música, mas sim que algumas coisas básicas, em algum grau, são compartilhadas. Porque senão essa bodega não funcionava.”²²

Embora se movimente na seara da chamada história econômica, “O arcaísmo como projeto” possui características que o impedem de ser encarado como história econômica *stricto sensu*. Para os autores “seu eixo maior é a idéia de que a natureza arcaica da formação colonial

¹⁶Fernando Novais, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808*, São Paulo, Hucitec, 1983.

¹⁷Fernando Novais, *Aproximações: Estudos de História e Historiografia*, São Paulo, Cosac Naify, 2005.

¹⁸Publicada no jornal “Folha de São Paulo”, em 19 de novembro de 2005.

¹⁹Acreditamos, embora concordemos com a visão de Fragoso sobre a importância das questões sociais e políticas para a organização econômica, que tais interpretações, mais que contrárias, são complementares, e representam o caminhar normal da construção historiográfica, responde a questões bastante diversas. Assim tal polarização, ao nosso ver, responde mais a questões atuais do que a diferenças na interpretação do passado.

²⁰Em entrevista publicada no jornal “Folha de São Paulo”, em 19 de novembro de 2005.

²¹Entrevista concedida ao jornalista Rafael Cariello e publicada no jornal “Folha de São Paulo” do dia 13 de fevereiro de 2006.

²²Entrevista concedida ao jornalista Rafael Cariello e publicada no jornal “Folha de São Paulo” do dia 13 de fevereiro de 2006.

brasileira impede que a estrutura econômica possa ser apreendida por si mesma”²³. De certa forma, e por esse pensamento o livro é tão combatido por certas correntes historiográficas, defende a superação de um modelo, que poderia inclusive ser considerado, pelo menos até o início da década de 1990, hegemônico, firmemente ligado a uma interpretação marxista e a uma linha de pensamento que refere-se aos 'modos de produção'. Para afastar-se de um domínio da economia sobre a vida do Brasil colonial, a obra defende que a continuação daquele sistema econômico assentava-se, talvez paradoxalmente, nos aspectos não-econômicos. Assim a economia do período não teria como ser satisfatoriamente compreendida sem levarmos em conta os aspectos não-econômicos de seu funcionamento. Neste sentido, tal interpretação retira uma exclusividade do protagonismo histórico dos aspectos econômicos, contribuindo para uma interpretação mais abrangente das questões acerca da organização social, política e econômica do Brasil.

Levando-se em conta que estamos, no período, diante de uma sociedade fortemente marcada pela escravidão, não havia como ser diferente. Tal sistema pressupõe, necessariamente, a continuação de relações de poder e hierarquias muito bem definidas, pois a mão de obra responsável pela geração de riquezas, o produtor direto, é cativo de outros. “O poder, expresso em uma hierarquia excludente, é, portanto, condição *sine qua non* para a concretização do processo produtivo.”²⁴

A produção e a manutenção dessa hierarquia excludente se torna, deste modo, o objetivo principal de toda a dinâmica aqui descrita. Essa visão não nega as possibilidades de ascensão social, mesmo dentro desta lógica repressiva. Pelo contrário, analisa e ressalta, como veremos nas páginas seguintes deste trabalho, tais acontecimentos. Fica claro, no entanto, que mesmo a ascensão social, neste processo, só pode acontecer no momento em que recria esta ordem excludente. Esse é um dos motivos para ser tão vulgar, entre os libertos que conseguem alguma projeção social e econômica, a rápida aquisição de cativos.

²³ João Fragoso e Manolo Florentino, *op. cit.* p. 12.

²⁴ *Idem.*

Rompendo profundamente com alguns dos paradigmas analíticos principais da historiografia sobre o Brasil Colonial, acreditamos em uma subordinação do papel do mercado e das relações econômicas à uma manutenção de uma profunda e cruel diferenciação social.

A análise da economia colonial

O estudo historiográfico da economia colonial pode ter seu início, no Brasil, apontado nas primeiras obras do historiador paulista Caio Prado Jr., ainda na década de 1930, embora sua obra principal, “A Formação do Brasil Contemporâneo²⁵”, tenha sido editada apenas no ano de 1942. Prado Jr. foi um dos responsáveis pelo rompimento da historiografia, de modo especial a brasileira, com a chamada Teoria dos Ciclos, que defendia que as flutuações e continuidades da economia colonial brasileira deviam-se ao surgimento e declínio de certos produtos na pauta das exportações da colônia. Ao romper com esta tradição, Caio Prado Junior estava buscando um processo que ligasse todo o período colonial. Mais do que isso, procurava um padrão que permeasse toda a História do Brasil. Para o autor, “Todo povo tem na sua evolução, vista a distância, um Sentido (...) uma linha mestra ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa sempre em uma determinada orientação”²⁶. Ele acaba por encontrar na exportação para os países da Europa esse 'Sentido' que procurava: “É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem de interesse daquele comércio, que se organizaram a sociedade e economia brasileiras”²⁷.

Assim surge o tão consagrado 'Sentido da Colonização', que seria utilizado, por uma grande parcela dos historiadores, até os dias de hoje, para discutir variadas questões do Brasil. A empresa portuguesa de colonização teria, segundo essa visão, criado um tipo de estrutura que tinha como base a transferência permanente de seu excedente para a metrópole, o que só pode dar origem a uma economia exportadora agrária. No Brasil essa transferência estaria, por sua vez, assentada em

²⁵Caio Prado Junior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Brasiliense, 1977.

²⁶*Idem*, p. 19

²⁷*Ibidem*, p. 32

três pilares que marcariam a vida social e econômica brasileira até o final do século XIX e definiria os rumos da evolução da sociedade brasileira: o trabalho escravo, a monocultura e a grande propriedade. Essa premissa vai se constituir na base da atuação política de Caio Prado Jr.,²⁸ e vai estar na origem da sua defesa da especificidade da situação brasileira dentro da teoria socialista e de sua visão sobre o insucesso da construção de uma 'revolução socialista' no Brasil: “Daí a ausência de suficiente acentuação e estímulo daquelas forças [revolucionárias] e situações em que se localizam as contradições essenciais e fundamentais presentes no campo brasileiro, e onde, portanto, se encontram os pontos nevrálgicos do processo revolucionário.”²⁹

Apenas na geração seguinte à Caio Prado Jr. a discussão sobre as características da economia colonial apresentaria modificações mais acentuadas. Veríamos, nos anos de 1960 e 1970, o surgimento de duas grandes correntes no que se refere ao assunto, ainda que ambas estejam, em seu núcleo, ligadas às teorias de Prado Jr. Por um lado temos a interpretação de autores como Celso Furtado e Fernando Novaes, com a chamada 'escola do sentido da colonização'. Opondo-se a esta visão, e um pouco mais distante de 'A Formação do Brasil Contemporâneo' e seu autor, temos nomes como Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender, que transferiam o debate para a construção de um 'modo de produção escravista colonial', como veremos adiante.

Celso Furtado aprofunda a tese de Caio Prado Jr. quanto à origem exógena do capital colonial, em especial o relacionado às atividades mercantis. Para o autor, a produção estava, no Brasil Colonial, subordinada ao capital mercantil. Como não via no Brasil uma classe de comerciantes de vulto, e dava aos grandes produtores rurais a exclusividade da atividade no Brasil, encontrava no capital não residente o controle das atividades mercantis. Essa relação entre os produtores agrícolas da colônia e os empresários mercantis estrangeiros – basicamente europeus – é que movia a economia colonial³⁰.

²⁸Sobre essa atuação política ver: José Carlos Reis, Anos 1960: Caio Prado Jr. e "A Revolução Brasileira", *Revista Brasileira de História*, 1999, vol.19, n. 37.

²⁹Caio Prado Junior, *A Revolução Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1978.

³⁰Celso Furtado, *A Formação Econômica do Brasil*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1967. p. 53-58

Furtado, porém, não se limita a seguir Caio Prado. Buscando apreender as flutuações da economia colonial, ele acaba por elaborar uma das melhores passagens de seu trabalho, quando procura dar conta do comportamento dos diferentes segmentos que a constituiriam. Sendo apêndice de sistema maiores ela estaria desprovida de ritmos próprios, com flutuações determinadas pelo mercado internacional. Sua expansão, pois, seria condicionada pela alta de preços externos. Em um movimento contrário, a queda destes causaria a retração da produção de exportação. Ressalta-se, contudo, que a fase B não levaria a uma mudança de estrutura, visto que então os escravos dos engenhos se veriam deslocados para atividades de subsistência, não diretamente ligada a exportação. O autor conclui o raciocínio afirmando que as atividades de exportação, altamente especializadas, estariam caracterizadas por grande coeficiente de exportação. Por isso o seu crescimento implicaria necessariamente, a todos os setores coloniais ligados ao abastecimento. Claro está que este mercado interno seria caracterizado por limites impostos pela própria situação da colônia, como os baixos fretes marítimos (que facilitariam as exportações), e à determinação metropolitana de impedir a concorrência dos produtos coloniais.³¹

Celso Furtado liga, dessa maneira, de modo profundo, o desempenho da economia mundial e o mercado interno colonial de subsistência, sendo a importância dos dois inversamente proporcional. Além disso, a expansão da produção interna de subsistência, segundo ele, se daria de forma não mercantilizada. Ou seja, quando a conjuntura internacional era desfavorável aos produtos brasileiros, ocorreria um aceleração da produção interna, mas apenas como produção de subsistência.

Concordando tanto com Caio Prado Jr. quanto com Celso Furtado, temos Fernando Novais³², que aprofunda as discussões ao tentar compreender a economia brasileira, e sua inserção nas relações econômicas internacionais, notadamente com a Inglaterra. Completava-se, assim, o ciclo de dependência da economia mundial, articulando-se a historiografia sobre o Brasil Colônia com a teorias econômicas que defendem a dicotomia economia central/economia periférica.

Os sinais iniciais de uma oposição a essa idéia foram dados por Ciro Cardoso, desde o início da década de 1970³³. É, principalmente, com esse autor que se começa a ligar algumas característica da sociedade colonial a processos internos, evitando-se a visão de total condicionamento pelas dinâmicas externas. Por essa teoria, se é verdade que a atividade econômica era financiada e regulada pelo comportamento do mercado exterior, as questões internas também

³¹João Fragoso e Manolo Florentino, *Op. Cit.* p. 18

³²Fernando Novais, *Op. Cit.* (1983).

³³Ver Ciro Cardoso, *Escravo ou camponês? O proto campesinato negro nas Américas*, São Paulo, Brasiliense, 1987; Ciro Cardoso, Sobre os modos de produção coloniais da América, In: Theo Santiago (org), *América Colonial*, Rio de Janeiro, Palas, 1975.

eram de importância. A colônia deixava, assim, de ser mero reflexo do ambiente internacional para se tornar parte integrante e complementar, embora dependente, da economia européia.

Partindo dessas premissas, Cardoso tentou contribuir para a construção da idéia de um 'modo de produção escravista colonial'. Este teria como características principais:

- a) a existência de dois setores agrícolas (o sistema escravista dominante, produtor de bens exportáveis e o camponês, exercido pelos escravos);
- b) as forças produtivas teriam um nível relativamente baixo, marcado pelo uso extensivo de recursos naturais e da mão de obra;
- c) do ponto de vista macroeconômico a lógica do sistema e do capital mercantil seriam inseparáveis;
- d) em termos microeconômicos a rentabilidade da empresa escravista dependeria da redução dos custos de produção (mão de obra e insumos) buscando-se auto-suficiência;
- e) os principais mecanismos de produção seriam o tráfico de africanos (os EEUU constituindo uma exceção) e diversos fatores extra-econômicos.³⁴

A idéia de um modo de produção escravista colonial, que iniciou-se com Ciro Flamarion Cardoso, tem seu ápice com os trabalhos do baiano Jacob Gorender. Aprofundando o conceito de Cardoso, ele procura complementar a criação do modo de produção escravista colonial, discorrendo inclusive sobre as leis que o regeriam.³⁵

Gorender defendia que o modo de produção escravista colonial não era capaz de gerar um mercado interno que sustentasse uma produção mercantilizada. Viria daí, então, a necessidade de produzir externamente – na verdade, em outro 'modo de produção'. Esta deficiência se devia ao caráter duplo da grande propriedade agroexportadora, que se especializava em uma produção de exportação, e convivia com um outro espaço, fruto da economia natural e que propiciava a subsistência³⁶. Como em Ciro Cardoso, a expansão econômica da colônia dependia da alta dos preços no exterior. Em fase de retração da economia mundial, as forças produtivas se voltavam para a subsistência, não desenvolvendo outros setores da economia. Seria assim um modo de produção peculiar, pois não teria a capacidade de gerar flutuações próprias.

Todas essas linhas de pensamentos diversas, ainda que ligadas e por vezes complementares

³⁴João Fragoso e Manolo Florentino, *Op. Cit.* p. 21

³⁵Tais leis seriam, segundo Gorender (Jacob Gorender, *O escravismo colonial*, São Paulo, Ática, 1978). Lei da renda monetária; lei da inversão inicial da aquisição do trabalhador escravizado; leis da rigidez da mão de obra escravizada; lei da correlação entre economia mercantil e economia natural na plantagem escravista e lei da população escravizada.

³⁶Jacob Gorender, *Op. Cit.*

têm o ponto comum de ressaltar a necessidade de observarmos a questão do tráfico de cativos entre a África e o Brasil para podermos compreender as vicissitudes da economia. Caio Prado Jr, Ciro Cardoso, Fernando Novaes, Jacob Gorender e Celso Furtado também têm em comum a visão da necessidade crescente de mão de obra, e o conseqüente incremento da necessidade de importação de cativos africanos. Isso só se daria, no entanto, durante a expansão da economia mundial. Quando esta encontrava-se em retração, a necessidade de importação de mão de obra diminuía. Ou seja, o crescimento do volume de exportação correspondia a um aumento da importação de africanos cativos. Fragoso e Florentino ressaltam as diferenças de interpretação entre as diferentes variantes da interpretação do Brasil Colônia:

Embora se reconheça que os preços externos e o volume de importação de africanos mantenham uma relação diretamente proporcional, o inverso não é considerado. Ou seja, não se pensa que na fase B do mercado internacional se possa incrementar as exportações de produtos tradicionais, e portanto o próprio desembarque de africanos no Brasil. Descarta-se a análise das potencialidades do mercado atlântico de cativos para o enfraquecimento das conjunturas de baixa. Por outro lado a necessidade de fluxo demográfico adquire, em cada autor, motivações distintas de acordo com o momento que se considere. Ao analisar a escravidão já plenamente constituída que o exercício da lógica empresarial implica um aparente desperdício de força de trabalho, o que torna o tráfico um elemento estrutural. Mas, se se toma a gênese do tráfico no século XVI, a escassez de braços nativos na escala exigida pela produção é fator determinante, firmemente assentado por Caio Prado, Celso Furtado e Ciro Cardoso, reticentemente assumido por Jacob Gorender e enfaticamente negado por Fernando Novais. Se para os três primeiros essa escassez – ou, no caso de Gorender o “nível das forças produtivas” –, leva à adoção da escravidão mercantil é evidente que para todos eles a demanda precede a oferta de braços. Já para Novaes isto somente seria verdadeiro enquanto se referisse ao comércio de aborígenes. Quando, segundo seu raciocínio pensássemos ao tráfico de africanos teríamos que a alta lucratividade desta atividade é o que levaria à utilização dos negros pelas empresas escravistas coloniais, com o comércio atlântico de almas firmando-se como um dos mais rentáveis setores de acumulação para o capital comercial europeu.³⁷

Também chama a atenção nos autores citados, sendo exceções os trabalhos de Ciro Cardoso e de Fragoso e Florentino, a falta de uma maior preocupação com as especificidades e singularidades da experiência africana. Não é questionada a razão para o continente africano manter durante tanto tempo uma oferta permanente e relativamente barata de cativos. A África parece ser imaginada como uma vítima passiva das vontades do mercado europeu, negando-a suas dinâmicas internas. O que, muitas vezes, parece ser também a posição desses autores em relação ao Brasil.

Como já referimos anteriormente, a proposição de uma nova interpretação para o

³⁷João Fragoso e Manolo Florentino, *Op. Cit.* p. 23

funcionamento da sociedade colonial vai contribuir para uma compreensão mais abrangente da economia do Brasil durante o Império e o período colonial³⁸. Ela procura superar as interpretações marcadamente marxistas do sentido da colonização e do modo de produção escravista colonial, construindo uma nova interpretação para a economia em questão.

Nessa visão, a sociedade portuguesa não operava nas questões econômicas como outros agentes da época, o que comprometeria a utilização dos parâmetros do sistema colonial moderno para compreendê-la. Para os autores, Portugal utilizaria a apropriação do excedente produzido nas colônias com o propósito de perpetuar uma sociedade, e com ela uma economia, que remetia às características do chamado Antigo Regime:

a estrutura social portuguesa tramaria contra a solidificação do capital comercial metropolitano, ao menos ao nível requerido para a execução das tarefas próprias aos grandes mercadores de outros centros europeus modernos – nucleadas no controle sobre as variáveis relativas à reprodução de uma economia ultramarina. Se a isto agregamos a natureza mercantil da produção colonial baseada na escravidão (i.e., marcada por uma frágil divisão social do trabalho e por débil circulação de numerário), estaremos frente as pré-condições para a preeminência daqueles agentes coloniais que detém a liquidez – o capital mercantil residente.³⁹

Nessa especificidade da economia metropolitana reside um dos pilares da condição econômica brasileira, pois as características não capitalistas deste arranjo econômico lhe permitiam uma certa autonomia no que se refere às flutuações dos mercados internacionais, contribuindo para o desenvolvimento de uma acumulação interna na colônia.

Por outro lado, essa dinâmica da sociedade colonial continuamente contribuía para o desenvolvimento de uma hierarquia rígida, excludente e de caráter arcaico. Nessa conjuntura, o capital mercantil, centralizado nas mãos dos negociantes de grosso trato coloniais, em sua maioria oriundos do Rio de Janeiro, monopolizava as atividades mais rentáveis, ligadas ao comércio atlântico. Em Santa Catarina a posição de Desterro como capital da província parece lhe dar capacidade de concentrar os comerciantes locais, os aproximando sobremaneira das estruturas do

³⁸Além da obra “O Arcaísmo como projeto” (João Fragoso e Manolo Florentino, *Op. Cit.*), podemos citar Maria Odila Leite da Silva Dias, *A interiorização da Metrópole (1808 – 1853)*. In: Carlos Guilherme Motta (org.). *1822: Dimensões*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1972, e Hermetes Reis de Araújo, *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*, Dissertação de Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, 1989.

³⁹João Fragoso e Manolo Florentino, *Op. Cit.* p. 13

poder político, e prolongando no tempo essas dinâmicas sociais e econômicas.

Mesmo na segunda metade do século XIX, quando no resto do território brasileiro formas diferentes de produção e circulação de bens e serviços já dominam o panorama econômico, os processos acima discutidos nos parecem permanecer fundamentais para a compreensão daquela sociedade.

2. A historiografia catarinense

Na contramão da historiografia econômica colonial que, conforme discutido acima, buscava na especificidade da experiência brasileira razões para justificar um 'fracasso' do país em alcançar bons níveis de desenvolvimento social e econômicos – mesmo entre aqueles que consideravam que o caminho para este desenvolvimento era a 'revolução socialista' – a historiografia catarinense percebe, nas especificidades de sua história, muitas vezes, as razões de seu 'sucesso'.

Procuramos a seguir auxiliar na compreensão de como visões como estas vieram a termo, e como, já a alguns anos, passaram a ser questionadas. Ao basearmos nossa análise, em grande parte, em interpretações que vem da história colonial brasileira, é de grande importância percebermos como a historiografia catarinense que nos dá suporte entende estas questões.

A “memória caucasiana da república”

A atuação do poder estatal no início do século XX buscou tornar realidade os sonhos civilizatórios da nascente república. Naquela Florianópolis, da Ponte Independência e da Avenida do Saneamento (obras que mais tarde receberiam o mesmo nome, em homenagem ao governador Hercílio Luz⁴⁰) procurou-se dar origem a uma nova cidade, que refletisse a face organizada e

⁴⁰Sobre o assunto ver: Adalberto Ribeiro da Silva, *Ponte Hercílio Luz: Um olhar sobre o Jornal República (1920-1926) e sua relação com a construção da ponte e do mito*, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2007 e Angelo R. Biléssimo, *De Desterro a Florianópolis: A invisibilização dos indesejados como construção da modernidade*. Anais do X Encontro Estadual de

civilizada – e branca – que se buscava para o estado. Mais tarde, ligada à indústria turística, adicionou-se uma nova peculiaridade local: sua face açoriana. Essa construção encontrou eco em vários setores da sociedade, e a historiografia da região abraçou com entusiasmo esta versão⁴¹.

Assim é importante, para a historiografia catarinense, e, talvez, de maneira especial a florianopolitana, repensar posicionamentos profundamente difundidos nos estudos sobre a região, principalmente se levarmos em conta o alcance das teorias modernizadoras do início dos novecentos e, inclusive, das referências das quais elas emergem – teorias racialistas do século XIX.

Mais do que reflexos na historiografia, modificações mais palpáveis emergiram dessa visão, sob as “picaretas da modernidade”. Ao aproximar-se o final do século XIX, com os movimentos abolicionistas, iniciou-se uma profunda modificação nas relações de trabalho em Santa Catarina. Vemos uma ação no sentido de refundar a relação da cidade com suas áreas populares.

Para Cardoso,

é possível vislumbrar, não apenas a triste decisão de demolir as moradias, mas a intenção de re-estruturar modos de viver citadinos, nos quais a população de origem africana aprendera a transitar, sem oferecer nenhuma alternativa para além da segregação e manutenção das relações de dependência e subordinação.

A República e seus porta-vozes não tinham parâmetros para lidar com estes grupos populares, e na dúvida, tornaram-se todos inimigos, incontroláveis desenraizados sociais. A esperança parece, era mantê-los sob vigilância generalizada e esperar, de acordo com as novas teorias, que desaparecessem afogados nas suas incapacidades.⁴²

É desse cenário que se originam algumas concepções historiográficas ainda hoje por vezes utilizadas, principalmente a posição de descrever Santa Catarina a partir da negação da experiência do resto do país, como uma região livre do trabalho escravo – e, assim, da presença de populações de origem africana – e, quando não é possível negar essa presença, relativizá-la, defendendo uma

História – Mídia e Cidadania, Florianópolis, 2006.

⁴¹Ver os estudos de Kátia Junckes, *Eles franceses voadores lá, nós cá*, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 1995; Vera Lucia N. Dias, *Tantos Campeches, tantas imaginações*, Dissertação de Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 1996; Joice Farias, *Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa*, Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Rio de Janeiro, 2003; Maria Bernadete Ramos Flores, *Farra do Boi: Teatro da Vida, Cenários de História*, Tese de Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, 1991. Exemplos maiores desta preocupação açorianista são as obras: Walter Piazza, *A epopeia açórico-madeirense (1747-1756)*, Florianópolis, Ed. da UFSC/Ed. Lunardelli, 1992; Oswaldo Cabral, *Os açorianos*, Florianópolis, Imprensa Oficial, 1951.

⁴²Paulino Cardoso, *op. cit.* p. 6 e 7.

suavização da experiência do cativo na região.

Em uma interpretação, para muitos hegemônica até o início dos anos 90, Santa Catarina, até as primeiras décadas do século XVIII era um mundo de pequenos produtores pobres, envolvidos em atividades de subsistência ou um incipiente esforço exportador, principalmente de farinha de mandioca e na indústria da pesca da baleia, com presença de populações de origem africana insignificantes. E mesmo estes poucos cativos logo cederiam espaço a novas levas de imigração européia.

Nesta interpretação a região só teria se dinamizado economicamente na segunda metade do século XIX, movida pela mão de obra recém chegada da Europa, em especial alemães e italianos. Uma região sem dinamismo econômico, sem expressão comercial e à margem das relações existentes em outras áreas do território brasileiro. Isso era ainda mais visível no caso da Ilha de Santa Catarina que, sem o impulso trazido pelo colono europeu que se fixara em outras regiões da província, teria ficado refém de uma incipiente economia de subsistência, capaz apenas de exportar alguns excedentes diuturnos. Referindo-se à ilha, Idaulo José Cunha defende:

O modelo econômico era de subsistência – autoconsumo, baseado num sistema fundiário de pequena propriedade, que geram excedentes exportáveis, nele se destacando a farinha de mandioca, que muito embora fosse produto-chave da economia da Ilha de Santa Catarina, era pouco nobre, de baixa qualidade e com mercado instável⁴³

A historiografia dita 'tradicional'

A historiografia de Santa Catarina foi, de seu início até a última década do século XX, bastante peculiar e pouco variado. Para Cardoso:

Após a morte do historiador catarinense Lucas José Boiteux, lusófilo e um dos responsáveis pela coleta, tradução e organização da documentação arquivística, dos relatos de viajantes e relatórios de dirigentes do Governo local, que constituem, ainda hoje, algumas das principais referências para escrita histórica catarinense acerca do século XVIII e XIX; a impressão é que foi se tornando hegemônica, uma interpretação histórica, fundamentada em estudos econômicos, que buscou articular a singularidade de Santa Catarina ao sucesso econômico da imigração européia. Produção, por vezes, francamente

⁴³Idaulo Cunha, O fraco papel da indústria na economia da Ilha de Santa Catarina: um caso diferenciado de desenvolvimento. In: Nereu do Vale Pereira, *Ilha de Santa Catarina, espaço, tempo e gente*, Florianópolis, IHGSC, 2002. p.306.

germanófila.⁴⁴ [...] Uma reação a esta hegemonia forjou-se no bojo do I Congresso de História de Santa Catarina, organizado em 1948, dedicado a recuperar o lugar dos ditos açorianos na consolidação da presença lusitana no Brasil meridional. Foi o maior representante desta abordagem Oswaldo Rodrigues Cabral⁴⁵ e o seu livro *Os açorianos*.⁴⁶

O início de uma historiografia no sentido mais completo do termo, no entanto, é, normalmente, relacionada ao trabalho de dois pesquisadores: Walter Fernando Piazza⁴⁷, o primeiro grande historiador profissional de Santa Catarina, e o médico Oswaldo Rodrigues Cabral⁴⁸. Os dois, entre outros, têm trabalhos que buscam ser grandes sínteses de prolongados períodos históricos.

Estes trabalhos, de modo geral ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, tinham concepções de história que se assentavam nos grandes feitos políticos e militares, além da atuação de elites locais e famílias tradicionais, assim como de forte ênfase em uma especificidade das práticas empreendedoras dos imigrantes europeus do final do século XIX. Entre estes trabalhos podemos citar obras como “Santa Catarina: história da gente”⁴⁹, de Walter Piazza; os dois volumes de “Nossa Senhora do Desterro”⁵⁰, de Oswaldo Cabral; “Memória Barriga Verde”⁵¹, de Manoel Gomes e “História de Florianópolis”, de Carlos Humberto Correa⁵².

Outras obras, mesmo tratando da temática da escravidão, seguem um caminho semelhante.

Walter Piazza e seu “O escravo numa economia minifundiária”⁵³ talvez sejam o maior exemplo,

⁴⁴O autor cita como exemplo desta produção: Ondina Pereira Osle, *História da Industrialização Catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro*, Florianópolis, FIESC, 1988.

⁴⁵Oswaldo Cabral, *op. cit.* (1951).

⁴⁶Paulino Cardoso, *op. cit.* p. 9

⁴⁷Walter Piazza, nascido em 1925 na atual cidade de Nova Trento, a cerca de 80 quilômetros de Florianópolis, mesmo local onde nasceu Lucas Boiteux 45 anos antes. Foi um dos grandes incentivadores do programa de pós-graduação em história da Universidade do Estado de Santa Catarina-UFSC, sendo professor na instituição, além membro da Academia Catarinense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Entre suas principais publicações estão: Walter Piazza, *O Brigadeiro José da Silva Paes: estruturador do Brasil meridional*, Florianópolis/Rio Grande-RS, Ed. da UFSC/ Ed. da FURG, 1988; Walter Piazza, *Dicionário político catarinense*, Florianópolis, Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985; Walter Piazza, *A colonização de Santa Catarina*, Florianópolis, Lunardelli, 1994.

⁴⁸Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-1978), nascido na cidade de Laguna, foi professor da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, e membro das Academias de Letras do Paraná, Piauí e de Santa Catarina e dos Institutos Históricos e Geográficos da Bahia, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Foi também político, chegando a ocupar, em 1954, a presidência da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. É autor de, entre outras obras: Oswaldo Cabral, *História de Santa Catarina*, Florianópolis, Imprensa da UFSC, 1968; Oswaldo Cabral, *Nossa Senhora do Desterro: notícia*, Florianópolis, 1971; Oswaldo Cabral, *Nossa Senhora do Desterro: memória*, Florianópolis, Imprensa da UFSC, 1972.

⁴⁹Walter Piazza, *Santa Catarina: História da gente*, Florianópolis, Lunardelli, 1983.

⁵⁰Oswaldo Cabral, *op. cit.* (1971); *op. cit.* (1972).

⁵¹Manoel Gomes, *Memória barriga verde*, Florianópolis, Lunardelli, 1990.

⁵²Carlos Humberto Correia, *História de Florianópolis – Ilustrada*, Florianópolis, Editora Insular, 2004.

⁵³Walter F. Piazza, *O escravo numa economia minifundiária*, São Paulo, Resenha Universitária, 1975.

embora elabore um importante trabalho de busca de fontes sobre essas populações. O autor, um dos grandes impulsionadores da historiografia profissional catarinense, resume assim seu pensamento:

[...] a) na Capitania, depois Província de Santa Catarina, a escravidão negra não teve as mesmas dimensões de outras partes do Brasil; b) parcialmente tal se deve ao pequeno número de grandes propriedades agrícolas ou pastoris; c) o elemento luso-brasileiro (vicentista) ou luso-açoriano, não possuía grandes recursos para adquirir expressiva escravaria, daí seu caráter eminentemente doméstico e urbano.⁵⁴

Muitos autores classificam esta historiografia sobre Santa Catarina com o que chamam de “Tradicional”, e que seria

uma produção que estaria marcada pela perspectiva linear, factual (com ênfase na narrativa dos acontecimentos), acrítica, excludente (elitista), "positivista" (presa de uma ambição de objetividade e verdade) e geralmente restrita à documentação administrativa pública de caráter arquivístico (dita "oficial")⁵⁵

Embora autores mais recentes, entre os quais nos colocamos, questionem muitas das abordagens destas obras, elas são responsáveis por encontrar e sistematizar grande quantidade das fontes arquivísticas sobre a história de Santa Catarina, destacando-se o trabalho historiográfico realizado a partir de jornais⁵⁶.

Ainda que se leve em conta as modificações que o tempo traz para o desenvolvimento da historiografia, e que são profundas, pode-se traçar uma linha em torno da qual gravitam vários autores, que vem dos trabalhos de Lucas Boiteux até os dias atuais. Representada de forma geral por pesquisas ligadas ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, pode-se perceber nestes trabalhos “uma convergência quanto a um modelo 'patriótico' de história – ou o que poderíamos chamar de uma história cordial.”⁵⁷

Um dos pontos que mais chama atenção nesta aproximação historiográfica é a visão de uma Santa Catarina como a negação da experiência social brasileira. Por esta aproximação, particularidades históricas impediram que se fixasse de maneira permanente o trabalho cativo – e

⁵⁴*Idem*, p. 220-221.

⁵⁵Janice Gonçalves, *A singela e pitoresca história de nosso estremecido torrão: em torno da produção de caráter histórico no âmbito do IHGSC*, Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: Guerra e Paz, Londrina, 2005. p. 1.

⁵⁶Neste aspecto (a utilização de notícias de jornais como fonte principal para a escrita da história) destaca-se o trabalho de Oswaldo Cabral nas mais de 1.700 páginas dos quatro volumes de “A História da Política em Santa Catarina durante o Império”. (Oswaldo Cabral, *A História da Política em Santa Catarina durante o Império*, Florianópolis, Editora da UFSC/Governo do Estado de Santa Catarina, 2004.)

⁵⁷Janice Gonçalves, *op. cit.* p. 6.

com ele as populações de origem africana – na região, que teria encontrado sua vocação econômica com a chegada dos imigrantes europeus da segunda metade do século XIX, cujo símbolo principal seriam as comunidades alemãs do Vale do Rio Itajaí. Esta negação da presença do africano e de seus descendentes em Santa Catarina se dá em uma forte corrente ideológica que tem como objetivo valorizar a presença do trabalhador livre europeu na formação econômica e social – e, para alguns, na composição dita “racial” - do hoje Estado, um “branqueamento” na história da região⁵⁸.

Autores como Walter Piazza⁵⁹ e Oswaldo Cabral⁶⁰ defendem, em suas pesquisas, que a importância do aspecto militar na ocupação e colonização da Ilha de Santa Catarina acabou por resultar em uma pouca expressiva utilização do trabalho escravo.

Um dos estudos pioneiros no caminho de visualizar as populações de origem africana foi realizado por Fernando Henrique Cardoso, parte dos trabalhos para a publicação de “Cor e Mobilidade Social”, junto ao também sociólogo Octavio Ianni⁶¹. Pesquisa realizada em 1955 e publicada em 1960, a parte produzida por Cardoso foi publicada recentemente com o título de “Negros em Florianópolis⁶²”. Esta obra cumpre importante papel de destacar a participação das populações de origem africana na formação do Estado de Santa Catarina.

A obra de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, publicada em 1960, veio questionar algumas bases dessas premissas. Nos interessa de modo especial a parte da obra redigida por Fernando Henrique Cardoso, posteriormente editada com o título “Negros em Florianópolis”⁶³. Embora não rompa com a visão anteriormente referida, antes possa ser interpretada como uma releitura de obra de autores como Oswaldo Cabral, “Negros em Florianópolis” traz uma nova visão do papel das populações de origem africana⁶⁴. Segundo Paulino Cardoso, no prefácio da obra:

⁵⁸Ver: Ilka Leite, Descendentes de africanos em Santa Catarina: Invisibilidade histórica e segregação, In: Ilka Leite (org), *Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade*, Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1996. p. 33-53.

⁵⁹Ver: Walter Piazza, *op. cit.* (1988); Walter Piazza, *op. cit.* (1983); Walter Piazza, *op. cit.* (1975)

⁶⁰Oswaldo Cabral, *op. cit.* (1968); Oswaldo Cabral, *As defesas da Ilha de Santa Catarina*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972.

⁶¹Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*, São Paulo, Ed. Nacional, 1960.

⁶²Fernando Henrique Cardoso, *Negros em Florianópolis: Relações sociais e econômicas*, Florianópolis, Insular, 2000.

⁶³*Idem.*

⁶⁴Para além da importância na historiografia sobre Santa Catarina, a obra estava inserida em profundas e importantes

Se Fernando Henrique acertou em identificar as práticas de exclusão dos africanos e afrodescendentes, por outro lado teve dificuldade de detectar [...] modos heterogêneos de viver, e as inúmeras táticas através das quais 'os negros' enfrentaram e ludibriaram a ordem vigente. [...] Em suma, este livro é capaz de fornecer um número significativo de referências bibliográficas que podem contribuir em muito com historiadores e demais cientistas preocupados com a temática. Mas [...] as questões e a nomenclatura apresentadas por Fernando Henrique Cardoso precisam, antes de tudo, serem compreendidas na sua historicidade⁶⁵

Mudanças no paradigma historiográfico catarinense

Uma nova interpretação historiográfica surgiu no cenário catarinense nos anos 90. Variados autores, partindo de pesquisas de pontos diversos da Santa Catarina do século XIX, apontaram para a existência de uma elite de negociantes, concentrada em Desterro e seu porto, que assumiu um papel de destaque econômica e politicamente, em substituição à elite burocrática e militar, proveniente de fora da província, que existia no século anterior. Estes pesquisadores pintaram uma Desterro e uma Santa Catarina muito mais dinâmica e complexa do que se pensava, com largas interações mercantis e profundamente inserida no contexto ligado ao antigo regime que predominava por todo o território. São nestes mercadores e negociantes, a elite econômica e social da província, que nos propomos nos concentrar, de maneira a contribuir para uma mais profunda compreensão da história da região.

A invisibilização de certas populações esteve profundamente ligada à tentativa de caracterizar a Santa Catarina atual, e uma pretensa superioridade à experiência colonizadora, que separaria o sul do Brasil, e em especial Santa Catarina, do resto do território. Leite nos diz que “o embranquecimento, mais que estatístico, procedia-se movido pelos pressupostos ideológicos que

necessitavam negar suas presença (do negro e do índio), para construir o ‘vazio’ a ser ocupado discussões de alcance mais abrangente: “*As inovações metodológicas empreendidas [pelos trabalhos de Roger Bastide e Florestan Fernandes, junto aos quais estava articulada a pesquisa de Fernando Henrique Cardoso] foram interessantes: a ênfase no trabalho coletivo, interdisciplinar e, principalmente, na percepção de que a compreensão das relações raciais passava pela identificação dos discursos que configuravam a ideologia racial do branco e, igualmente, era preciso apreender as formas organizadas e conscientes, através das quais os descendentes de africanos, entendiam e buscavam superar suas condições de exclusão e marginalização social. Para esses pensadores que conviveram com a “fina flor” da militância anti-racista de São Paulo (José Correia Leite, Raul Joviano do Amaral, Isaltino Veiga dos Santos, Jaime Aguiar, entre outros), os negros deixavam de ser mero objeto de ciência, na perspectiva dos racistas científicos do século XIX, para serem imaginados como gestores de seu processo de “elevação social”. [...] Não por acaso, na obra aparecem várias referências às formas de organização social da população de origem africana na cidade.*” (Prefácio de Paulino Cardoso à *Negros em Florianópolis* (idem, p. 17)

⁶⁵Paulino Cardoso, Prefácio à *Negros em Florianópolis* (idem, p. 22)

pelos imigrantes.”⁶⁶

A imagem do Brasil colonial, principalmente influenciada pela chamada *Escola do Sentido da Colonização* e os estudos orientados para o chamado *Modo de Produção Escravista Colonial*, identificaria o Brasil como um espaço voltado unicamente para produção e exportação de produtos específicos, em especial o açúcar, o ouro e o café⁶⁷. Dentro deste pensamento, Santa Catarina estaria, de certa forma, à margem deste processo, encerrada em uma economia de subsistência até a chegada de uma nova leva de imigração europeia (alemães e italianos, em especial). E nisso se justifica a alegada ausência, ou especificidade ao menos, de mão de obra cativa e das grandes fortunas regionais.⁶⁸ Ironicamente, esta falta de dinamismo e descolamento do mercado exportador é muitas vezes visto como sintoma de progresso, pois constituiria o campo necessário para a construção, com a chegada de uma nova leva de imigração europeia, de um “pedacinho da Europa no Brasil Meridional”.

Segundo Maria Odila Dias, durante o processo de independência do Brasil, a Corte do Rio de Janeiro surgia como uma nova metrópole a colonizar o grande território brasileiro. Diante da dispersão do poder político e da miríade de lideranças que surgiam no espaço da tricentenária dominação portuguesa a Nova Corte era a promessa de um Estado presente, capaz de manter a ordem e promover com sucesso a instalação de uma civilização nos trópicos.⁶⁹

Esta 'tarefa' de reforma e construção absorveu os esforços dos ilustrados brasileiros a serviço da Corte portuguesa e nela se moldaria a geração da 'independência'. Não se deve subestimar as consequências advindas desse engajamento numa política de estado portuguesa; marcaria profundamente a elite política do primeiro reinado e teria influência decisiva sobre todo o processo de consolidação do Império.⁷⁰

⁶⁶Ilka Boaventura Leite, *Descendentes de africanos em Santa Catarina: Invisibilidade histórica e segregação*, In: Ilka Leite *op. cit.* p.39.

⁶⁷Embora obras em alguns momentos conflitantes, os pontos basilares destas linhas de pensamento podem ser apontados em, entre outros: Ciro Cardoso, *op. cit.* (1987); Celso Furtado, *op. cit.*; Fernando Novais, *op. cit.* (1983); Jacob Gorender, *op. cit.*; Caio Prado Junior, *op. cit.* (1977).

⁶⁸Sobre a especificidade da posição catarinense, constitui ponto basilar a obra de Walter Fernando Piazza, em especial: Walter Piazza, *op. cit.* (1975); Walter Piazza, *op. cit.* (1988); Walter Piazza, *A escravidão negra numa economia periférica*, Florianópolis, Guarapuvu, 1999.

⁶⁹Maria Odila Leite da Silva Dias, *A interiorização da Metrópole (1808 – 1853)*. In: Carlos Guilherme Motta, *op. cit.* p. 160-184.

⁷⁰*Idem.* p. 184.

Várias áreas do território brasileiro se converteram, ainda no período joanino, em especialistas em garantir o abastecimento do Rio de Janeiro e das regiões exportadoras, suprindo-as com os bens que estas não produziam na quantidade necessária. Com o estabelecimento destes circuitos comerciais, internos, estabeleceu-se elites de mercadores e negociantes, que tinham seu lucro na produção e, principalmente, no comércio vinculado a esse abastecimento interno.⁷¹

Podemos, a partir destas premissas, transferir nossa preocupação do sucesso ou fracasso econômico da região – “feito um administrador colonial”⁷², nas palavras de Paulino Cardoso – para as dinâmicas sociais e econômicas de Santa Catarina, nos concentrando na forma que ela se reproduzia, e como as relações de poder e as flutuações econômicas se inseriam naquela sociedade.

Também nas relações de trabalho autores apontam para uma supremacia do trabalho livre que diferenciaria Santa Catarina de outras regiões do Brasil, algumas vezes passando destas observações para uma supremacia do “branco” sobre o “negro”. Para amparar a convicção da pouca importância do trabalhador cativo na economia catarinense do período imperial é comumente utilizada a passagem em que o viajante Saint-Hillaire, em 1840, afirma que “Como sejam raros ali os negros, principalmente no campo, e a população seja pobre e muito numerosa, ninguém considera uma desonra cultivar a terra com suas próprias mãos, e em Desterro são os brancos que exercem todos os ofícios.”⁷³.

Tal utilização da passagem, no entanto, não encontra eco em trabalhos que se aprofundem sobre a questão. Mesmo outros viajantes apontam o contrário de Saint-Hillaire. Em 1803 outro viajante aponta justamente o contrário:

a quantidade de escravos negros de ambos os sexos que se vêem aqui é estranha aos olhos desacostumados de um europeu qualquer [...] são principalmente estes infelizes que tratam da lavoura e executam os trabalhos mais pesados. A riqueza dos moradores daqui é avaliada, em geral, pelo número de escravos que eles possuem.⁷⁴

⁷¹Sobre este tema, embora trate do sul de Minas, ver: Alcir Lenharo, *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil – 1808-1847*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

⁷²Paulino Cardoso, *op. cit.* p. 14.

⁷³Auguste Saint-Hilaire, *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*, São Paulo, Itatiaia Editora, 1978. p. 174.

⁷⁴Paulo Berger, *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*, Florianópolis, Ed. da UFSC/Lunardelli, 1990. p.166.

Esta negação, não só da importância do elemento cativo para a produção econômica na província, mas da própria presença das populações de origem africana – desde 1930 um dos pontos fundantes de uma idéia de identidade nacional – permeia profundamente a produção histórica catarinense. Para Leite, “enquanto a identidade brasileira é inclusiva, procura contemplar as diferenças étnicas, a identidade do sul se constrói pela negação do negro”.⁷⁵

Os primeiros estudos sobre a história de Santa Catarina foram realizados por pesquisadores amadores, interessados em registrar e contar, em sua maioria, a história de suas cidades e regiões. Entre esses estudos destaca-se a obra de Lucas Boiteux, militar que chegou a ocupar o posto de Almirante, que foi um dos primeiros a recolher e sistematizar de forma abrangente fontes sobre a história de Santa Catarina.⁷⁶ Embora tenha se profissionalizado e se desenvolvido, como vimos acima, no que se refere à organização social, econômica e política só veio a sentir mudança mais profunda no final do século XX.

Os dados assinalados por Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni⁷⁷ deixavam no ar uma pergunta profundamente incômoda para a historiografia: Como conciliar a presença, durante o século XIX, de entre um quarto e um terço de população cativa com a historiografia catarinense? Novas interpretações das fontes disponíveis se faziam, assim, necessárias.

Em resposta a essa visão, outros historiadores revisitam velhos temas, de maneira a aprofundar a compreensão das relações sociais no século XIX, e distanciar a história daqueles tempos de aproximações ainda ligadas às correntes historiográficas do início do século. O recuo da história do trabalho no Brasil para épocas anteriores à abolição e à primeira república, de maneira a abarcar as experiências do cativo, além de outras relações de trabalho, também cumpre importante papel no sentido de incluir populações até então invisibilizadas historiograficamente nos estudos sobre a sociedade catarinense.⁷⁸

⁷⁵Ilka Leite, *op. cit.*, p. 49.

⁷⁶Publicou, entre outros: Lucas Boiteux, *Notas para História Catharinense*, Florianópolis, Livraria Moderna, 1912.

⁷⁷Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, *op. cit.*

⁷⁸Ilka Boaventura Leite, *Descendentes de africanos em Santa Catarina: Invisibilidade histórica e segregação*. In: Ilka Leite, *op. cit.*

Novos questionamentos à historiografia brasileira deram origem a uma história social da escravidão que se preocupa com as experiências cativas em suas, nas palavras de Maria Cristina Wissenbach, dimensões sócio-culturais independentes; capaz de capturar as relações intragrupos e demais desclassificados, suas possibilidades de mobilidade social, os espaços de autonomia, mecanismos de obediência e submissão, redes de solidariedade vertical e horizontal⁷⁹

Neste sentido, sobre Santa Catarina, se tornou referência “Negros em Desterro”⁸⁰, de Paulino Cardoso. Nesta obra o autor realiza uma extensa descrição da paisagem da Cidade de Desterro e das freguesias situadas na Ilha de Santa Catarina, à medida que apresenta, baseado em um robusto trabalho com fontes da época, as populações de origem africana que ali vivem. Através

⁷⁹Maria Cristina Wissembach, *Sonhos africanos, vivências ladinas*, São Paulo, Ed. Hucitec, 1998. p.28. Ver também: Sidney Chalhoub, *Visões da Liberdade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990; Hebe Maria de Mattos, *Das cores do silêncio*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998. Também chama a atenção a obra de Maria Odila Dias, uma das precursoras deste movimento, principalmente: Maria Odila Dias, *Quotidiano e poder*, São Paulo, Brasiliense, 1984.

⁸⁰Paulino Cardoso, *op. cit.* Além da obra aqui citada, é importante salientar a importância do Grupo de Pesquisa Multiculturalismo: História, Educação e Populações de Origem Africana, coordenado por Cardoso, e dos trabalhos por ele orientados e realizados no âmbito do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros-NEAB/UDESC, entre eles: Angelo R. Biléssimo, *Entre a Praça e o Porto: Grandes fortunas nos inventários post-mortem em Desterro entre 1860-1880*, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2007; Maristela dos Santos Simão, *Lá vem o dia, Lá vem a Virge Maria, agora e na hora da nossa morte. A Irmandade de Nossa Senhora do Desterro e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro -1860/1880*, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2006; Tamelusa Ceccato do Amaral, *Germano Wendhausen e a abolição da escravatura em Desterro no séc. XIX*, Trabalho de Conclusão do Curso de Aperfeiçoamento/Especialização em História Social do Ensino Médio e Fundamental na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2006. Carina Santiago dos Santos, *Experiências de afrodescendentes em Desterro nas últimas décadas da escravidão*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2005; Karyne Johan, *Crime, criminalidade e escravidão: experiências e vivências de africanos e afrodescendentes em processos criminais em Desterro*, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2003; Tamelusa Ceccato, *Da grandeza do fato a miudeza do ato: os significados da prática da alforria em Desterro (1870-1888)*, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2003; Lisandra Barbosa Macedo, *Cultura africana em Desterro na década da abolição - invisibilidade e resistência*, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2003; Patrícia Ramos Geremias, *Filhos livres de mães cativas: Os ingênuos e os laços familiares das populações de origem africana em Desterro na década da Abolição*, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2001; Haroldo Silis Mendes da Silva, *Carroceiros, quitandeiros, marinheiros, pombeiros e outras agências: Trabalho e sobrevivência de africanos e afrodescendentes em Desterro na década da Abolição (1880-1888)*, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2001; Fabiano Dauwe, *Estratégias institucionais de liberdade: O fundo de emancipação em Nossa Senhora de Desterro*, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2001; Clemente Gentil Penna, *Vivendo sobre si - Estratégias de liberdade das populações de origem africana na ilha de Santa Catarina (1870-1888)*, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2001; Joice Farias, *O negro inexistente: um estudo sobre a escravidão africana na historiografia catarinense (1980-1990)*, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 1998; Claudia Mortari, *A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (1840-50)*, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 1995.

dessa análise, investiga as relações de trabalho, os locais onde essas pessoas residiam, seus interesses, objetivos, resistências e espaços de controle e autonomia. Seu trabalho tem profunda relevância, pois solapa antigas teses, mostrando a importância de cativos, libertos e africanos e afrodescendentes livres na estruturação social e econômica do período em questão.

Alguns anos antes da tese de Cardoso, uma outra obra, que também contou com a participação do autor, foi de grande importância para questionar a invisibilidade das populações de origem africana em Santa Catarina⁸¹. A obra busca articular a história do trabalho cativo em Santa Catarina com manifestações contemporâneas de preconceito, tendo sido editada no seio das comemorações do centenário da abolição da escravatura no Brasil. Embora em alguns momentos pareça superestimar a importância de normas legais em detrimento da complexidade das relações interpessoais, “Negro em terra de branco” representa um importante marco na historiografia catarinense.

A perspectiva de uma especificidade da economia catarinense que a manteve ao largo das questões da escravidão e da presença das populações de origem africana, na trilha dos trabalhos acima referidos, vem sendo questionado por uma série de pesquisas. Estudos em áreas como o trabalho, o tráfico interprovincial, as fugas e a formação de quilombos, o cotidiano e as experiências de escravos e libertos, os lugares de moradia, são alguns dos objetos das novas pesquisas.⁸²

Essa mudança na maneira da historiografia perceber a estruturação social de Desterro e de

⁸¹Joana Maria Pedro, Et al, *Negro em Terra de Branco*, Porto Alegre, Editora Mercado Aberto, 1988. O livro tem a peculiaridade de reunir, alguns em início de carreira, nomes que viriam a desempenhar importante papel na historiografia catarinense, como Paulino Cardoso, Joana Maria Pedro, Luiz Felipe Falcão e Rosângela Cherem.

⁸²Ver: Paulino Cardoso, *op. cit.*; Clemente Gentil Penna, *Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas da escravidão (1850-1888)*, Dissertação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2005; Joice Farias, *op. cit.*; Martha Rebalatto, *Fugas de escravos e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX*, Dissertação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2006; Rafael Cunha Scheffer, *Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888*, Dissertação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2006; Nilsen C. Oliveira Borges, *Terra, gado e trabalho: sociedade e economia escravista em Lages, SC (1840-1865)*, Dissertação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2005; Ana Paula Wagner, *Diante da liberdade: um estudo sobre libertos da Ilha de Santa Catarina, na segunda metade do século XIX*, Dissertação em História pela Universidade Federal do Paraná – UFSC, Florianópolis, 2002; Patrícia Ramos Geremias, *Ser “ingênuo” em Desterro/SC: a lei de 1871, o vínculo tutelar e a luta pela manutenção dos laços familiares das populações de origem africana (1871-1889)*, Dissertação em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro 2005.

Santa Catarina deu margem para uma série de trabalhos que aprofundaram questões que, alguns anos antes, não tinham destaque para as pesquisas realizadas. O trabalho de Borges, “Terra, Gado e Trabalho”⁸³, por exemplo, aprofunda a questão da mão de obra em outro espaço, no caso o planalto serrano. Para o autor, a formação econômica e social desta região, profundamente ligado à criação de gado, deu-se em grande parte através de pequenos e médios criadores de gado, e todo o aparato econômico que o envolve, e que utiliza, em larga medida, a mão de obra cativa.

A questão da utilização de mão de obra, dessa vez na Ilha de Santa Catarina, também é tema presente em “Escravidão, Liberdade e os Arranjos de Trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas da Escravidão”⁸⁴, onde Clemente Gentil Penna procura perceber as conseqüências do aprofundamento do comércio interprovincial e do incremento na produção na Província no mercado de trabalho, inclusive a tendência à compra de novos cativos por parte dos empresários, e os diversos ofícios ocupados pela mão de obra cativa e como os libertos se colocavam neste panorama.

Aprofundando a discussão do aquecimento no mercado de mão de obra cativa, tanto a chegada de cativos à província como sua venda para outras regiões, tem grande destaque a dissertação de mestrado de Rafael Scheffer, “Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro”⁸⁵. Através de intensa investigação de anúncios de compra e venda de cativos em jornais da época, entre outras fontes, o autor faz um denso retrato das relações econômicas que cercavam o tráfico, em especial interprovincial, de cativos, e a maneira que a sociedade da época respondia a tal comércio⁸⁶. Para o autor, a recepção à ocupação dos traficantes de escravos não diferia de maneira

⁸³Nilsen Borges, *op. cit.*

⁸⁴Clemente Gentil Penna, *op. cit.*

⁸⁵Rafael da Cunha Scheffer, *op. cit.*

⁸⁶O autor procura refazer, dentro do trabalho, de maneira bastante competente, o trajeto de Manoel Victorino de Menezes, referido como o maior traficante de escravos da Desterro de então. Chama bastante atenção a descrição da morte do comerciante, assassinado na cidade de Campinas, São Paulo, que contribui para melhor apreendemos meandros da vida dos negociantes do período: “*Tendo ido a Campinas 'arrecadar importantes sommas de dinheiro, de que lhe eram devedores vários fazendeiros e capitalistas dessa praça', Menezes recebeu a ajuda do agente do Banco Mercantil de Santos em Campinas. Durante vários dias, o agente José Pinto de Almeida Junior acompanhou as cobranças de Victorino. [...] E ao final de alguns dias, tendo recebido quantias de diversos devedores, cujas somas foram calculadas entre 40 e 60 contos de réis, Menezes preparava-se para retornar a Desterro. Segundo os depoimentos de funcionário e do gerente do hotel, no dia anterior a sua partida, Almeida Junior esteve presente no Hotel do universo e de lá saiu em companhia de Victorino. No dia seguinte o agente do banco retornou ao hotel, pagou*

relevante a de outras agências.⁸⁷

Mais profunda do que a discussão acerca do trabalho e dos negociantes na Desterro do século XIX dentro da historiografia catarinense, no entanto, é a que trata das práticas das populações de origem africana, em especial a produção realizada após o trabalho de Paulino Cardoso. Chama a atenção a investigação sobre modos de organização dessas populações, onde assume grande importância as discussões sobre as irmandades e confrarias católicas de africanos e afrodescendentes em Desterro, em especial a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos.⁸⁸ Para Maristela Simão:

Muitas destas pessoas de origem africana, apesar de cativas e, na esfera do jurídico, terem, muitas vezes, sido imaginadas mais próximas de um bem semovente que de uma pessoa, dentro da Irmandade se constrói como um ator fundamental para si, para os parentes e para o conjunto dos habitantes. [...] Esses laços de solidariedade desenvolvidos na Irmandade é que vão permitir a ela, mais do que cultivar e honrar seus mortos, estar presente na vida dessas pessoas. Em todo o momento em que a Irmandade servia como o lugar do consolo, intermediava as relações com as instâncias da vida civil ou apresentava o lúdico e o emocional em suas festas e procissões ela estava cumprindo seu objetivo. Mesmo quando a instituição era o local do conflito, inclusive entre os próprios irmãos, ela estava cumprindo seu objetivo.⁸⁹

Assim aprofunda-se o conhecimento sobre a presença das populações de origem africana

a conta do comerciante e declarou que Menezes já havia embarcado no trem em direção a São Paulo, e que suas bagagens deveria ser enviadas para lá. [...] A polícia de Campinas, informada do caso, iniciou as diligências, que rapidamente apontaram que Victorino não havia saído daquela cidade. Investigando mais a fundo, as pistas apontaram para o envolvimento de Almeida Junior no desaparecimento, que passou a ser visto como principal suspeito. [...] Dias depois, o mal cheiro saído da latrina, e que já incomodava os vizinhos, fez com que José Pinto decidisse fechar a latrina, destruindo a casinha e tampando com cal o lugar. Em seguida construiu sobre a antiga latrina um outro cômodo para os criados. Sabendo de diversos desses detalhes que cercavam o crime, o delegado de polícia ordenou uma busca na casa e a escavação da antiga latrina. O auto da busca, publicado nos jornais, informou que as buscas naquele local encontraram um corpo. [...] Posteriormente, o corpo foi identificado por alguns sinais e por testemunhas, [...] como sendo o de Victorino de Menezes. [...] A versão reconstituída pelo delegado e divulgada pelos jornais foi a seguinte: no dia em que havia buscado Menezes no hotel, o agente do banco havia tomado providências para que sua família e criados estivessem fora de sua casa. Levando Victorino para o local, Almeida o teria matado a golpes de martelo, tendo depois atirado o corpo na latrina da casa, mandando tampá-la em seguida devido ao mau cheiro que exalava.” (Rafael da Cunha Scheffer, *op. cit.* p. 140)

⁸⁷Rafael da Cunha Scheffer, *op. cit.* p. 125-129.

⁸⁸Sobre a organização das Irmandades, ver: Maristela dos Santos Simão, *Lá vem o dia, Lá vem a Virge Maria, agora e na hora da nossa morte. A Irmandade de Nossa Senhora do Desterro e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro -1860/1880*, Editora Casa Aberta, Itajai, 2008 e Cláudia Mortari, *Os Homens Pretos de Desterro: um estudo sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário*, Dissertação de Mestrado pela Pontifícia Universidade Católica – PUCRS, Porto Alegre, 2000. Fora do espaço das irmandades, outros trabalhos são de grande interesse: Joice Farias, *op. cit.* (2003); Martha Rabelatto, *op. cit.*; Cláudia Mortari, *Os africanos de uma vila portuária do sul do Brasil: Criando vínculos parentais e reinventando identidades*, Tese de doutoramento pela Pontifícia Universidade Católica – PUCRS, Porto Alegre, 2007. Merece destaque, também, por ser uma das poucas obras que trata de uma região fora da Ilha de Santa Catarina: Denize Silva, *Plantadores de raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888*, Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2004.

⁸⁹Maristela dos Santos Simão, *op. cit.* (2008). p. 120.

na sociedade de Santa Catarina, e supera-se a versão da história de Santa Catarina como campo de protagonismo exclusivo das populações chegadas da Europa, criando uma maior compreensão sobre sua sociedade. É de extrema importância tal discussão, pois, ao nosso olhar, grande parte da historiografia sobre a região não conseguiu superar mitos e visões pré-estabelecidas sobre a organização e dinâmicas sociais e econômicas de Santa Catarina.

No século XIX, no entanto, não só o trabalho cativo tem sido alvo de pesquisas por parte dos historiadores e embora o estudo da Província de Santa Catarina ainda se ressinta de uma obra que analise de forma abrangente as relações de trabalho, seja livre ou cativo. A já referida obra de Clemente Gentil Penna⁹⁰ talvez seja, entre as que se dedicam ao estudo específico da região, a que aborde o tema de maneira mais completa.

Uma análise bastante sólida das relações de trabalho na região foi realizada no livro “Homens de grossa aventura”⁹¹, de João Fragoso. Embora o autor procure se concentrar em um período um pouco anterior ao que aqui nos interessa, sua análise é muito útil para compreendermos a dinâmica econômica, não-capitalista, da Província de Santa Catarina no período imperial. Para Fragoso, a base da economia catarinense é a pequena propriedade, em geral familiar, voltada para o mercado de abastecimento interno dos grandes centros do país. E dentro desta organização convivem a mão de obra cativa com os trabalhadores livres, embora na maioria das vezes não assalariados – de modo geral exercido por familiares.⁹²

Por motivos que se relacionam às discussões realizadas acima, a mais robusta produção bibliográfica está relacionada ao papel do imigrantes europeus da segunda metade do século XIX. Embora muitos deles repercutam a visão da excepcionalidade da formação de Santa Catarina e do protagonismo exclusivo desses imigrantes no desenvolvimento das dinâmicas econômicas e sociais, outros são bastante interessantes ao pesquisador que procure compreender como se deu o contato

⁹⁰Clemente Gentil Penna, *op. cit.*

⁹¹João Luiz Fragoso, *op. cit.* (1998). Os aspectos que aqui nos interessa são abordados no capítulo II, intitulado 'Economia colonial: para além de uma plantation escravista-exportadora – o caso da região sudeste-sul' (p. 117-152), em especial nos itens 'A região sul: as estâncias-peonagem, a charqueada escravista e a produção camponesa de alimentos' e 'O mosaico de formas não-capitalistas de produção como uma formação econômica e social'.

⁹²*Idem*, p. 142-144.

entre as estruturas já existentes, que remetiam ao domínio português do período colonial, e essas populações que viriam a formar parte significativa da elite política e econômica a partir do início do século XX.⁹³ Neste sentido, a obra “Os alemães estão chegando”⁹⁴, de Santino de Andrade, desempenha papel crucial, pois busca apreender representações do imigrante que naquele período se fixava na região norte do estado, discursos que mais tarde, com a República, tornar-se-iam, em grande parte, hegemônicos⁹⁵.

⁹³Entre a produção mais recente sobre o tema podemos citar: Méri Frotscher, *Etnicidade e trabalho alemão: outros usos e outros produtos do labor humano*, Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1998; André Fabiano Voigt, *Imigrantes entre a Cruz e a Espada, Imigração alemã, confissão religiosa e cidadania no Vale do Itajaí/SC (1847 – 1863)*, Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1999; Antônio Carlos Guttler, *A Colonização do Saí (1842-1844) – Esperança de Falansterianos / Expectativa de um Governo*, Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1994; Toni Vidal Jochem, *A formação da Colônia Alemã Teresópolis e a atuação da Igreja Católica (1860-1910)*, Dissertação de Mestrado Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2002; Karine Simoni, *Além da Enxada a Utopia: a colonização italiana no Oeste Catarinense*, Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2003; Márcio Roberto Voigt, *Imigração e Cultura Alemã no Vale do Itajaí. Educação, Religião e Sociedades na História de Timbó/S.C. (1869 – 1939)*, Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1996; Manoel Pereira Rego Teixeira dos Santos, *Vida e Trabalho na Floresta. Uma análise da interação entre imigrantes e a floresta nas colônias do Vale do Itajaí e norte de Santa Catarina durante a segunda metade do século XIX*, Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2004; Ivan Carlos Serpa, *Os engenhos de Limeira: história e memória da imigração italiana no Vale do Itajaí-Mirim*, Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1998.

⁹⁴Santino de Andrade, *Os alemães estão chegando: discursos sobre o imigrante alemão em Santa Catarina (1850 – 1890)*, Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina– UFSC, Florianópolis, 2000. A dissertação foi orientada pelo Prof. Dr. Sérgio Schmitz, um dos grandes pesquisadores da História Econômica de Santa Catarina.

⁹⁵O tema do surgimento de importantes elites políticas no norte do estado é um ponto de interesse ainda por ser trabalhado. O papel de Hercílio Luz, herdeiro das famílias mais tradicionais de Desterro, nessa transição e a superação do Porto de Desterro pelo Porto de Itajaí como principal porta de comércio da região são algumas lacunas que ainda exigem pesquisas mais aprofundadas.

Capítulo 2 – Apresentando Santa Catarina

A região da Ilha de Santa Catarina ocupou, desde o início da expansão européia nas Américas, importante papel no cenário do litoral sul da América do Sul. De ponto de parada para expedições no início do século XVI até sua posição como suporte estratégico à atuação militar portuguesa na região no final do século XVIII. Despertou durante este tempo o interesse dos rivais ibéricos, culminando com os 18 meses que passou sob domínio espanhol entre 1777 e 1778. Cumpre-nos, neste momento, observar – da maneira sucinta, e por vezes algo superficial, que tão dilatado período de tempo nos obriga – o desenvolvimento da região que viria a ser, nos dias de hoje, o estado de Santa Catarina, entre os séculos XVI e XVIII. Temos por objetivo efetuar uma introdução, bastante abrangente, à história da região, procurando traçar um panorama de alguns dos principais eventos do período.

1. História e povoamento

Quando dos primeiros contatos com os navegadores europeus, a população da Ilha de Santa Catarina era composta por Carijós, indígenas Tupi-Guarani que se espalhavam por todo o litoral da região. Sendo descritos como em grande número nos primeiros relatos, com o passar do tempo foram desaparecendo, seja através da captura como mão de obra escrava, morte ou migração. Muitos ainda deixaram de ser identificados como índios a medida em que se integravam a nascente sociedade colonial.⁹⁶

Essas populações são normalmente descritas como utilizando-se da navegação, dominando a agricultura e a cerâmica e como tendo um modo de vida sedentário. Além da pesca, que aparentemente se constituía no principal meio de sustento, cultivavam o milho, a mandioca, o fumo e a erva-mate.⁹⁷ Repetidamente são referidos como de bom relacionamento com os navegadores que ali chegavam, como Diego Garcia, em 1526:

⁹⁶Ver Manuel Carneiro da Cunha, *História dos índios no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1992.

⁹⁷Idem, p. 62.

Chegamos a um rio que se chama Rio dos Patos, que está a 27 graus, e há uma boa geração que fazem muito boa obra aos cristãos, e chamam-se Cariões, que ali nos deram muitas vitualhas que se chama milho e farinha de mandroco e muitas abóboras e muitos patos e outros muitos mantimentos porque eram bons índios.⁹⁸

Embora repetidamente referidos, assim como por Diego Garcia, como ‘bons índios’, com o passar do tempo essas populações se tornaram mais arredias com os viajantes portugueses, o que não acontecia com os de outras nacionalidades. Atribui-se isso, normalmente, à atuação dos bandeirantes paulistas no aprisionamento e escravização dessas populações, o que não contribuía para que portugueses fossem bem vistos na região.⁹⁹

Já nesse período a presença de religiosos na região era constante. Em 1537 Frei Bernardo de Armenta e Frei Alonso Lebrón, franciscanos espanhóis, estabeleceram-se na região, mantendo contatos com os indígenas¹⁰⁰. A presença mais marcante, no entanto, foi a de religiosos jesuítas que, desde 1553, com a passagem do Padre Leonardo Nunes por Laguna, mantém constante presença na região.¹⁰¹



Ilustração 2: Mapa do litoral de Santa Catarina atual¹⁰²

⁹⁸Declaração atribuída ao navegador português Diego Garcia, citado por Carlos Humberto Corrêa, *op. cit.* p. 21.

⁹⁹Silvio Coelho dos Santos, *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*, Florianópolis, Edeme, 1973. p. 41.

¹⁰⁰Élio Serpa, *Igreja e Poder Em Santa Catarina*, Florianópolis, Ed. UFSC, 1997.

¹⁰¹Ver Walter Piazza, *A igreja em Santa Catarina: notas para sua história*, Florianópolis, Secretaria de Educação e Cultura, 1977 e Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil, Rio de Janeiro e Lisboa*, Instituto Nacional do Livro/Livraria Portugália, 1945.

¹⁰²São Francisco localiza-se na ilha em frente a região de Joinville. Imagem elaborada pelo autor a partir de imagens de

Durante todo o século XVI, a Ilha de Santa Catarina foi um ponto de interesse bastante significativo para as expedições européias. Embora as expedições com bandeira espanhola tenham sido mais significativas, foram D. Nuno Manoel e Cristóvão de Haro, portugueses, que, em 1514, chamaram o local de Ilha dos Patos, em virtude da grande quantidade de aves palmípedes marinhas, provavelmente os hoje chamados ‘biguás’.¹⁰³

Em 1516 o espanhol Juan Dias de Solís aportou em uma das baías, a qual deu o nome de Baía dos Perdidos, provavelmente uma referência a alguns europeus de expedições anteriores que ali encontrou. Seguindo viagem o navegador viria a descobrir a foz do Rio da Prata, onde acabaria sendo assassinado. Na volta parte da expedição, já sem Dias de Solís, retornou à ilha, onde uma das embarcações, na tentativa de proteger-se de uma tempestade na baía sul acabou por ir de encontro aos rochedos, naufragando. Dos tripulantes, onze sobreviveram ao episódio, estabelecendo-se depois entre os indígenas da ilha. A região do naufrágio, que foi o primeiro registrado dos muitos que aquelas rochas iriam assistir com o passar dos séculos, passou a ser conhecida, e assim se mantém até os dias atuais, como ‘Ponta dos Naufragados’¹⁰⁴. Um destes náufragos, Aleixo Garcia, iria, oito anos depois do incidente, liderar uma expedição guiada e composta por um grande número de indígenas, além de uns poucos companheiros europeus, em busca da constantemente referida, pelos indígenas da região, ‘Serra da Prata’. A expedição embrenhou-se nos sertões até o atual território da Bolívia, onde saquearam duas cidades, Misque e Tomina. Dois anos após a partida, já sem Aleixo Garcia, que foi morto por companheiros durante o regresso, alguns membros da expedição retornaram à ilha com objetos de ouro e prata, resultado do ataque às cidades citadas. Embora estudos indiquem que estes objetos tenham posteriormente sido destinados ao Mosteiro de Nossa Senhora de Guadalupe, no México¹⁰⁵, várias lendas locais o identificam como a origem de um grande tesouro que até hoje estaria enterrado sobre a Igreja de Nossa Senhora do Desterro, hoje

www.maps.google.com, acessado em 17/08/2008

¹⁰³Aujor Ávila da Luz, *Santa Catarina, quatro séculos de história: XVI ao XIX*, Florianópolis, Editora Insular, 2000. p. 33.

¹⁰⁴Rosana Bond, *A saga de Aleixo Garcia, o descobridor do Império Inca*, Florianópolis, Editora Insular/Fundação Franklin Cascaes, 1998. p. 19

¹⁰⁵*Idem*.

Catedral Metropolitana de Florianópolis.

O principal contato entre indígenas e viajantes europeus se dava na busca dos últimos por bens necessários para a continuação de suas viagens. Patos, mel, milho, carvão, antas, galinhas e veados são citados pelo navegador Henrique Montes, que esteve na região em 1526.¹⁰⁶

No mesmo ano chegou à então Ilha dos Patos o navegador veneziano Sebastião Caboto, que liderava uma expedição a serviço do Rei da Espanha, que havia decidido seguir em direção ao Rio da Prata após receber notícias das riquezas que lá existiriam, durante sua estada em Pernambuco. Uma vez na ilha, Caboto resolveu aproveitar a abundância de boas madeiras para a navegação e construir uma pequena embarcação em substituição a outra perdida durante uma tempestade. A estada de quatro meses do veneziano na região destaca-se por dois motivos: Foi autor de um mapa da região meridional da América, em que aparecia a Ilha de Santa Catarina, bastante difundido na Europa – e que parece ter servido de fonte para Diogo Homem, em 1529, no primeiro planisfério, na cartografia internacional, que registrava a existência da Ilha de Santa Catarina; e foi sua expedição que deu nome à Ilha. Apesar de alguns autores na historiografia catarinense levantarem a hipótese do nome ter sido uma homenagem à mulher de Caboto, Catarina de Medrano, uma passagem do viajante Luiz Ramires, membro da expedição, nos parece não deixar dúvidas sobre a origem do nome:

Em 25 de novembro, no dia de Santa Catarina, de 1526, estava pronto o estaleiro e bateu-se a quilha da galeota. Em consequência da data em que o trabalho teve princípio foi dado o nome da Santa, não só o nome do barco, mas, ainda, a ilha em que os itinerantes se encontravam.¹⁰⁷

¹⁰⁶Carlos Humberto Correa, *Op Cit.* p. 24

¹⁰⁷Aujor Ávila da Luz, *Op Cit.* p. 25



Ilustração 3: Mapa de Diogo Homem, em destaque a Ilha dos Patos¹⁰⁸

Assim a agora Ilha de Santa Catarina entrava definitivamente no circuito das grandes navegações européias. Entre as expedições que lá aportaram após Sebastião Caboto podemos citar Pedro de Mendonza em 1535; Alonso Cabrera em 1538; D. Alvar Nuñez Cabeza de Vaca em 1541; Juan de Espinoza – expedição da qual fazia parte o artilheiro alemão Hans Staden, que desenhou um mapa da Ilha e que viria a ser autor de um dos mais famosos relatos dos indígenas do Brasil no século XVI – e Juan de Sanabria em 1549; Jaime de Rasquim em 1557 e Juan Ortiz de Zararte em 1572.¹⁰⁹ Nenhuma destas expedições, no entanto, tinham a ilha como destino principal, tendo a maioria utilizado a ilha como escala em direção ao Rio da Prata. A Ilha de Santa Catarina era, naquele momento, um porto importante para reabastecimento e descanso das agruras do mar, não recebendo nenhum interesse mais duradouro.

A posição geográfica da Ilha de Santa Catarina fazia dela objeto recorrente de disputa entre as duas potências coloniais ibéricas. Ficava a meio caminho entre o Rio da Prata e o Rio de Janeiro, centros da presença, respectivamente, espanhola e portuguesa no litoral atlântico sul americano. Além disso era talvez o último grande porto natural antes da extensa região compreendida entre a Ponta de Santa Marta, em Laguna, e a barra do Rio Grande, no extremo sul do atual Rio Grande do

¹⁰⁸Mapa reproduzido de: *Imagens da formação territorial brasileira*, Rio de Janeiro, Fundação Odebrech, 1993.

¹⁰⁹Ver Carlos Humberto Correa, *Op Cit.*; Aujor Ávila da Luz, *Op Cit.*; Silvio Coelho dos Santos, *Op Cit.*

Sul, o que tornava-o importante ponto de parada e reabastecimento – a abundância de água doce, de alimentos, como frutas, caça e peixes, a grande quantidade de madeira apropriada para a navegação e a presença de populações nativas que bem se relacionavam com viajantes europeus para isso concorriam. Também se localizava na zona em disputa criada pela imprecisão da demarcação do Tratado de Tordesilhas, de modo que ambas as Coroas a consideravam de sua posse.¹¹⁰

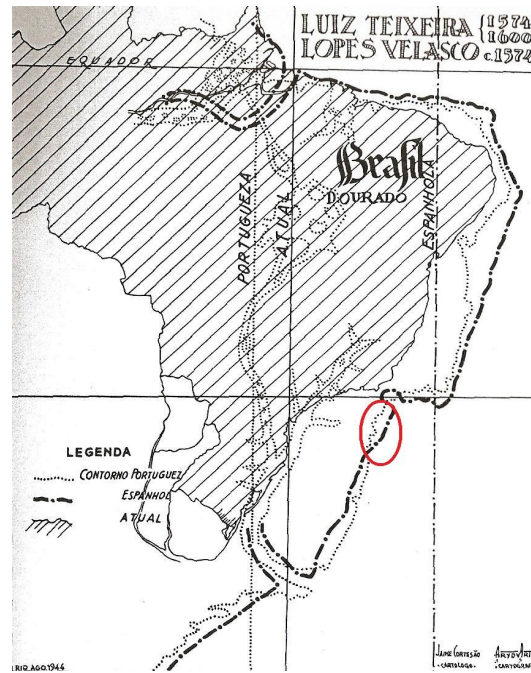


Ilustração 4: Região da Ilha de Santa Catarina (destaque) em uma sobreposição de mapas espanhóis e portugueses¹¹¹

A presença de expedições das duas nacionalidades nessa região causou, já no século XVI, situações de disputa. Em carta enviada ao Conselho das Índias em 1552, o espanhol Juan de Salazar critica a atuação dos portugueses nessas paragens.

Chegamos à Ilha de Santa Catarina (21 graus e meio)... A esta ilha achei despovoada: a causa foi que como faz muitos tempos que não vem a estas terras vassallos de Sua Majestade, os portugueses tem vindo a contactar com eles (os índios), dizendo que são castelhanos e de paz e assim tem enchido os navios e os tem levado como escravos para vender em São Vicente e outros lugares da costa para os engenhos de açúcar, do que se tem seguido grande dano à terra e aos que a ela vimos e hão de vir; e a Deus grande disserviço.¹¹²

Poucos anos antes da carta citada, em 1541, D. Alvar Nuñez Cabeza de Vaca havia estado na Ilha, em nome do Rei de Espanha, e tomado posse da região em nome dessa Coroa, recebendo o

¹¹⁰Antonio Rumeu de Armas, *El Tratado de Tordesillas: Rivalidad hispano-lusa por el dominio de océanos y continentes*, Madrid, MAPFRE, 1992.

¹¹¹Mapa elaborado por Jaime Cortesão, citado por: Isa Adonias, *Jaime Cortesão e seus mapas: instrumentos didáticos para a história da cartografia do Brasil*, Rio de Janeiro, 1984.

¹¹²Aujor Ávila da Luz, *Op Cit.* p. 26

título de Governador. A Ilha de Santa Catarina recebia, assim, seu primeiro governante colonial, que permaneceria no local escassos oito meses, tratando de restabelecer o bom relacionamento com os indígenas, que havia sido abalado pela atuação de sacerdotes de expedições anteriores.¹¹³

Com a atribuição das chamadas Capitânicas, a região no extremo sul do território brasileiro ficou na então denominada Capitania de Santo Amaro e Terras de Sant'Anna. Compreendia da margem sul da Baía de Paranaguá até Laguna, considerado na época pelos portugueses como o final do território, onde passaria a linha de demarcação de Tordesilhas. Sua administração coube a Pero Lopes de Sousa, que também havia recebido a Capitania de Itamaracá, no litoral norte, e era irmão de Martim Afonso de Sousa, também agraciado com terras no Brasil.¹¹⁴ Essas terras couberam a Pero Lopes de Sousa apenas durante cinco anos, até sua morte no ano de 1539. Nesse pequeno período não viu grandes mudanças na região, e nenhuma povoação chegou a ser implantada.¹¹⁵

No início do século XVII, as propriedades de Pero Lopes de Sousa e Martim Afonso de Sousa foram reunidas, por herança, por D. Lopo de Sousa, o que acabou com as divisões entre as propriedades. Isso acabaria por causar questões de limites entre as províncias de São Paulo e Santa Catarina, já durante o período Imperial. Com o surgimento da Província do Paraná, separada de São Paulo, esta acabou por herdar as questões, que só foram solucionadas após a Guerra do Contestado, já na República, conflito que se estendeu entre os anos de 1912 e 1916.¹¹⁶

As primeiras povoações

Durante a segunda metade do século XVII, surgem as primeiras tentativas bem sucedidas

¹¹³Alvar Nunes Cabeza de Vaca, *Naufrágios e Comentários*, Porto Alegre, L&PM, 1999.

¹¹⁴Carlos Humberto Correa, *Op Cit.* p. 35

¹¹⁵*Idem.* p. 36

¹¹⁶Delmir José Valentini, *Guerra do Contestado: Construção da Imagem do Caboclo*, In: Waldir José Rampinelli, (org.) *História e Poder: A reprodução das elites em Santa Catarina*, Florianópolis, Ed. Insular, 2003. p. 183-196. Sobre a Guerra do Contestado ver também: Paulo Pinheiro Machado (Org.) ; Márcia Janete Espig(Org.) *A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado*, Florianópolis, Editora da UFSC, 2008; Paulo Pinheiro Machado, *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas, 1912 – 1916*, Campinas, Editora da UNICAMP, 2004.

de uma povoação permanente e organizada na região das chamadas Terras de Sant'Anna. Empreendidas por vicentistas, consolidavam a presença portuguesa na região e proporcionavam um apoio às expedições ao sul do território e uma ligação consistente entre o continente de São Pedro e os grandes centros, inclusive o Rio de Janeiro.

A primeira povoação a ser fundada foi Nossa Senhora das Graças do Rio de São Francisco, por Manoel Lourenço de Andrade no ano de 1645. Situada em uma ilha na parte norte da capitania, deu origem à cidade de São Francisco do Sul, que representa hoje o segundo porto mais importante do Estado de Santa Catarina¹¹⁷.

Anos depois, em 1673, Francisco Dias Velho funda, na Ilha de Santa Catarina, a vila de Nossa Senhora do Desterro, que viria a ser o centro administrativo da região, hoje denominada Florianópolis.¹¹⁸ Durante muito tempo se discutiu a mudança do nome da cidade, pois se entendia que Desterro carregava uma imagem de “desterrado, presídio”¹¹⁹.

Três anos depois, em 1673, Domingos Brito Peixoto fundava, cerca de 120 quilômetros ao sul da Ilha de Santa Catarina, em uma região de lagoas, dunas e restingas, Santo Antonio dos Anjos da Laguna, atual cidade de Laguna¹²⁰.

¹¹⁷Oswaldo Cabral, *Op Cit. (1968)*. p. 37. O porto mais importante em Santa Catarina atualmente é o da cidade de Itajai. Desde a primeira metade do século XX o porto de Florianópolis não existe mais.

¹¹⁸Tal mudança só foi realizada em 1894, e o nome é uma homenagem a Floriano Peixoto, segundo presidente da república. Essa mudança encontrou muita resistência na cidade, uma vez que Floriano Peixoto foi o presidente que enfrentou a chamada Revolução Federalista, levante que visava a deposição do presidente e o estabelecimento de uma república federativa, com mais autonomia para os estados, e que instituiu, durante sua duração, Desterro como capital do Brasil. Esse levante foi violentamente debelado e culminou, em Santa Catarina, com um fuzilamento em massa na pequena Ilha de Anhatomirim, no litoral norte da Ilha de Santa Catarina, onde foram mortos, segundo Oswaldo Rodrigues Cabral (Oswaldo Cabral, *Op Cit. (1968)*. p. 275), 185 pessoas, em sua maioria representantes da elite econômica e política local. Historiadores coevos, no entanto, defendem números menores, ainda que igualmente impressionantes ao levarmos em conta a pequena população da Ilha na época. Lucas Boiteux (Lucas Boiteux, *Op Cit.* p. 421) fala em 42 mortos, enquanto Duarte Schutel (Duarte Schutel, *A República vista do meu canto*, Florianópolis, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. p. 121) fixa em 34 o número. Os dois últimos, envolvidos diretamente nas questões, sendo o primeiro republicano, apoiante de Floriano Peixoto, e o segundo federalista, publicaram poucos anos após o incidente, o que, se lhes dá a prerrogativa de testemunhas também têm a dificuldade de lidar com ânimos ainda quentes relativos à questão, o que poderia ser um “incentivo” a uma maior parcimônia em relação à quantidade de mortos. De qualquer maneira, ainda hoje a mudança é alvo de críticas, com a emergência, de tempos em tempos, de movimentos que buscam um novo nome para a cidade. Hoje, como antes, não faltam descontentes. Houve até um poeta, Franc de Paulicéia Marques de Carvalho, que, evitando o nome Desterro, sarcasticamente datava seus versos com Exilópolis.

¹¹⁹Carlos da Costa Pereira, *A revolução federalista de 1893 em Santa Catarina*, Florianópolis, Governo do Estado de Santa Catarina, 1976. p. 88.

¹²⁰Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão, *Notas geográficas e históricas sobre a Laguna desde sua fundação até*

Antes da fundação de Nossa Senhora do Desterro, outras tentativas de ocupar a região foram feitas, ainda que sem terem conseguido estabelecer uma póvoa permanente. No ano de 1629 o Bandeirante Manoel Preto recebeu do Conde de Monsanto, descendente de Pero Lopes de Sousa, que detinha então a região, a autorização para exercer a governadoria da Ilha de Santa Catarina. Ao chegar à região, no entanto, entrou em confronto com os indígenas da região, acabando por ser morto em combate e a empreitada falhou, permanecendo a região sem uma povoação oficial portuguesa.¹²¹

Uma nova tentativa, com um pouco mais de sucesso, foi feita em 1645, pelo Capitão Antonio Amaro Leitão, com alguns povoadores, inclusive padres da Companhia de Jesus. Em 1651, já estabelecido, Leitão edificou um grande cruzeiro de pedra na colina principal da povoação, no local onde mais tarde seria edificada a Igreja de Nossa Senhora do Desterro e onde hoje se localiza a Catedral Metropolitana de Florianópolis. Logo depois, no entanto, a povoação enfrentou dificuldades e acabou por ser abandonada.¹²²

A partir da fundação por Francisco Dias Velho, a povoação acabou por desempenhar importante papel na fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, defronte à Buenos Aires. Dali saíram muitos materiais necessários para a Colônia, envolvendo em seu preparo inclusive Dias Velho e sua família.¹²³

A pequena povoação enfrentou, em seus primeiros anos, sérias dificuldades. Um dos principais problemas eram as tentativas de alguns povoadores, descontentes com a situação, de abandonar a povoação. Sobre tal situação defende o fundador:

Temos gozado saúde, Deus louvado; de tudo muito abundantes, a terra é mais que boa, quem disser o contrário mente. Diga que não podem estar onde não há gente e não digam que não presta a terra. Por falhar um ano não é defeito da terra senão causa do tempo. Eu

1750, Desterro, Typ. de J.J. Lopes, 1884. Laguna também é conhecida por ser a terra natal de Anita Garibaldi, personagem importante da história da Guerra dos Farrapos, esposa do revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi, tendo ambos, após o fim de Farrapos, desempenhado papel marcante no processo de unificação da Itália. (Paulo Markun, *Anita Garibaldi: uma heroína brasileira*, São Paulo, SENAC, 1999.)

¹²¹Oswaldo Cabral, *op. cit.* (1968). p. 119.

¹²²Evaldo Pauli, *A Fundação de Florianópolis*, Florianópolis, Edeme Ind. Editorial e Gráfica, 1973. p. 54.

¹²³Oswaldo Cabral, *op. cit.* (1968). p. 23.

me contento muito com a minha sorte.”¹²⁴

Este pequeno trecho, “a terra é mais que boa, quem disser o contrário mente” tornou-se, em uma interpretação um pouco tergiversa, uma espécie de corolário extra-oficial da Ilha de Santa Catarina.

No ano de 1687, um navio de bandeira inglesa aportou na Praia de Canasvieiras, no norte da Ilha de Santa Catarina. Interrogado, o capitão Thomas Frins disse fazer parte de uma frota que havia saído da Inglaterra com o objetivo de combater barcos espanhóis na América Central e que, em combate, havia tido sua tripulação reduzida a 7 homens, embora, segundo Oswaldo Rodrigues Cabral, outras fontes indiquem que não enfrentara embarcações espanholas, mas sim os portugueses da região de Angra dos Reis. De qualquer maneira, Francisco Dias Velho acabou por prender toda a tripulação e enviá-los a Santos, para que se procedesse o inquérito. Os bens encontrados no navio, que seriam produtos de saques, também foi enviado ao Porto de Santos¹²⁵, embora a antiga lenda, já aqui por nós referida, do tesouro no subsolo da atual Catedral defenda que tais bens foram juntar-se aos dos saques de Aleixo Garcia, onde permanecem até os dias de hoje.

Dois anos depois, chega à ilha outra embarcação, que trazia a bordo a tripulação presa por Dias Velho e libertada em Santos. Como vingança, invadiram a pequena vila, incendiando as casas e levando alguns habitantes a se refugiarem na pequena Igreja de Nossa Senhora de Desterro, de pedra e cal. Entre eles, Francisco Dias Velho, a esposa e suas filhas. Sobre o assassinato do fundador da povoação nos conta Oswaldo Cabral, no seu característico estilo:

Conta-se muita coisa...

Por exemplo, Dias Velho não ficou isento da suspeita de haver conservado uma boa parte (certamente a melhor...) do botim, e que só mandou para Santos parte do que arrecadara do barco pirata. Que fôra avisado de São Francisco, por onde haviam passado os piratas a caminhos da Ilha, para cobrar vingança, que tomasse cuidado, que iria ser atacado. Que os filibusteiros pretenderam aviltar as imagens da pequenina igreja, mas outros já dizem que não foram as imagens, sim as filhas do fundador que os atacantes pretenderam violentar – o que é bem mais provável... – e que nesta ocasião teria êle saído em sua defesa, de espada em punho, oportunidade em que foi prostado morto por um tiro de xifarote, coisa que até hoje ninguém soube me dizer o que é, mas que, pelo jeito, deve ter sido arma de fogo, senão não daria tiro... A custo, um frade teria libertado de bordo as filhas do infortunado

¹²⁴Carta de Francisco Dias Velho a seu cunhado Pedro Jácome Vieira, de São Paulo, com data de 20 de abril de 1680. Citada por Evaldo Pauli, *op. cit.* p. 47.

¹²⁵Oswaldo Rodrigues Cabral, *op. cit.* (1979). p. 18.

bandeirante e, certamente, as outras mulheres do povoado, cedendo-lhes, aos piratas, gêneros de toda a espécie, além de prata, a tal que Dias Velho teria escondido como sua legítima, no confisco anteriormente feito.¹²⁶

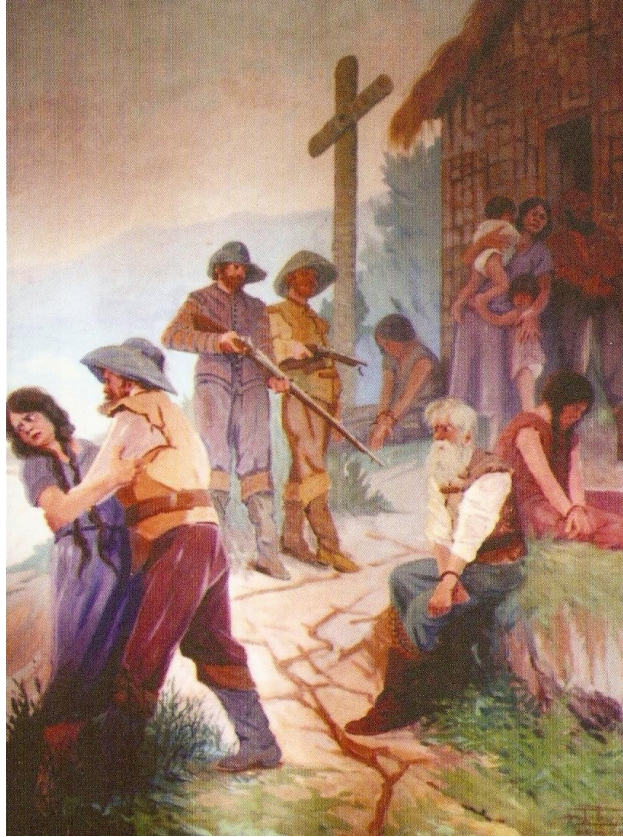


Ilustração 5: Morte de Francisco Dias Velho, de Dakir Parreiras (1927)¹²⁷

Após o assassinato de Francisco Dias Velho, a população da ilha diminuiu consideravelmente. Alguns dos sobreviventes do ataque foram embora da região, principalmente para Laguna e São Paulo. Outros, no entanto, permaneceram, inclusive José Tinoco, que havia acompanhado seu amigo Dias Velho quando da fundação. Assim, como uma pequena vila de pescadores, em muitos aspectos dependente da Vila de Laguna, Desterro permaneceu até o início do

¹²⁶ *Idem*, p. 19.

¹²⁷ Este quadro encontra-se hoje no acervo do Museu Histórico de Santa Catarina. Sobre ele, Oswaldo Cabral diz que “Certo é também que, para relembrar o episódio que marca as origens da povoação desterreense, episódio lamentável como se viu, outro mais lamentável ainda sucedeu neste século, pois o Governo do Estado, tendo mandado executar uma tela representativa da morte do bandeirante, o artista, pintor de renome, foi tão infeliz, ou se sentiu tão mal pago, que retratou os piratas todos com a mesma fisionomia, como se fôssem todos irmãos, ou pelo menos parentes, de tão parecidos uns com os outros, (o modelo deve ter sido um só..) e ainda por cima com a fisionomia de um antigo deputado federal por Santa Catarina, aliás homem dos mais dignos e ilustres, cuja fisionomia, por um dever de justiça, jamais deveria servir de padrão para a cara de um pirata. Um desastre! Mas não foi só... Para cúmulo, as filhas de Dias Velho, representadas na tela, foram pintadas não em atitude de repelir os piratas – o que seria de esperar do recato das donzelas assaltadas – mas na de quem está segurando, agarrando o seu homem, cada qual o seu pirata, para que não fugisse, ou, como se diria na primorosa linguagem das Ordenações do Reino, então vigentes, na atitude de quem ‘está travando’. Tremendamente deplorável...” (Oswaldo Rodrigues Cabral, *op. cit.* (1979). p. 20.)

séc. XVIII¹²⁸.

A discordância jurídica entre os demais descendentes dos irmãos [*Martim Afonso e Pero Lopes de Sousa*] não parou por aí, até que, finalmente, as terras foram parar nas mãos do Marquês de Cascaes, que resolveu pôr fim a tão longa desavença. Em 1711, o Marquês propôs a venda das terras que haviam sido de Pero Lopes. (...) Voltavam, assim, para a Coroa, depois de 181 anos, as Terras de Sant'Ana.¹²⁹

Uma vez de volta para a coroa as terras do sul do Brasil, a situação jurídica da região tinha que ser definida, principalmente por se tratar de região de grande importância para as intenções de Portugal no sul do continente. Em maio de 1722 o Conselho Ultramarino envia ao ouvidor geral da Capitania de São Paulo ordens para a instalação, na Ilha de Santa Catarina, de um tabelião, que também servisse de escrivão de órfãos. No ano seguinte foi dividida a comarca de São Paulo, sendo criada a Comarca de Paranaguá, que abrangia o território da Vila de Iguape até o Rio da Prata e, “serra acima, [até] a Vila de Nossa Senhora dos Pinhais de Curitiba.”

Povoamento definitivo

Pouco tempo depois, em 23 de março de 1726, foi realizada a primeira eleição para preencher os cargos de juiz e oficiais da Câmara, e, em 5 de março de 1732, a antiga capela erguida por Dias Velho foi elevada à paróquia.¹³⁰ Atingindo um estado mais elevado juridicamente, a pequena povoação voltou a se destacar como porto, principalmente para as embarcações com destino ao Rio da Prata. Dentro do quadro do litoral atlântico meridional da América do Sul, fazia-se necessário militarizar a região, de modo que esta pudesse desempenhar papel relevante em caso de confrontos.

O primeiro passo na defesa militar da Ilha de Santa Catarina foi a instalação de um pequeno contingente militar – um alferes, dois sargentos, 52 soldados e sete artilheiros, sob o comando de um capitão. Isso deu-se no ano de 1736, com militares destacados da praça de Santos, a quem a ilha encontrava-se subordinada militarmente. Esses militares foram acompanhados por um

¹²⁸Afonso D'Escagnolle Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, Tomo VIII, p. 379.

¹²⁹Carlos Humberto Corrêa, *op. cit.* p. 44 a 46.

¹³⁰Idem, p. 46 e 47.

pequeno contingente civil, na intenção de aumentar a população da ilha e facilitar sua defesa em caso de necessidade. Assim, quase meio século após a morte de Dias Velho e o relativo esvaziamento da Ilha de Santa Catarina voltava-se a buscar povoar e desenvolver a região.

A busca de fortificar e aumentar a presença portuguesa na Ilha de Santa Catarina levou a Coroa Portuguesa a criar, em 11 de agosto de 1737, a Capitania de Santa Catarina, autorizando-se, ao mesmo tempo, a construção das fortificações necessárias para sua defesa. Santa Catarina passava, assim, da jurisdição de São Paulo para a do Rio de Janeiro, sede do Vice-Reinado, o que significava uma maior proximidade com Lisboa e uma elevação de categoria.¹³¹

Logo após, em 5 de agosto de 1738, o Brigadeiro José da Silva Paes, que viria a ser o grande responsável pela fortificação da região, é transferido para a Ilha de Santa Catarina, assumindo a responsabilidade militar pela região em 7 de março do ano seguinte. O Brigadeiro permaneceu na ilha até fevereiro de 1749, quando contava com quase 70 anos. Em novembro passava a ilha à condição de cabeça de comarca.¹³²

Desta maneira, a principal razão para o desenvolvimento das estrutura militar e da população era a preocupação com a invasão do Brasil Meridional e com a manutenção da Colônia do Sacramento. A localização da sede da capitania na Vila do Desterro, entre as duas baías, na região mais próxima entre a ilha e o continente, foi proposta pelo Brigadeiro Silva Paes, pois ele defendia que ali estaria mais segura dos ataques inimigos do que no continente ou na costa atlântica da ilha, e tratou de proceder naquela localização as obras necessárias de edificação da Igreja Matriz e da Casa do Governo.¹³³

O próprio Brigadeiro José da Silva Paes foi responsável pelo desenho do sistema de fortificações. O projeto foi aprovado pelo Conselho Ultramarino em 24 de maio de 1738. As principais fortalezas, um triângulo de defesa da entrada da baía norte e um forte em uma ilha na

¹³¹Oswaldo Cabral, *op. cit.* (1968). p. 72-74

¹³²Walter Piazza, *op. cit.* (1988). p. 91

¹³³Idem, p. 97

entrada da baía sul, próxima à Ponta dos Naufragados, foram iniciadas já em abril do ano seguinte. Durante todo o desenrolar do século XVIII foi fortalecido o sistema de defesa da Ilha de Santa Catarina. No ano de 1763 foi construído o Forte Sant'Anna, em frente ao estreito que separa a Ilha e o Continente, e a seguir o Forte São Francisco Xavier, na Praia de Fora. Em 1771, na mesma praia mas orientado para a parte norte da ilha, foi construído o Forte de São Luiz. Em seguida foram erguidos os fortes de Santa Bárbara, no sul da vila de Desterro e o de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, na freguesia de mesmo nome. A última fortificação do sistema a ser erguida foi a Bateria de São João, no continente, defronte ao Forte Sant'Anna.¹³⁴



Ilustração 6: Localização das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina¹³⁵

Quando deslocou-se para Santa Catarina, o Brigadeiro José da Silva Paes teve que tomar a

¹³⁴Oswaldo Cabral, *op. cit.* (1968).

¹³⁵Mapa elaborado pelo autor sobre imagens de www.maps.google.com. Acessado em 07/08/2008.

decisão sobre o melhor local para sede da capitania. Acabou optando pela vila de Nossa Senhora do Desterro, no local onde anos antes Francisco Dias Velho havia construído a pequena igreja – onde acabou por ser morto. O papel de Silva Paes em manter no local o centro administrativo da região não se resumiu a esta decisão. Os governantes que o sucederam, Manoel Escudeiro Ferreira e Sousa e José de Melo Manoel, tentaram passar para o continente contíguo a sede, tendo o primeiro inclusive fundado, em 1751, a capela de São Miguel da Terra Firme, no pequeno povoado que viria a dar origem ao hoje município de Biguaçu. O governante defendia que aquele local, em frente à região onde estavam as fortalezas que defendiam a entrada norte das baías, seria o ideal. Seu pedido chegou ao Conselho Ultramarino, assim como o pedido – com a mesma reivindicação – de José Melo Manoel, tendo sido ambos negados, e ambos com parecer de Silva Paes, que na altura encontrava-se em Portugal.¹³⁶

Foi durante o governo de Manoel Escudeiro Ferreira e Souza que a capitania alcançou a extensão que, a grosso modo, se mostraria a definitiva, ao menos no que se refere ao seu litoral, estendendo-se do Rio São Francisco, na região onde estava a Vila de Nossa Senhora das Graças do Rio de São Francisco, até a Lagoa do Imaruim (ou Imeri), na região de Laguna.¹³⁷

As fortificações elaboradas por Silva Paes, no entanto, não foram suficientes para impedir a conquista da Ilha de Santa Catarina por tropas inimigas. Em fevereiro de 1777 uma grande expedição liderada por D. Pedro de Cevallos tomou a ilha sem grande resistência, não perdendo um único homem na operação. Diante do inimigo em maior número, as fortalezas não ofereceram resistência, sendo abandonadas à aproximação do inimigo. A região só voltaria ao domínio português após 18 meses, como cumprimento ao Tratado de Santo Ildefonso, de 1777.¹³⁸

O plano para o fortalecimento da presença no sul do território português incluía, além da

¹³⁶Walter Piazza, *op. cit.* (1988). p. 128.

¹³⁷Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, vol II, 1913. p. 61

¹³⁸Ver: Maria Bernadete Ramos Flores, *Os espanhóis conquistam a Ilha de Santa Catarina*, Florianópolis, Editora da UFSC, 2004; João Carlos Mosimann, *A Ilha de Santa Catarina (1777-1778): A invasão espanhola*, Florianópolis, Edição do Autor, 2003 e Maria de Fátima Fontes Piazza, *A invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina*, Tese de Mestrado em História pela Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 1978.

fortificação e da presença mais permanente da Coroa na região, a busca de um povoamento mais intenso, de maneira a favorecer essa consolidação. As tentativas, principalmente através dos vicentistas, tinham se limitado a fundação de núcleos, não tendo êxito em implementar uma presença forte. Uma das alternativas para essa situação surge com correspondência de José da Silva Paes, em 1742:

se das ilhas e puderem remeter alguns casais seria utilíssimo e ainda alguns recrutas, porque assim se aumentaria a cultura destas terras que são próprias, não só para todos os frutos da América, senão tão bem da Europa, e dos filhos dos mesmos casais se recrutaria o terço ou tropas que aqui assistissem, e seriam mais permanentes do que os de fora...¹³⁹

A ideia foi levada adiante, e em 31 de agosto de 1746 foi expedida ordem no sentido de transportar 4 mil famílias dos Açores e da Madeira para povoar a região e o chamado Continente de São Pedro. Os primeiros migrantes foram recebidos ainda no governo de Silva Paes, e foram alocados na própria Nossa Senhora do Desterro, sede da capitania. Entre os anos de 1750 e 1755 foram fundadas freguesias na Ilha e nas terras fronteiras, entre as quais podemos citar Nossa Senhora da Conceição da Lagoa e Nossa Senhora das Necessidades, na Ilha, e Nossa Senhora do Rosário da Enseada do Brito e São José da Terra Firme.¹⁴⁰

A chegada das populações açorianas e madeirenses à Ilha de Santa Catarina modificou profundamente o perfil da região. Em senso realizado na metade do século XVIII¹⁴¹, a população da Capitania de Santa Catarina girava em torno de 17.000 pessoas, dos quais menos de 10% de militares. Embora pensada, inicialmente, como preocupação militar, esta imigração acabou por permitir que a Ilha de Santa Catarina e a região superassem seu perfil militar. A partir deste reforço populacional foi possível o início de um desenvolvimento da economia, em especial um incremento na exportação da farinha de mandioca, e o fortalecimento do Porto de Desterro como principal ligação da capitania com os outros centros do Brasil, com Portugal e suas outras colônias, e com

¹³⁹Carta de Silva Paes a D. João V, citada por Walter Piazza, *op. cit.* (1988). p. 60.

¹⁴⁰Ver Walter Piazza, *op. cit.* (1992)

¹⁴¹AHU/Santa Catarina – Caixa 13 Documento 69. 1750 – Mapa das Freguesias que tem a Ilha de Santa Catarina e seu continente, distinguindo os eclesiásticos, os militares, os civis e os casais das Ilhas.

outras nações.¹⁴²

2. O espaço catarinense

Na virada do século XVIII para o XIX, a Capitania de Santa Catarina já contava com uma organização social e econômica que, de certa maneira, iria reproduzir-se pelo menos até o advento da república, em 1889. Caracterizava-se por ter como centro administrativo a Ilha de Santa Catarina, em especial Desterro. Mais importante, era no Porto de Desterro que se desenvolviam as principais relações comerciais, e rapidamente a vila consolidou-se como o centro comercial da região. Paulino Cardoso caracteriza Desterro do século XIX como um “burgo mercantil”¹⁴³, cuja influência política era utilizada no sentido de garantir que a produção das freguesias do continente que tivessem como destino o exterior e as outras províncias do Brasil passassem por seu porto, garantido o fluxo de capitais para os comerciantes de “grosso trato” da região.

Desterro

A antiga Cidade de Desterro oscilava em torno de 9000 habitantes na metade do século XIX, com uma tessitura urbana totalizando 46 ruas¹⁴⁴. Hoje, a mesma área abriga em torno de 100 mil pessoas e um número maior de ruas, algumas ainda seguindo, como verifica-se no mapa abaixo, a mesma configuração urbana. Vestígios de uma Desterro que hoje ainda estão presentes no colorido na cidade, seja na lógica da organização das ruas como na localização e preservação de centro histórico urbano através dos imóveis que ainda compõem o centro da cidade.

¹⁴²Walter Piazza, *op. cit.* (1992)

¹⁴³Paulino Cardoso, *op. cit.*

¹⁴⁴Afirmções com base no Recenseamento Geral de 1872, citado por Fernando Henrique Cardoso, *op. cit.* (2000) p.110-111, quanto numero de habitantes, e número de ruas Mapa do século XIX, já mencionado.

constituía-se em vila portuária: local de comércio, porto de partida de barcos e de navios carregados de mantimentos produzidos nas freguesias da região e na parte continental e de chegada de outros produtos de outras regiões; porto de partida e de chegada de pessoas de diferentes nacionalidades e condições sociais. Regiões de portos são espaços multiculturais, de contato, de mistura, de movimento, representam o entrelaçamento entre o *local* e o *global*.¹⁴⁷

E Mortari prosegue:

Além das suas características portuárias, é preciso considerar outra questão acerca da vila: as diferentes construções dos seus espaços são resultado da ação dos sujeitos sociais neles inseridos, sujeitos que, em sua vida cotidiana, organizam tais espaços a partir de suas necessidades. Existe uma divisão social do trabalho: uma parcela da população depende dos produtos do trabalho de outra parcela, estabelecendo-se, assim, um sistema que tem por base e natureza as trocas estabelecidas entre o meio rural e o urbano; portanto a realidade socioeconômica de uma vila não se restringe à sua área ou à atividade de cunho urbano, dada a estreita relação com as regiões rurais circunvizinhas, não somente devido à comercialização dos produtos agrícolas nos mercados urbanos, mas, também, em razão de contatos sociais, festivos e administrativos.¹⁴⁸

Essa diversidade que chega à cidade pelo porto se espalhava por toda Desterro. Segundo as descrições encontradas nos processos de inventários, os imóveis mais caros encontravam-se situados nas ruas do Senado, do Ouvidor, Augusta e Formosa¹⁴⁹, espalhando-se por todo o centro da cidade.

Em contrapartida os imóveis mais baratos estavam na Rua do Alecrim e na Tronqueira, ambas em um reconhecido território das classes populares. Na Rua da Tronqueira foram citados, nos inventários pesquisados 32 imóveis¹⁵⁰, com um valor médio por volta de 750\$000. Para efeito de comparação são citados 24 imóveis na Rua Augusta, com um valor médio em torno de 4:700\$000. Isso nos leva a acreditar que as propriedades dos afortunados se espalhavam por todas as áreas da cidade e incluíam imóveis de vários estilos. Disso podemos inferir que as redes sociais que os afortunados construía com a atividade rentista incluíam indivíduos dos mais variados níveis de fortuna, incluindo os “pobres de cristo”.

É importante observar que os homem mais ricos possuíam chácaras no perímetro urbano, bem como terrenos e terras, o que indica que ainda havia bastante espaço para o crescimento imobiliário.

¹⁴⁷Claudia Mortari, *op. cit.* (2007). p. 28.

¹⁴⁸*Idem*.

¹⁴⁹ACTJSC- Inventários post mortem 1860-1880. Acervo Tribunal de Justiça de Santa Catarina Ver tabela anexa.

¹⁵⁰*Idem*.

comércio da Rua do Príncipe propiciou, na região entre esta e a Rua do Governador (depois Rua do Imperador e em 1874 Rua Tenente Silveira, nome que conserva até hoje), uma confluência de sobrados que pode caracterizar essa área como o “bairro dos abastados”.

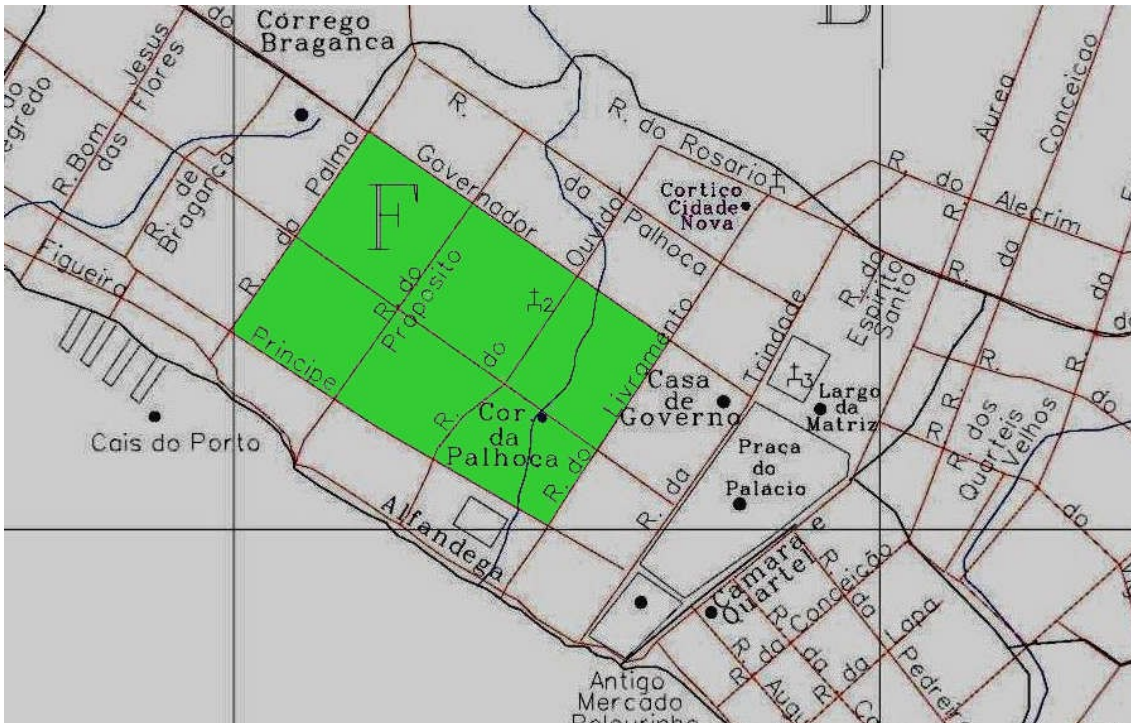


Ilustração 10: Localização das maiores concentrações de riquezas no final do século XIX¹⁵²

Era nessa região, em torno da praça principal da cidade, que os negócios eram realizados, e Desterro cumpria seu papel de centro financeiro e político da província. A distribuição do comércio em Desterro parece orientar-se em torno de dois eixos. À direita de quem se encontra de frente para a Igreja Matriz, na segunda rua depois da praia, estava a Rua Augusta, atual João Pinto, rua dos armadores e do comércio de exportação. Ali se desenrolavam os grandes negócios. Oposta à Rua Augusta encontrava-se a Rua do Príncipe. Ali se desenvolvia principalmente o pequeno comércio, sendo a rua dos armazéns e boticas. Por ela se chegava, a partir da praça central, ao Porto de Desterro. Era o local do comércio varejista. Entre as duas ruas estava a Praça do Palácio, atual Praça XV de Novembro, em torno da qual estavam a Igreja Matriz, a cadeia, a Câmara e a Casa do Governador.

¹⁵²*Ibidem.*

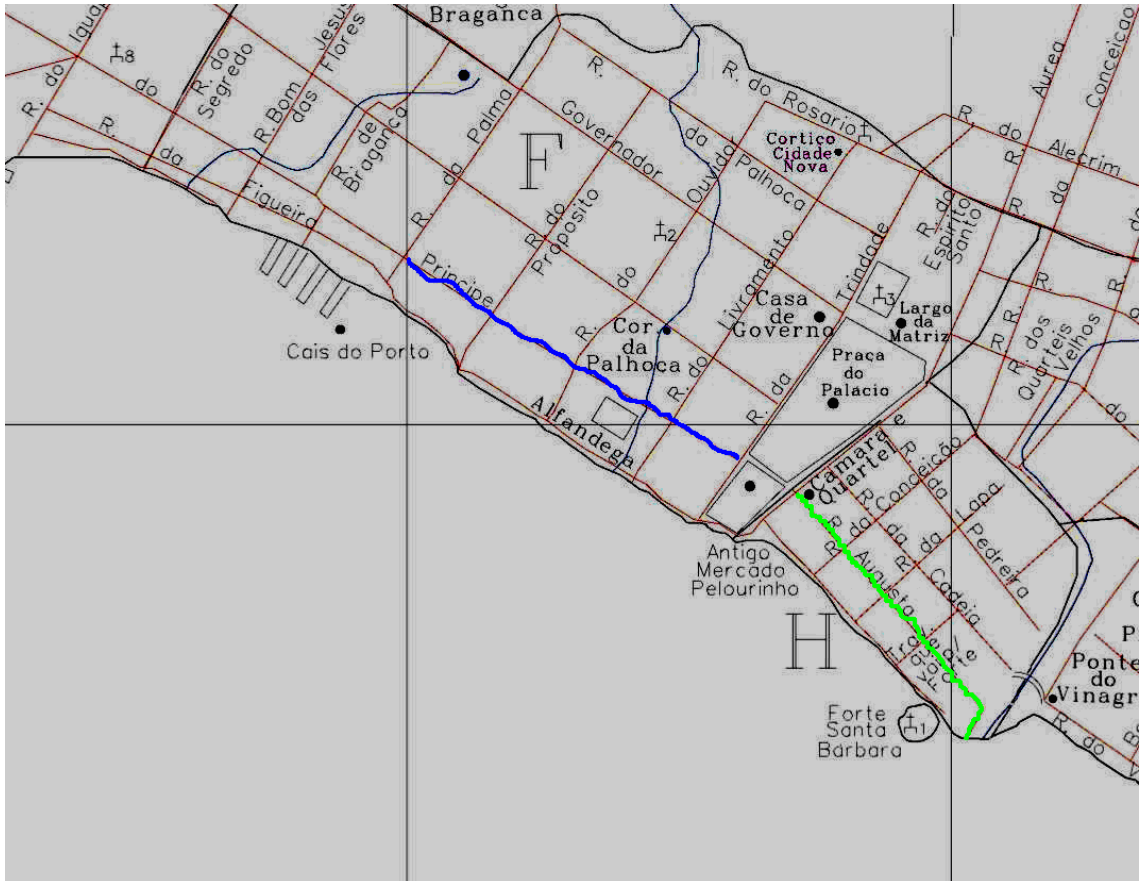


Ilustração 11: Área central da Cidade de Desterro. Em destaque a Rua do Príncipe (em azul) e a Rua Augusta (em verde)¹⁵³

Era, assim, entre o palácio e o porto, que se desenvolvia a capital da província na segunda metade do século XIX. Mas Desterro era apenas o centro de uma vibrante teia de pessoas, produtos e serviços que circulavam por uma região bem mais extensa.

¹⁵³ *Ibidem.*

A Ilha de Santa Catarina



Видъ Топѣда Ноемпу Свѣтѣи-Дѣви-Аемѣро, на островѣ Св. Екатерины.
ANSICHT DER STADT NOSSA SENHORA DO DESTERRO AUF DER INSEL ST. CATHARINA.

Ilustração 6: Vila de Nossa Senhora do Desterro, 1804¹⁵⁴

De Desterro, em direção ao sul, próximo ao Hospital de Caridade, que dominava o cenário desterrense, no Bairro da Toca, um sinuoso caminho costeava a Baía Sul, transpunha a elevação que atualmente é cortada pelo túnel Antonieta de Barros, passava pela pequena comunidade de José Mendes e seguia até o Armazém Vieira, antigo ponto de comércio da região. Ali este caminho, chamado de caminho do Saco dos Limões, se dividia.

Seguindo para a esquerda, após transpor uma longa colina, com suas roças de mandioca, passava pelo Pantanal, seguindo então até a Freguesia da Trindade de Trás do Morro, separada de Desterro pelo imponente maciço do Morro da Cruz. Um pouco antes, um outro caminho, à direita, passava pelas comunidades do Córrego Grande e Itacorubi, transpondo o Morro do Padre Doutor e

¹⁵⁴Martin Afonso Palma de Haro(org). *Ilha de Santa Catarina: Relatos de viajantes estrangeiros no século XVII e XIX*, Florianópolis, Ed. da UFSC, 1996. p. 165-166.

alcançado a Freguesia da Lagoa.

Tomando, no Armazém Vieira, o caminho da direita, seguia-se nas margens da Baía, até contornar o mangue e alcançar o Rio Tavares, próximo à região onde hoje se localiza o Aeroporto da cidade.

Partindo de Desterro para o norte, a partir da Bateria de São Luiz, nas imediações do atual Shopping Beira-Mar, seguia-se pelo serpenteante caminho da Pedra Grande, entre a baía e o grande maciço central. Depois de abandonar a costa da baía e contornar o mangue, o caminho se dividia, na região do atual Centro Integrado de Cultura, o CIC. Seguindo à direita, levava à Freguesia da Trindade, se encontrando com o caminho do Saco dos Limões e completando o contorno do maciço central. À esquerda, após cruzar o mangue pelas três pontes, o caminho novamente se dividia, com uma das direções, do lado direito, indo juntar-se, através do Itacorubi, ao caminho que cruzava o morro do Padre Doutor e se dirigia à Lagoa. Na outra direção, seguindo no caminho principal, o destino era a Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antonio, e de lá, após cruzar a garganta onde o governador da ilha planejara uma das nunca realizadas resistências à invasão espanhola de 1777, nas imediações do que é atualmente um Posto de Pedágio também nunca utilizado, se dirigia à Canasvieiras, Ingleses, São João do Rio Vermelho e às fortalezas do norte da ilha.¹⁵⁵

¹⁵⁵As descrições dos caminhos terrestres da Ilha baseiam-se, principalmente, em Virgílio Várzea, *Santa Catarina: a ilha*, Florianópolis, IOESC, 1984. Utiliza-se, também, referências de: Paulino Cardoso, *op. cit.* p. 23 a 26; Augusto César Zeferino, et al. *Velhos Caminhos Novos. Resgate histórico-geográfico dos caminhos da Ilha de Santa Catarina*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, IHGSC, 1998. p.101-150; João Carlos Mosimann, *op. cit.*



Ilustração 12: Os caminhos Ilha de Santa Catarina¹⁵⁶

Estes caminhos, no entanto, estavam longe de ser a principal via de comunicação entre as muitas localidades. Longos, mal conservados, com suas condições sujeitas as intempéries, o lento caminhar do cavalo ou do carro de boi era constantemente substituído pelas canoas e baleiras, que se utilizavam dos rios, riachos e costas para tornar mais rápido e menos penoso os deslocamentos. Eles nos lembram, no entanto, que, embora distantes, as várias comunidades formavam uma grande teia de contatos, puxado pelo comércio e pelas relações de parentesco, que colocavam em contato constante toda a região.

¹⁵⁶Mapa elaborado pelo autor sobre imagens de <www.maps.google.com> acessado em 07/08/2008, e informações de AHU/Santa Catarina – Caixa 6 Documento 387. Ofício do Governador da Ilha de Santa Catarina, Tenente Coronel João Alberto de Miranda Ribeiro ao Vice-Rei do Estado do Brasil, Conde de Resende, D. Antonio José de Castro, remetendo relatórios e mapas referente a extensão e limites da Ilha de Santa Catarina e distritos de sua jurisdição.

É a partir da virada do século XVIII para o XIX que Santa Catarina começa a tomar a forma que, sob certos aspectos, manteria até o final do Império. Tinha uma distribuição das atividades econômicas e da população bastante homogênea e, conforme já referimos, muitas de suas dinâmicas se manteriam além dos tempos coloniais.

Documentos do final do setecentos podem, sob esta perspectiva, nos dar indicações sobre o cenário a partir do qual surgiram as fortunas que aqui nos servem de objeto.

No início do século XIX, a Capitania de Santa Catarina contava com 3 vilas e 6 freguesias, que, no século seguinte, alcançariam diferentes graus de desenvolvimento. Na Ilha de Santa Catarina, com sede nas proximidades do estreito que separa a ilha do continente, entre as baías norte e sul, estava a Vila de Nossa Senhora do Desterro. Centro administrativo da capitania e posteriormente da Província, após a independência, ocupava também toda a região sul da ilha, incluindo as localidades do Rio Tavares, Trindade, Pantanal, Ribeirão, Pantano do Sul, Armação da Lagoinha, Tapera e Campeche. Com numerosos portos na região oeste, protegidos na baía sul, também contava com portos no Ribeirão, no Campeche – protegido pela ilha de mesmo nome – e da Armação. Além da importância administrativa, produzia, em 1797, 9,8% da farinha de mandioca de Santa Catarina, além de quase 9% do arroz, 16% do feijão e em torno de 13% do milho e do trigo. Sua população, na mesma época, era de 4.797, sendo a vila mais populosa de Santa Catarina, e contando com 1.298 cativos, além de 114 forros¹⁵⁷.

A região norte da Ilha de Santa Catarina dividia-se em duas freguesias, Nossa Senhora das Necessidades e a freguesia da Lagoa. No lado leste, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa contava com uma população de 1.549 livres, 20 forros e 347 cativos, em 1797. Essa população produzia quase 30% do trigo da capitania, além de 12% da farinha de mandioca, 20% do

¹⁵⁷AHU/Santa Catarina – Caixa 6 Documento 387. Ofício do Governador da Ilha de Santa Catarina, Tenente Coronel João Alberto de Miranda Ribeiro ao Vice-Rei do Estado do Brasil, Conde de Resende, D. Antonio José de Castro, remetendo relatórios e mapas referente a extensão e limites da Ilha de Santa Catarina e distritos de sua jurisdição. Este documento é a base das indicações relativas ao ano de 1797 e aos limites e características geográficas referidas a seguir até o final do capítulo, exceto quando indicado o contrário.

milho e 13% do feijão. Além da sede da freguesia, também tinha jurisdição sobre as localidades de Ingleses e Rio Vermelho. O porto principal da freguesia localizava-se na pequena enseada protegida pela Ponta da Galheta, costão rochoso na barra que, em época de chuvas, ligava a Lagoa ao mar. Mais ao norte, em Ingleses, também existia um importante porto, protegido pelo Morro do Inglez.

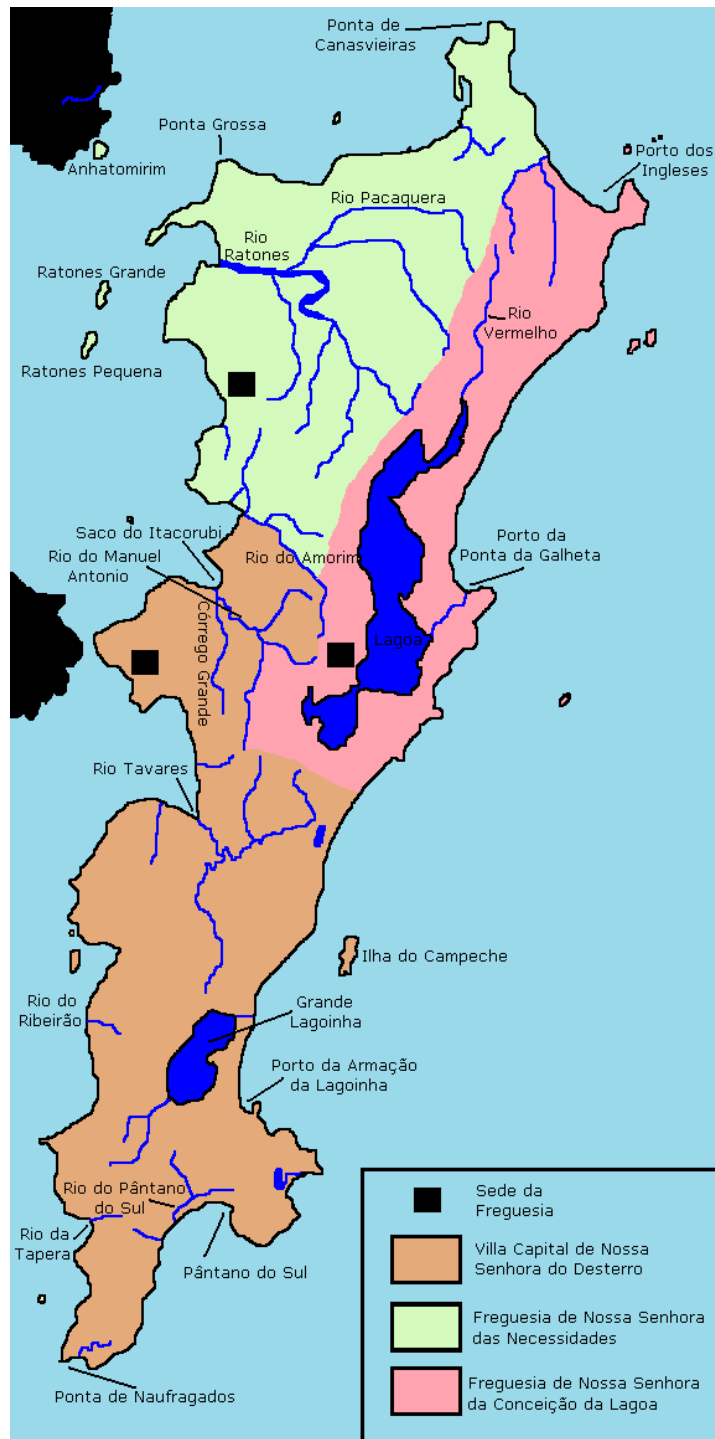


Ilustração 13: Freguesias da Ilha de Santa Catarina¹⁵⁸

¹⁵⁸Mapa elaborado pelo autor sobre imagens de <www.maps.google.com> acessado em 07/08/2008, e informações de

A freguesia vizinha, de Nossa Senhora das Necessidades, abrangia a extensa bacia do Rio Ratoes, com seus numerosos rios – entre eles o Ratoes, com até 60 braças de largura, o Pacaquera, o Rio do Veríssimo, do Galego, do Matheus Jorge e outros – além da região de Canasvieiras e as fortalezas que protegiam a entrada da baía norte. Foi na calma Praia de Canasvieiras, protegidos das fortalezas pela Ilha do Francês, que as tropas castelhanas desembarcaram em 1777, iniciando a tomada da ilha. Com as fortalezas do norte da ilha protegendo suas costas, foi durante muitos anos o ponto principal de parada para as grandes embarcações que chegavam à Ilha. Segundo povoado mais antigo da Ilha de Santa Catarina, foi fundado pelo religioso Mateus Leão no ano de 1698.¹⁵⁹ Toda a costa da freguesia, da Ponta de Canasvieiras ao Saco do Itacorubi, era coalhada de pequenos portos naturais, protegidos na baía norte. Produzia, em 1797, 15% do milho e do arroz da Capitania, além de 22% do feijão e 10% da farinha de mandioca. Nesse ano sua população era de 2.447 habitantes, 2.048 dos quais livres, 27 forros e 372 cativos.

O litoral catarinense

Quase dois terços da população da Capitania de Santa Catarina, no ano de 1797, no entanto, vivia não na ilha, mas no continente. Ao norte, a divisa da capitania com a capitania de São Paulo era o chamado Rio do Sahi. Partindo dali, em direção ao sul, logo encontramos a Baía da Babitonga, em cujas margens se encontrava a Vila de São Francisco, a mais setentrional da capitania. Seu porto, chamado de Porto da Barra Norte, tinha um amplo canal, com até 600 braças de largura, e ainda hoje é um dos grandes portos de Santa Catarina. Ligando a Baía de Babitonga ao mar, pelo sul, o Rio Araquarim, formando, com a proteção da Ilha dos Remédios, também um porto seguro para embarcações. Seguindo para o sul encontramos a Lagoa da Cruz, na foz do Rio Itapocu. Esse Rio, embora navegável, não fornecia saída para o mar, pois a barra da Lagoa da Cruz não tinha

AHU/Santa Catarina – Caixa 6 Documento 387. Ofício do Governador da Ilha de Santa Catarina, Tenente Coronel João Alberto de Miranda Ribeiro ao Vice-Rei do Estado do Brasil, Conde de Resende, D. Antonio José de Castro, remetendo relatórios e mapas referente a extensão e limites da Ilha de Santa Catarina e distritos de sua jurisdição.

¹⁵⁹Iaponan Soares de Araújo, *Santo Antônio de Lisboa: Vida e memória*, Florianópolis, Editora Lunardelli, 1991. p. 22.

a profundidade necessária. A seguir encontramos o maior rio da Capitania, então chamado Rio Tajahy. Hoje chamado de Itajaí, é uma das vias de penetração no interior do território, largamente navegável, apesar de algumas gargantas e quedas d'água. É nesse região que, posteriormente, irão se fixar grande parte dos imigrantes alemães da segunda metade do século XIX, dando origem a cidades como Blumenau, Brusque e Pomerode. Nos dias atuais sua margem sul abriga o Porto de Itajaí, o maior do estado e um dos grandes portos do Brasil. Um pouco ao sul do Tajahy, o Rio Camboriguassu marca a divisa entre a Vila de São Francisco e a Freguesia de São Miguel. A Vila de São Francisco era, em 1797, a segunda mais populosa da capitania, com 4.453 habitantes, um quinto dos quais forros ou cativos. Era também a grande produtora de farinha de mandioca, com quase 30% da produção total da capitania.

Ao sul do Camboriguassu estava a Freguesia de São Miguel, cuja sede, às margens do Rio Biguassu, havia sido, no início da ocupação definitiva da capitania, sugerida como alternativa à Desterro para Vila Capital da Capitania de Santa Catarina. Com 2.758 habitantes em 1797, 788 dos quais cativos, produzia entre 10 e 15% da farinha, do arroz, do milho e do feijão da capitania. A seqüência de enseadas de seu recortado litoral oferece uma série de bons portos, e o já citado Biguassu e o Rio das Tejuças Grandes, mais ao norte, oferecem alternativas de penetração no território, representando importantes vias de comércio. Seu limite sul é o Rio Quebra Cabaças, cuja foz já se encontra na protegida baía norte, quase em frente à Desterro.

A seguir, em direção ao sul, encontramos a Freguesia de São José, que em 1797 era o principal produtor de arroz da capitania, com quase metade da produção, e cerca de 2 mil habitantes. Imediatamente a frente da vila de Desterro, tinha a totalidade de seu litoral, o menor em extensão entre as vilas e freguesias de Santa Catarina, nas calmas baías entre o continente e a Ilha de Santa Catarina.

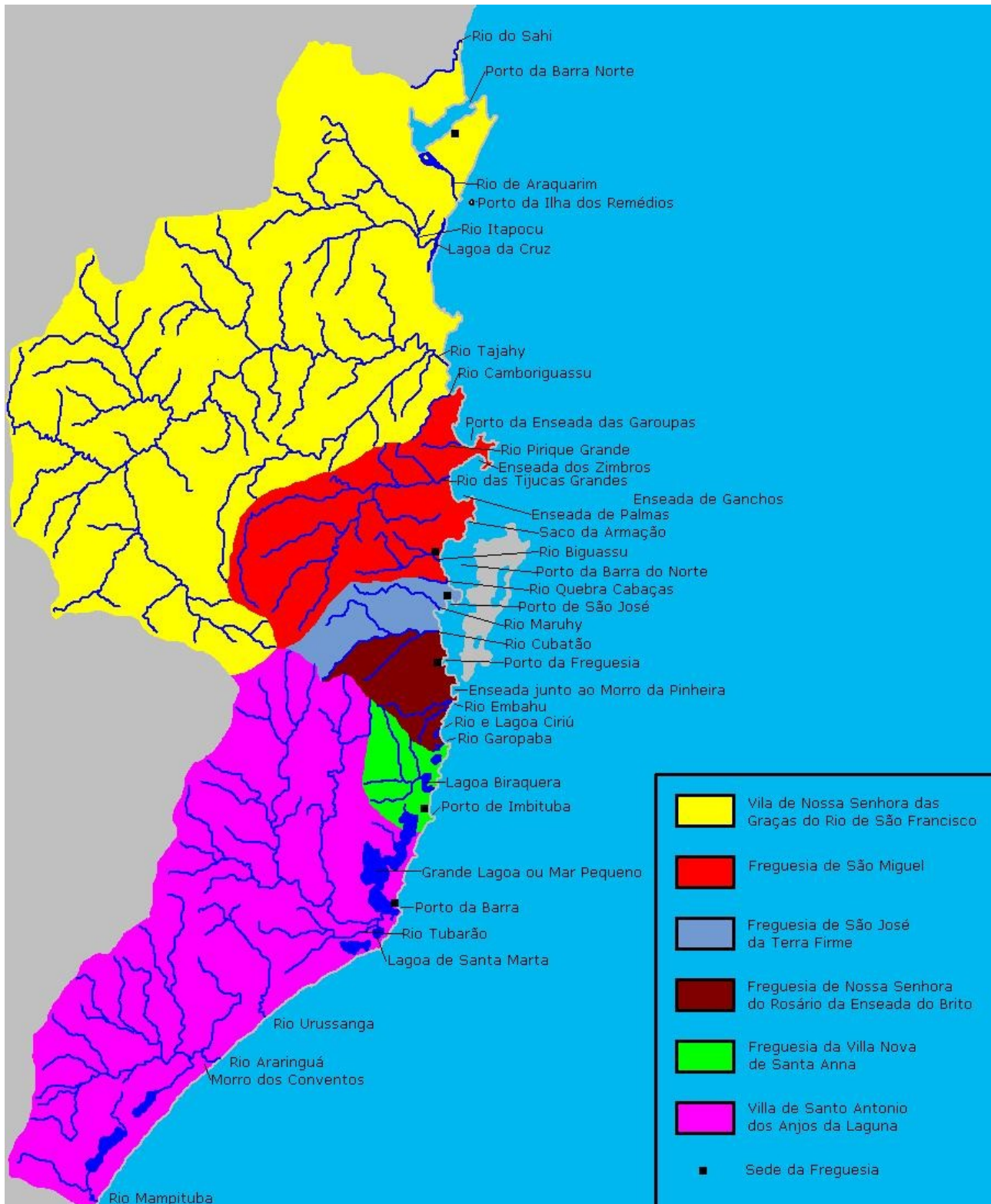


Ilustração 14: Vilas e Freguesias do litoral catarinense¹⁶⁰

Após o Rio Cubatão, lugar da capitulação final diante dos espanhóis em 1777,

¹⁶⁰Mapa elaborado pelo autor sobre imagens de <www.maps.google.com> acessado em 14/08/2008, e informações de AHU/Santa Catarina – Caixa 6 Documento 387. Ofício do Governador da Ilha de Santa Catarina, Tenente Coronel João Alberto de Miranda Ribeiro ao Vice-Rei do Estado do Brasil, Conde de Resende, D. Antonio José de Castro, remetendo relatórios e mapas referente a extensão e limites da Ilha de Santa Catarina e distritos de sua jurisdição.

encontramos a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Enseada do Brito. Freguesia menos populosa da província em 1797, com pouco mais de mil habitantes, cerca de 250 deles cativos, tinha uma produção agrícola pequena, embora variada, produzindo de pouco menos de 10% de todo arroz, milho, feijão e trigo da capitania, além de cerca de 3% da farinha de mandioca. Uma série de enseadas permitia o acesso por mar à freguesia, embora para alcançar o porto principal da freguesia fosse necessário passar a perigosa entrada sul da baía, contornando a Ponta dos Naufragados.

Passando o pequeno Rio Garopaba, temos a Freguesia da Villa Nova de Santa Anna, com população, em 1797, de 1.109 habitantes. Além de importante produtor de trigo, concentrando quase um quinto da produção da capitania, também teve no Porto de Imbituba, na sede da freguesia, importante ponto de pesca de baleia. Em 1827 o Almirante Melo e Alvim dava como uma das causas do declínio da indústria baleeira na província o fato da pesca realizada na região de Imbituba impedir que os animais alcançassem as armações mais ao norte.¹⁶¹

A Vila de Laguna, a mais ao sul da capitania, tinha em 1797 3.203 habitantes, sendo 776 cativos e 112 forros. O Porto de Laguna, na Foz do Rio Tubarão, que também serve de barra para o chamado “mar pequeno”, o grande complexo de lagoas que domina a paisagem da região, representa o porto mais ao sul da capitania. Após o Cabo de Santa Marta, pouco ao sul do dito porto, inicia-se uma grande praia que só permitia um desembarque seguro na região de Rio Grande, já no sul do Rio Grande do Sul. Os rios que desaguam no litoral ainda sob a jurisdição da Vila de Laguna, nomeadamente o Rio Urussanga, Araringuá e Mapituba, não permitem o ingresso de embarcações, por serem lugares de forte arrebentação e traiçoeiros bancos de areia. Próximo à foz do Rio então chamado de Araringuá encontramos o Morro dos Conventos, considerado, no relatório que aqui nos serve de guia, como o mais belo de toda a costa catarinense.

¹⁶¹Miguel de Souza Mello e Alvim, *A pesca da baleia em Santa Catarina, memória sobre a maneira de poder a nação tirar o maior interesse para os cofres nacionais, recursos para o serviço da marinha de guerra, e vantagem para a propriedade pública das armações da pesca das baleias, existentes na Província de Santa Catarina*, Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico de Santa Catharina. Vol. III. 1914. Apud Fernando Henrique Cardoso, *op. cit.* (2000). p. 81.

3. População, produção e comércio

Encontrávamos, assim, no ano de 1797, uma Capitania com a população e a produção bem distribuída, característica que parece se estender por todo o período pesquisado. A vila de Desterro não produzia mais de 20% de nenhum dos principais produtos, embora concentrasse a parte administrativa da capitania, grande parte dos estabelecimentos comerciais e muito da incipiente indústria local.

Freguesia	Farinha de Mandioca	Arroz	Milho	Feijão	Trigo
Desterro e Ribeirão	9,80%	8,93%	13,31%	16,60%	12,45%
Lagoa	12,25%	4,20%	20,92%	13,76%	27,88%
Necessidades	9,80%	15,01%	15,04%	22,88%	3,71%
São Miguel	9,80%	12,89%	9,72%	14,99%	1,59%
São José	9,80%	43,77%	21,97%	13,72%	8,01%
Enseada de Brito	2,94%	8,08%	9,21%	7,88%	9,93%
Laguna	9,80%	0,92%	9,39%	8,04%	16,89%
Villa Nova	6,37%	1,14%	0,45%	0,78%	19,54%
São Francisco	29,41%	5,06%	0,00%	1,37%	0,00%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Tabela 1: Participação de cada freguesia sobre a produção dos principais produtos agrícolas no ano de 1797. ¹⁶²

Ao analisarmos a população das diversas povoações das capitanias, também podemos perceber uma distribuição desta por toda a região. Os principais e mais antigos pontos de povoação – Desterro, Laguna e São Francisco – são os mais populosos, mas mesmo entre estes pólos e os demais lugares a diferença não é muito acentuada.¹⁶³

¹⁶²Quadro elaborado a partir de AHU/Santa Catarina – Caixa 6 Documento 387.

¹⁶³AHU/Santa Catarina – Caixa 6 Documento 387. Ofício do Governador da Ilha de Santa Catarina, Tenente Coronel João Alberto de Miranda Ribeiro ao Vice-Rei do Estado do Brasil, Conde de Resende, D. Antonio José de Castro, remetendo relatórios e mapas referente a extensão e limites da Ilha de Santa Catarina e distritos de sua jurisdição.

Freguesia	Livres	Forros	Cativos	Total
Desterro e Ribeirão	3.385	114	1.298	4.797
Lagoa	1.549	20	347	1.916
Necessidades	2.048	27	372	2.447
São Miguel	1.948	22	788	2.758
São José	1.667	12	412	2.091
Enseada de Brito	832	5	254	1.091
Laguna	2.315	112	776	3.203
Villa Nova	915	17	177	1.109
São Francisco	3.560	126	767	4.453
TOTAL	18.219	455	5.191	23.865

Tabela 2: População por condição no ano de 1797.¹⁶⁴

A composição do quadro populacional no entanto, parece indicar algumas diferenças entre as localidades referidas. Conforme podemos observar no quadro abaixo, a concentração de cativos em Desterro é maior, proporcionalmente à população total¹⁶⁵.

Freguesia	Habitantes por Fogo	Livres	Forros	Escravos
Desterro	5,64	70,59%	2,93%	26,48%
Laguna	5,63	72,28%	3,50%	24,23%
São Francisco	5,74	79,95%	2,83%	17,22%
TOTAL	5,67	74,71%	3,05%	22,24%

Tabela 3: Porcentagem de Livres, Forros e Cativos no ano de 1797.¹⁶⁶

Enquanto o número médio de pessoas por fogos se mantém praticamente o mesmo, assim como a concentração de forros – cuja variação não chega a 1 ponto percentual – a porcentagem de livres na população vai de pouco mais de 70% em Desterro a quase 80% em São Francisco¹⁶⁷. Ao contrário do que pode parecer a primeira vista, esse dado indica a maior urbanização da vila capital. Isso porque, em Santa Catarina, a principal utilização da mão de obra escrava não se dava no setor primário da economia, mas, de maneira especial, na atividade comercial e nas lidas domésticas.¹⁶⁸

¹⁶⁴*Idem.*

¹⁶⁵*Ibidem.*

¹⁶⁶Quadro elaborado a partir de AHU/Santa Catarina – Caixa 6 Documento 387.

¹⁶⁷AHU/Santa Catarina – Caixa 6 Documento 387. Ofício do Governador da Ilha de Santa Catarina, Tenente Coronel João Alberto de Miranda Ribeiro ao Vice-Rei do Estado do Brasil, Conde de Resende, D. Antonio José de Castro, remetendo relatórios e mapas referente a extensão e limites da Ilha de Santa Catarina e distritos de sua jurisdição.

¹⁶⁸Sobre a utilização do cativo na economia catarinense ver: Paulino Cardoso, *op. cit.* e Fernando Henrique Cardoso, *op. cit.* (2000).

Eram os cativos que faziam o transporte de mercadoria no porto e nas casas comerciais, além de um grande número dos chamados escravos de ganho e dos utilizados como empregados domésticos. Outro dado que aponta nessa direção é a forte presença de cativos que desempenhavam trabalhos especializados, como sapateiros, calafates, marceneiros e outros.¹⁶⁹

Um dado, no entanto, que mais claramente pode nos auxiliar a compreender a configuração social e econômica da região é a concentração de casas de comércio. Segundo dados do final do século XVII¹⁷⁰, as casas comerciais de Desterro contabilizaram, no ano de 1797, compras em produtos equivalentes a pouco mais de 63 contos. A segunda praça que mais realizou este tipo de transação, a Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco, acumulou no mesmo ano apenas 5:600\$000, cerca de 9% do valor verificado em Desterro.

Desterro era, naquele momento, o ponto principal em que era realizado o chamado comércio de grosso trato, principalmente com as regiões fora da Capitania. Se solidificava, assim, sua posição de destaque comercial e de centro urbano e administrativo da região. Esse caráter iria se intensificar nos anos seguintes, e a atuação política do governo da região atuaria, ao longo do século XIX, no sentido de preservar e intensificar essa organização econômica.¹⁷¹

Também era em Desterro que se concentrava a nascente estrutura manufatureira da região. As chamadas oficinas, que incluíam desde alfaiates e sapateiros até fabricas de charutos e curtumes de couros, estavam concentradas na capital. São citados, em 1797, 96 destes estabelecimentos na Capitania, dos quais 52 na Vila de Desterro¹⁷². Como a exportação destes itens nos parece ser bastante reduzida, podemos afirmar que eram, em sua maioria, fabricados para abastecer o mercado interno da capitania.

¹⁶⁹Ver Angelo R. Biléssimo, *Entre a praça e o porto: Grandes fortunas nos inventários post mortem em Desterro entre 1860 e 1880*, Editora Casa Aberta, Itajai, 2008; Maristela Simão, *op. cit.* (2008) e Paulino Cardoso, *op. cit.*

¹⁷⁰AHU/Santa Catarina – Caixa 6 Documento 387. Ofício do Governador da Ilha de Santa Catarina, Tenente Coronel João Alberto de Miranda Ribeiro ao Vice-Rei do Estado do Brasil, Conde de Resende, D. Antonio José de Castro, remetendo relatórios e mapas referente a extensão e limites da Ilha de Santa Catarina e distritos de sua jurisdição.

¹⁷¹Ver Angelo R. Biléssimo, *op. cit.* (2008).

¹⁷²AHU/Santa Catarina – Caixa 6 Documento 387. Ofício do Governador da Ilha de Santa Catarina, Tenente Coronel João Alberto de Miranda Ribeiro ao Vice-Rei do Estado do Brasil, Conde de Resende, D. Antonio José de Castro, remetendo relatórios e mapas referente a extensão e limites da Ilha de Santa Catarina e distritos de sua jurisdição.

Outros trabalhos ressaltam a existência de um grande número, na Santa Catarina da segunda metade do século XIX, de pequenas e médias propriedades, em grande parte utilizadora da mão de obra cativa, que produziam uma série de gêneros de subsistência, além da sempre importante farinha de mandioca, e compunham um intrincado cenário que, à volta dos grandes negociantes, provia aos grandes centros do país, em especial o Rio de Janeiro, bens de abastecimento.¹⁷³

O panorama da Capitania de Santa Catarina, no final do século XVIII, já prenunciava, de certa forma, a organização que iríamos encontrar durante todo o século seguinte. De modo geral, se configurava como uma população bem distribuída ao longo de todo o litoral, principalmente em Desterro, São Francisco e Laguna, com uma produção agrícola também bastante espalhada, e a Capital servindo, além de centro administrativo, como principal centro comercial, abastecendo o restante da região – tanto através da importação como da sua incipiente produção industrial – dos produtos manufaturados e servindo de ponto para o envio de produtos para fora da capitania. Essa posição de destaque comercial vai, nas décadas seguintes, estabelecer uma hegemonia política e econômica da Ilha de Santa Catarina sobre o resto da região.

¹⁷³Ver, entre outros: Clemente Gentil Penna, *op. cit.* (2005).

Capítulo III – Estruturas e dinâmicas econômicas do Brasil

Para melhor compreendermos o papel dos grandes proprietários e negociantes de Santa Catarina, é essencial buscarmos investigar como funcionava e como se formou a economia daquela sociedade. Desterro era o ponto nevrálgico do comércio catarinense, e era através de seu porto, principalmente, que a região se conectava com o vasto e complexo sistema de trocas que ligava todo o Brasil.

Buscamos, a seguir, auxiliar na apreensão da maneira como processos e dinâmicas econômicas se davam, no Brasil e em Santa Catarina.

1. A organização econômica e social

O valor do principal produto agrícola brasileiro nos três primeiros séculos da colonização, o açúcar, enfrentou forte baixa no século XVIII, recuperando um pouco do seu valor nas últimas décadas, apenas para, no começo do século seguinte, voltar a enfrentar uma desvalorização. Ainda que tirasse vantagem desta melhora nos preços internacionais, seus problemas estruturais se mantinham, com a baixa utilização de tecnologia e uma baixa produtividade. Durante esse período de alta nos preços, surgiam em grande número tentativas de proprietários menores de aproveitar a valorização, com a

disseminação de um grande número de pequenos engenhos (“engenhocas”), dedicados à produção de aguardente e depois convertidos à produção açucareira para aproveitar a recuperação dos preços. O fenômeno foi tão significativo que a produção média por engenho ainda era de 2.500 arrobas\ano no início do século XVIII, mas no final caíra para 511 arrobas.¹⁷⁴

Outros produtos representavam papel importante no quadro econômico brasileiro:

O tabaco, produzido em Pernambuco e na Bahia – a produção no Rio de Janeiro foi proibida em 1757 por pressão dos produtores do nordeste – gerava cerca de 100 mil libras anuais, sobretudo no comércio africano. Os couros, do Nordeste, Norte e Rio Grande do Sul geravam outras 100 mil libras em meados do século, renda duplicada nas décadas seguintes. O algodão, beneficiado pela expansão industrial inglesa, passou de planta nativa desprezada pelos colonos à importante produto de exportação, sobretudo em Pernambuco, Paraíba, Maranhão e Pará. Nessas últimas capitâneas, porém, enfrentou as dificuldades locais, relacionadas assim pelo cronista Gaioso, referindo-se ao século XIX: “Falta de terras por causa do gentio, horroroso preço da escravatura [africana], execuções na escravatura,

¹⁷⁴Arno Wehling, *Formação do Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994. p. 217.

preços em queda do algodões e nova forma de cobrança de dízimo.”
 Outros produtos continuaram ou apareceram na pauta de exportação do século XVIII, alguns pela maior procura internacional, outros pela política de fomento da segunda metade do século: Arroz do Maranhão, drogas do sertão do Pará, cacau da Bahia e Maranhão, erva-mate do Rio Grande, anil, linho e cochonilha do Rio de Janeiro e do Sul, sal e salitre de vários pontos do litoral.¹⁷⁵

As relações comerciais do século XVIII se davam, basicamente em três esferas. No Atlântico, a colônia relacionava-se em especial com Portugal, que procurava não descuidar de seus privilégios de metrópole, e com a África, de onde chegava a mão de obra cativa que iria impulsionar os engenhos e as minas do Brasil. Eram neste plano que se concentravam os grandes comerciantes, e onde eram, via de regra, construídas as grandes fortunas do país. É o comércio dos grandes navios, e durante muito tempo foi pensado como o comércio *per se* do século XVIII. Nas palavras de Fragoso, “Conforme nos ensina Braudel, para se apreender a elite de negociante em uma sociedade pré-industrial, a “dica” é iniciar pelo comércio de longa distância.”¹⁷⁶

Um segundo nível, o comércio inter-regional, realizava os contatos comerciais entre as capitânicas. Era o comércio das grandes tropas de bovinos que iam abastecer as regiões mineradoras – embora outros meios de transporte, inclusive marítimos, também fossem utilizados – e no qual Santa Catarina levava sua farinha às charqueadas do sul e ao grandes centros do país, em especial o Rio de Janeiro.

Perpassando todas as regiões da colônia, estava o comércio miúdo, intra-regional, feito por carroças e pequenas embarcações, e que muitas vezes podia não envolver trocas monetárias. Era através deste comércio que o amendoim do pequeno produtor do interior da Ilha de Santa Catarina chegava a Desterro. Era aqui o lugar, também, dos atravessadores, que compravam do pequeno produtor e revendiam nos centros urbanos, lucrando com o *spread* da operação.

Mas não só os produtos primários moviam a economia setecentista. Mesmo Desterro, cidade longe de poder ser caracterizada como grande centro, embora a principal da capitania, contava, no século XVIII, com umas poucas dezenas de pequenos estabelecimentos, as oficinas.

¹⁷⁵*Idem.*

¹⁷⁶João Fragoso, *op. cit.* p. 319.

Eram sapateiros, alfaiates, chapeleiros e uma série de ofícios que supriam a necessidade da região de produtos manufaturados, principalmente da população menos abastada que não tinha condições de adquirir os bens, de maior qualidade e que lhe garantiriam maior prestígio, produzidos na Europa.

Para Wehling,

A produção artesanal do século XVIII, se continuou modesta e quase doméstico no norte e nordeste, expandindo-se no centro-sul. Ao artesanato urbano tradicional acrescentou-se a metalurgia, a produção alimentícia e têxtil, a produção da cerâmica e, em plano maior, a construção naval. Esta, que já vinha do século anterior, chegou a ter alguns estaleiros de certo vulto, construindo pequenas e, eventualmente, grandes embarcações.¹⁷⁷

O período colonial foi de fortes mudanças na dinâmica social e econômica brasileira. A produção agrícola se espalhou com velocidade pelo amplo território, e a conformação mercantil acompanhou essas mudanças. É neste momento que se constrói o sistema produtivo do país. Este sistema em montagem era financiado, em sua maioria, pelo capital mercantil das grandes praças comerciais. A tendência dos grandes negociantes em se transformarem em grandes fazendeiros, aliada aos métodos de cultivo da época, que necessitavam de uma permanente busca por novas áreas de cultivo, forçava uma expansão perene da área plantada, que encontra na grande disponibilidade de terras aráveis do Brasil grandes facilidades. Para Fragozo

em pouco mais de 50 anos, a área analisada [*o futuro município de Paraíba do Sul*] apresenta um crescimento de 5.277%. Este número nos indica que estamos diante de um rápido movimento de montagem de um sistema agrário escravista-exportador na fronteira. Ou, ainda, tal número nos insinua que a formação da agro-exportação cafeeira só foi possível em razão de uma ampla acumulação, previamente existente.¹⁷⁸

Em termos da economia internacional, o período da independência do Brasil

situa-se em um ciclo de Kondratieff, marcado por uma fase positiva (A), de 1792 a 1815, e por outra negativa (B), que se estende de 1815 a 1850. A primeira fase, em meio a guerras e bloqueios, foi marcada, tanto na Inglaterra como na França, pela concentração urbana, por mudanças nos padrões de vida, nos da produção industrial e agrícola, e pela ampliação do comércio. Para o Brasil, essa fase correspondeu a uma melhoria da situação internacional de seus produtos agrícolas, especialmente açúcar e algodão, traduzindo-se em uma tendência de alta de preços.¹⁷⁹

Para o autor o Brasil, assim, acompanha a conjuntura de aquecimento da Europa, o que não acontece quando o cenário se inverte. Essa posição, no entanto não é repetida por outros

¹⁷⁷Arno Wehling, *op. cit.* p. 217.

¹⁷⁸João Fragozo, *op. cit.* p. 15.

¹⁷⁹*Idem.* p. 16.

pesquisadores. Virgílio Pinto conecta o movimento de independência a um cenário econômico desfavorável. Para ele,

Os produtos básicos brasileiros, além da baixa generalizada, além da natural retração dos mercados, sofrem também violenta concorrência dos mercados internacionais.
 O açúcar, o primeiro produto de exportação, sofre a concorrência do novo grande produtor, Cuba, e do açúcar de beterraba. Em 1860 o açúcar de beterraba já estava suprindo 25% do consumo mundial, em 1882 atingira 50% e em 1900 75%.
 O algodão, segundo produto de exportação, declina consideravelmente em virtude da produção estadunidense que se beneficia de larga produção com mão de obra escrava abundante.
 O arroz, segunda riqueza do Maranhão, sofre a concorrência do arroz da Carolina que reassume sua posição anterior às guerras napoleônicas.
 Os couros ressentem-se da concorrência da bacia do Prata.
 O tabaco, na medida em que as exigências da Inglaterra dificultam o tráfico negreiro, perde seu mercado favorito: a África.
 Assim a independência política brasileira se fez em plena fase de recessão econômica mundial e de retração da economia brasileira¹⁸⁰.

Já para Celso Furtado, a implementação da grande produção do café só foi possível devido à grande oferta de mão de obra, ociosa devido ao desmantelamento da economia mineira. A abundância de cativos disponíveis com a diminuição do ritmo da mineração teria fornecido os meios para que a cafeicultura atingisse o vulto que alcançou no período.

Ao transformar-se o café em produto de exportação, o desenvolvimento de sua produção se concentrou na região montanhosa próxima da capital do país. Nas proximidades desta região, existia relativa abundância de mão de obra, em consequência da desagregação da economia mineira. Por outro lado, a proximidade do porto permitia solucionar o problema do transporte lançando mão do veículo que existia em abundância: a mula. Dessa forma a primeira fase da expansão cafeeira se realiza com base no aproveitamento de recursos pré-existentes e subutilizados.¹⁸¹

Embora inserido no cenário econômico internacional, o Brasil estava longe de ser apenas reflexo ou consequência dos humores da Europa. Sua economia não era apenas uma grande *plantation* escravista e exportadora. Diversos estudos apontam, por todo o território, uma grande importância do mercado interno da colônia, e da produção voltada para esse mercado. A capacidade da Colônia de acumular capital mesmo em uma conjuntura de queda no comércio internacional aponta para a densidade da organização econômica do Brasil.

¹⁸⁰Virgílio Pinto, *Balança das transformações econômicas do século XIX*, In: Fernando Henrique Cardoso (dir). *Brasil em perspectiva*, São Paulo, DIFEL, 1968. p. 149-150.

¹⁸¹Celso Furtado, *op. cit.* p. 137.

Dinâmicas econômicas

Para compreendermos, no entanto, como essa organização econômica e social se reiterava no tempo, cumpre-nos apreender alguns pontos fundantes de sua organização. Como se tratava de uma economia marcada por uma agricultura extensiva, a quase totalidade do investimento era direcionado para terras e homens, pois, nesse tipo de produção, eram esses os elementos essenciais para manter as chamadas 'plantations' em funcionamento. Eram exíguos os gastos com equipamentos e tecnologia. Assim, para garantir a reiteração desta produção, era necessário, na colônia, a existência de uma fronteira agrícola aberta – que mantivesse a oferta de terra, de maneira a manter baixos os preços dos terrenos agrícolas e permitir a contínua expansão da área plantada, principalmente se levarmos em conta que os meios utilizados muitas vezes levavam a uma rápida deterioração da capacidade produtora do terreno – e de uma oferta constante de mão de obra – garantida por um constante tráfico de cativos africanos e pela produção colonial de alimentos capaz de sustentar essa população de trabalhadores a um preço baixo.

Essa estrutura de expansão permanente garantia a permanência da organização social e econômica, mas não é ela a grande fonte de capital para a colônia, uma vez que, como já vimos, o excedente da atividade exportadora colonial era apropriado pela metrópole, de maneira a garantir ali uma sociedade de conformação arcaica. O lucro que garantiria a relativa autonomia colonial em relação aos mercados europeus teria de vir, então, da atividade mercantil. É nesse comércio 'de grosso trato', que reside a chave para compreendermos, essa organização social e econômica colonial. O mercado de abastecimento interno, o fornecimento de bens de consumo para os aglomerados urbanos, o tráfico negreiro, os contratos de serviços – como os contratos de iluminação pública, de destinação de lixo e águas servidas e o fornecimento de alimentos para militares, por exemplo - da estrutura estatal e atividades rentistas seriam exemplos de negócios que permitiam a acumulação de riquezas.

As pessoas engajadas neste tipo de investimento tinham um grande controle sobre as

dinâmicas que os envolviam. Ao contrário do que possa parecer a um observador mais apressado, essa possibilidade de lucro, muitas vezes bastante vultuoso, trabalhava no sentido de engessar as oportunidades de ascensão social. Como a oferta de crédito era concentrada nas mãos dos grandes comerciantes, e essas atividades geravam grandes lucros mas também exigiam grandes investimentos, o acesso a esse crédito era uma das barreiras à ascensão social, embora não a única. Como tratamos de uma sociedade não capitalista, com hierarquias sociais bem definidas, os trajetos dentro dessa 'elite mercantil' era marcada por questões de prestígio, origem e outras.

Isso leva a um cenário de grande concentração dos negócios, agravada por uma lógica de diversificação das atividades e grande diferenciação econômica. Fernand Braudel defende que, muito mais do que na atualidade, nos sistemas não capitalistas que têm uma faceta mercantilizada de importância “o grande lucro muda constantemente de lugar e todo bom negócio que surja é de sua competência”¹⁸²

Florentino e Fragoso referem-se, assim, ao papel do acesso a atividades mercantis na produção e acumulação de riquezas. E essa exclusividade é proporcional ao lucro que a atividade proporciona:

A conclusão natural é a de que o perfil de concentração das atividades mercantis ligadas ao exterior é bem mais acentuado do que naquelas vinculadas à circulação interna de bens. Antes de mais nada isto se deve, em termos comparativos, ao montante do investimento inicial requerido pelas atividades dirigidas ao mercado externo – seja a importação, seja a exportação.¹⁸³

A conclusão destes processos de acumulação, acesso ao crédito e restrição de oportunidades de lucros é o papel que a atividade mercantil representa de restringir a ascensão social. Pois, se são poucas as opções de atividades lucrativas, é de se supor que os benefícios advindos de determinada atividade serão proporcionais ao montante nela investido. Do mesmo modo, a oferta destes recursos não é abundante, e, como não existem instituições de fomento e de oferta de crédito, ao menos não de grande vulto, dependem de uma rede de relações sociais que

¹⁸²Fernand Braudel, *Civilização Material e Capitalismo: os jogos de troca*, Lisboa, Cosmos, 1985. p. 65 e 66.

¹⁸³João Fragoso e Manolo Florentino. *Op. Cit.* p. 83.

passa pelo acesso a uma elite que detém esses recursos. Essa conformação leva à formação de monopólios nos mais diversos ramos de atuação, consequência da conformação da sociedade do Brasil Colonial.

A elite mercantil

Essa possibilidade de lucro centralizada na atividade mercantil chama-nos a atenção por levantar questões quanto à reiteração desta estrutura ao longo do tempo. Leva-nos, assim, a questionar o motivo da grande elite política da colônia ser, via de regra, oriunda do meio rural, notadamente os grandes produtores das culturas de exportação. Devemos procurar assim, a dinâmica que impediria a elite mercantil de, através da contínua acumulação das riquezas que a atividade proporcionava, modificar essa estrutura que, aparentemente, lhe era desfavorável.

Uma resposta possível a estas indagações é a presença de um ideal aristocrático, que tinha como sua faceta mais aparente a procura em transformar a acumulação gerada pela atividade mercantil em terras, homens e sobrados. Dentro desta estrutura permanentemente excludente, a busca por um prestígio que não seria atingido na atividade mercantil levava à esterilização do resultado dessa atividade. Essa guinada das forças mercantis em direção a atividades menos lucrativas subordinava a acumulação de riquezas da atividade à um ideal de sociedade arcaica, garantindo a perpétua e permanente reconstituição desta hierarquia excludente.

A sociedade brasileira do período pode ser descrita como uma sociedade em que não são hegemônicos valores capitalistas que a historiografia sobre o período muitas vezes projetou nessa estrutura. Ascender socialmente, para além de um simples enriquecimento, envolvia o complicado caminho de tornar-se membro da aristocracia. Esse movimento vai na direção de dinâmicas apontadas por autores como Vitorino de Magalhães Godinho¹⁸⁴, de contínua propensão dos meios mercantis à aristocratização. Como resultado, o retorno dos grandes investimentos da esfera mercantil acaba por ser, muitas vezes, esterilizado em atividades de cunho notadamente senhorial.

¹⁸⁴Vitorino M. Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Edições 70, 1975.

É através destes mecanismos que se restringe as possibilidades de ascensão social. Ela passa, via de regra, pela acumulação oferecida pela atividade mercantil, que tem na necessidade de um significativo aporte de recursos mais uma barreira. Por outro lado, barreiras também existem na atividade agrária, embora aparentemente menos marcantes do que na atividade mercantil. No entanto, como o acesso a estratos mais elevados desta hierarquia colonial passava, necessariamente, pela acumulação financeira da atividade mercantil, essa mobilidade do mundo rural não era suficiente para superar a hierarquização social.

Apontávamos para a existência de uma diferenciação petrificada. O que se verifica agora é que mesmo em meio a este panorama geral de ínfima mobilidade há a possibilidade real, por parte dos mais pobres, de acumulação no agro. Não é gratuito, como indica Hebe Castro e S. Schwartz, que mesmo o forro possa transformar-se em camponês e, nesta condição, posteriormente, tornar-se proprietário de um pequeno plantel de escravos. Os limites desta, ressalta-se, são claros: trata-se de uma possibilidade dentro de uma economia na qual a lavoura estará sempre a mercê do capital mercantil.¹⁸⁵

Essas observações nos levam a acreditar que não parece haver contradição entre o domínio econômico do capital mercantil e uma sociedade majoritariamente escravista e agrária. Isso porque a existência de tal domínio acabava, devido às dinâmicas acima descritas, por reforçar a diferenciação social que era a base das características agrárias e escravistas daquela sociedade. Para Frago e Florentino

A organicidade entre um certo tipo de acumulação mercantil e a economia em questão não se esgotava aí, pois grandes frações mercantis, ao constituírem grupos rentistas urbanos se convertiam em uma parcela do topo da hierarquia. Reforçava-se, deste modo, a natureza excludente da sociedade, já que cristalizavam-se grupos à margem do mundo do trabalho. Por outro lado, caso consideremos que parte do excedente agrícola já havia sido esterilizada (pois fora apropriada pelos comerciantes), a transformação de parcela da elite mercantil em senhores de homens e de terras significará o retorno desta parte expropriada e, pois, a própria viabilização da hierarquia social. Com este movimento completa-se a reprodução integral da economia e sociedade tratadas, demonstrando-se, ademais, que a estratégia do capital mercantil subordina-se – em um nível muito amplo – à reiteração da estrutura agrária escravista.¹⁸⁶

Para Frago, a reprodução do escravismo colonial e da estrutura social e econômica brasileira, dá origem (ou uma nova importância) a três categorias dentro desta conformação econômica: a acumulação endógena, “movimento que diz respeito à reiteração, no tempo, das produções ligadas ao abastecimento interno. Esse movimento, por ser realizado em todas as suas

¹⁸⁵João Frago e Manolo Florentino. *Op. Cit.* p. 79.

¹⁸⁶Idem. p. 108 e 109.

etapas no espaço colonial, implicaria a retenção do seu trabalho excedente no interior da economia colonial”; o mercado interno, “locus em que se dariam as acumulações endógenas e parte da reprodução da agroexportação em razão das relações sociais de produção que lhe dão vida (escravismo, campesinato e etc.), esse mercado possui uma natureza não capitalista. Essa natureza – consubstanciando-se numa frágil divisão social do trabalho, circulação de mercadorias e de moedas – daria ao mercado considerado um caráter restrito e imperfeito”; e o capital mercantil colonial residente, talvez o ponto central de sua análise, “elemento mediador dos processos de reprodução antes referidos. Essas operações por se realizarem em meio a um mercado interno, possibilitariam a gestão de um grupo mercantil residente na economia apreendida.”¹⁸⁷ Essas categorias permitem pensar o Brasil do final do século XVIII e do século XIX sob uma ótica de autonomia (ainda que por vezes restrita) econômica e elaboração de estrutura internas com vistas a preservação deste modelo econômico e social.

Assim o modelo econômico adotado pelo Brasil no período Imperial, posição mantido dos anos de colônia, tem sua preservação dependente da manutenção de relações de poder que podemos chamar 'não-econômicas'. Ao contrário de sistemas econômicos atuais, onde a relação econômica media as relações de produção, no século XIX o trabalhador – não só o cativo, embora neste caso a relação seja mais visível, mas também o trabalhador livre não assalariado – tinha conservada sua posição através de uma hierarquização profunda. No sistema capitalista, é condição imprescindível para o trabalhador vender sua força de trabalho em igualdade, ainda que, em alguns momentos, apenas formal ou jurídica, em relação a seu patrão. É através de um contrato entre iguais que o trabalhador vai realizar suas funções, em troca de pagamento. Em uma sociedade profundamente marcada pela escravidão, e por outras relações de desigualdade, por outro lado, é o exercício do poder que vai manter as relações entre o trabalhador e aquele para quem ele executa o trabalho. Cada um tem, assim, um lugar na ordem social que define seu papel. Ao contrário do capitalismo, que tem em seu funcionamento e manutenção assentado em mecanismos autodeterminados, o Brasil

¹⁸⁷João Fragoso, *Op. Cit.* p. 26 e 27.

do século XIX necessitava que as relações de poder (sendo o produtor direto propriedade de outrem) se mantivessem para assegurar sua manutenção. É neste sentido que a atuação das estruturas estatais tornava-se imprescindível para essa manutenção.

O Imperador era, em última análise, o fiador desta ordem, e era através desta garantia que se reproduziam as relações econômicas e sociais. Era papel do Estado a manutenção de uma hierarquia excludente, e as exceções, os poucos capazes de alcançar alguma mobilidade social, apenas reiteram essa dimensão. Podemos perceber como, em Santa Catarina, no decorrer do período estudado, o exercício do poder esteve restrito a um número pouco expressivo de pessoas.

Essas diferenças entre os habitantes do território tomam forma na Constituição Imperial de 1824. Entre os artigos 92 e 95, estabelecem-se os direitos políticos dos cidadãos, limitados, entre outros, por condição, ocupação e renda. A sociedade estava

dividida em três mundos sociais distintos: O mundo do trabalho, constituído por aqueles que não possuem nenhum direito civil, nem o de dispor de sua própria pessoa, ou seja, os escravos; o mundo da desordem, formado pelos homens livres pobres, que eram cidadãos de segunda classe; e o mundo da ordem, que reúne os cidadãos de primeira classe, cuja incumbência era ordenar o conjunto da sociedade.¹⁸⁸

O alto prestígio também advinha de marcas bastante objetivas. A participação em ordens militares, posições de destaque em Irmandades Religiosas, posições de mando, relações comerciais, sinais exteriores de riqueza, várias eram as estratégias para se identificar a estratificação da sociedade.

Mesmo a utilização das fortunas acumuladas não obedecia a lógica da geração de mais recursos, mas sim de estratégias mais complexas de ascensão social. A utilização de grandes somas de capital em foros de fidalguia e doação a associações religiosas, a aquisição de bens de grande visibilidade, especialmente sobrados e prédios urbanos, e, em especial, a aquisição de cativos eram importantes sinais exteriores de pertencimento a uma parcela de destaque da sociedade. Essas estratégias estavam enredadas com o exercício do poder político, e esse mesmo poder político, alcançado através da forte hierarquização social, era uma das principais ferramentas para a

¹⁸⁸*Idem.* p. 30 e 31.

manutenção desta mesma hierarquização.

Assim, na sociedade estudada, “a produção e o uso mercantil do sobretrabalho não são fins em si mesmo; mais do que isso, esse sobretrabalho deve tomar outras direções, para que tal sistema possa se reproduzir.¹⁸⁹”

2. A economia do século XIX

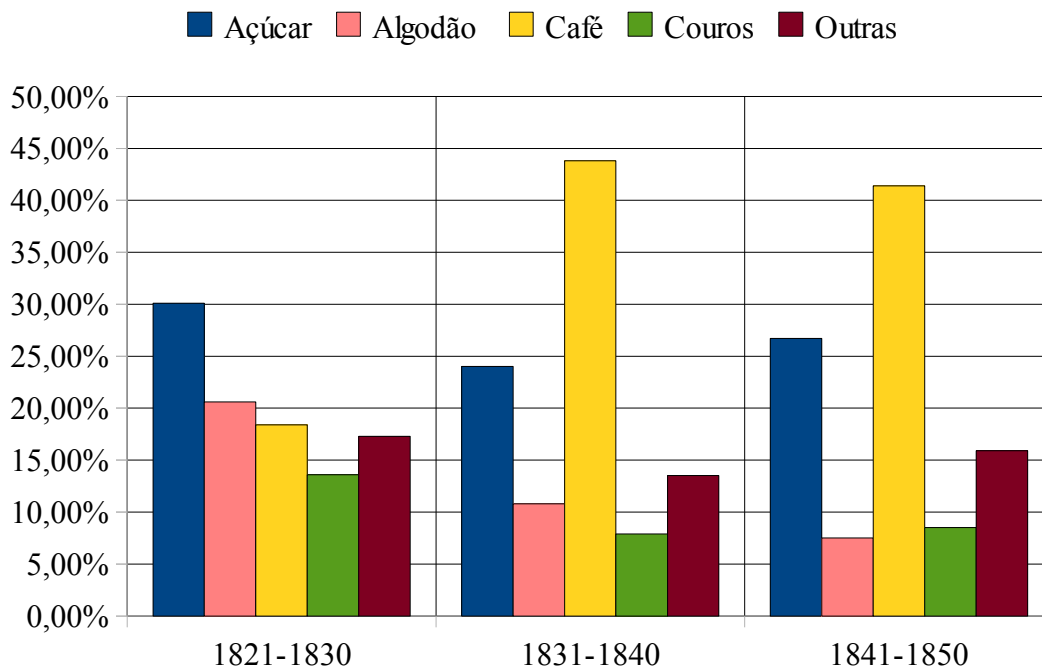


Gráfico 1: Representatividade das diferentes culturas nas exportações do Brasil nas três primeiras décadas da independência.¹⁹⁰

Entre a Independência e a metade do século XIX, o café se consolidou como principal cultura de exportação, enquanto o açúcar manteve sua importância relativamente inalterada, variando entre 24 e 30% das exportações. Os couros diminuíram de importância, proporcionalmente, mas a cultura que mais perdeu espaço foi a do algodão, que representava pouco mais de 20% das exportações na primeira década contra 7,5% na terceira. Desnecessário frisar a importância do café, que, de 18,4% das exportação do período imediatamente após a independência, passa a representar mais de 40% do valor das exportações na década seguinte.

¹⁸⁹*Ibidem.* p. 32 e 33.

¹⁹⁰Nelson Werneck Sodré, *História da Burguesia Brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964. p. 78.

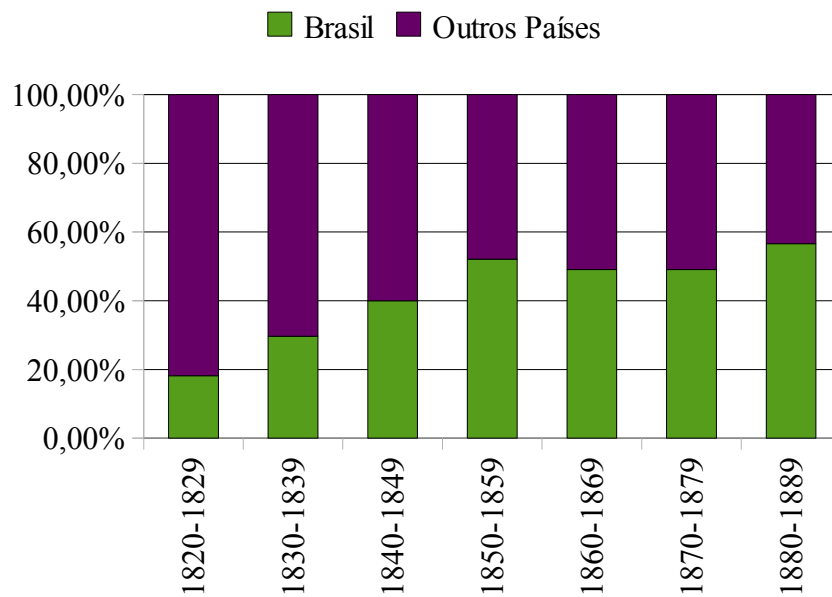


Gráfico 2: Produção mundial de café entre 1820 e 1889¹⁹¹

Junto com o Café, crescia a participação do Brasil no mercado internacional. Na metade do século XIX, o Brasil passou a produzir mais da metade do café colhido no mundo. E essa concentração não parou de crescer nos anos seguintes, com o país chegando a produzir três quartos do café mundial na virada do século.

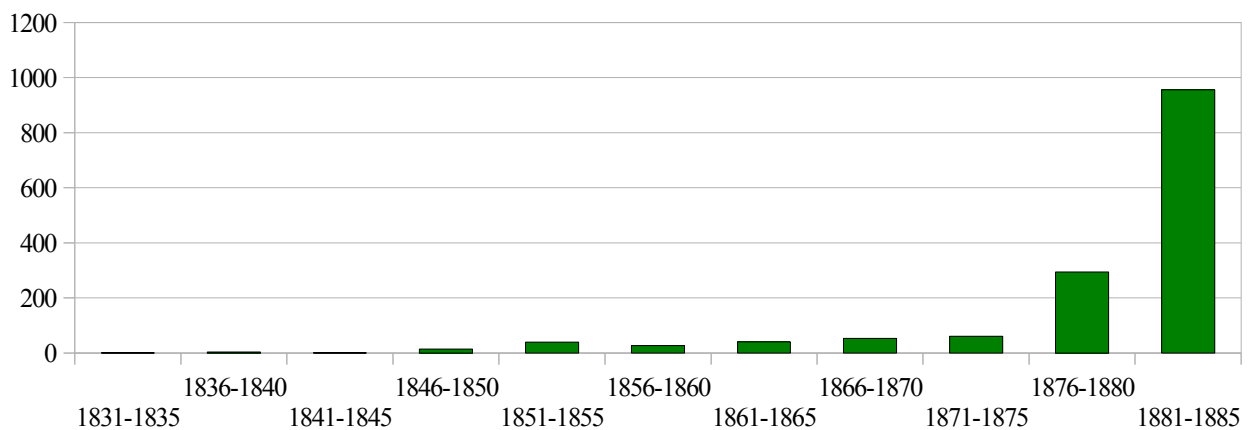


Gráfico 3: Patentes expedidas por quinquênio¹⁹²

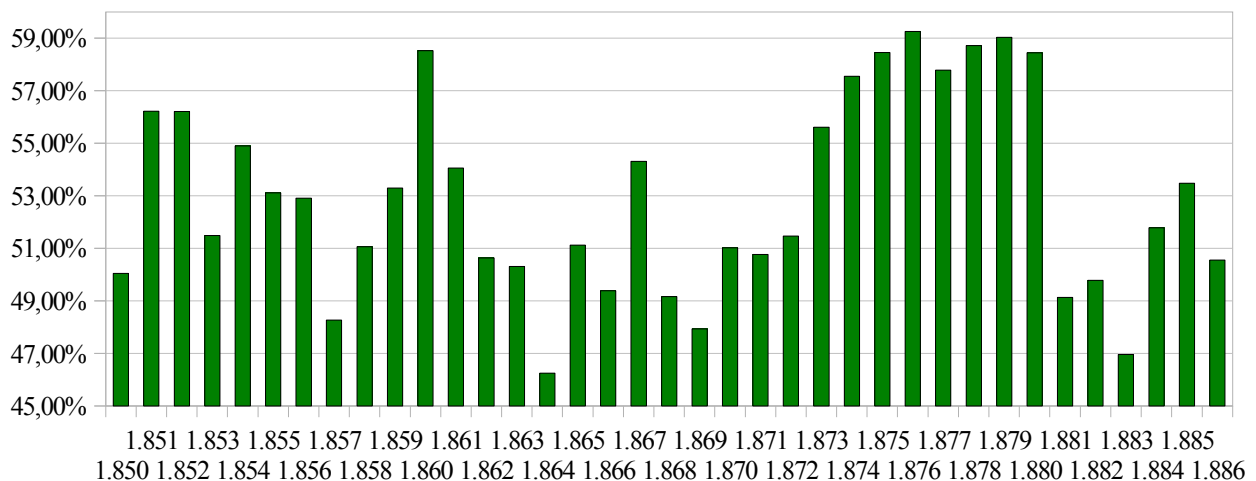
Para além da produção agrícola, o desenvolvimento industrial e tecnológico não foi representativo durante o período imperial brasileiro. Reflexo disto é o número de patentes expedidas. Apenas na última década do período observado, conforme mostra o gráfico acima,

¹⁹¹John Francis Normano, *Evolução Econômica do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1939. p. 54.

¹⁹²Humberto Bastos, *O pensamento industrial no Brasil*, São Paulo, Martins Ed., 1952. p. 108.

podemos notar um incremento em sua quantidade. Mais de 83% do número de patentes concentram-se nestes dez anos, com quase 65% nos últimos cinco anos. Com efeito, no período entre 1881 e 1885 foram expedidas 935 patentes, contra 537 nos 50 anos anteriores¹⁹³. Esse dado é importante para pensarmos algumas mudanças na sociedade brasileira no final dos oitocentos. No final do século, com o fim do tráfico atlântico de cativos africanos e da própria abolição do sistema escravista, proclamação da república e o início de uma industrialização e urbanização, ainda que incipiente, da sociedade brasileira, mudanças profundas operaram na sociedade. Sob certos aspectos, é a mudança de uma sociedade rural e arcaica para outra urbana, industrial e capitalista, que só se completaria no pós-guerra, após o governo de Getúlio Vargas. Em algumas regiões do país, como Santa Catarina, estruturas desta sociedade resistem mais tempo às mudanças, motivo pelo qual muitas características coloniais se verificam na Santa Catarina do final do Império.

A praça do Rio de Janeiro era o ponto nevrálgico da organização econômica brasileira durante o século XIX. Era na corte que se encontravam a produção de exportação e o comércio de abastecimento. No período entre 1850 e 1886, a corte concentrou 53% de toda a arrecadação do império, chegando a atingir mais de 56 mil contos de réis de arrecadação no ano de 1876, dos quase 95 mil contos que foram arrecadados em todo o império, representado 60% de toda a receita, ou 17 mil contos a mais do que todo o restante do território em conjunto. No período de 1850 a 1886, a menor concentração de receita anual encontrada na Corte foi de 46,25% no ano de 1864.



¹⁹³ *Idem.*

Gráfico 4: Concentração da receita nacional na Corte do Rio de Janeiro entre os anos de 1850 e 1886.¹⁹⁴

Observando o gráfico acima não podemos identificar uma tendência no período, seja de aumento ou diminuição desta concentração. Tal conclusão aponta para o papel centralizador que o Estado de então se imbuía, de maneira a garantir que o grande desenvolvimento que outras regiões experimentavam – entre os quais podemos citar a indústria cafeeira – não ameaçavam a posição de protagonismo da capital do Império.

O comércio de abastecimento ligava as áreas voltadas para o mercado interno e as exportadoras. Algumas regiões inclusive, dedicavam-se prioritariamente ao mercado interno. É o caso de Santa Catarina, grande fonte de farinha de mandioca para todo o país. Mas, de modo geral, esses mercados abarcavam todo o Brasil. Segundo Fragoso, nas *plantations* ocorria a utilização da

farinha de mandioca proveniente de regiões do interior do Rio de Janeiro, do sudeste da Bahia e de Santa Catarina; do charque do Rio Grande do Sul; dos mueres de São Paulo; dos porcos e reses de Minas Gerais e etc. Mais do que isso, na passagem do século XVIII para o XIX, verifica-se a existência de áreas coloniais especializadas no comércio de abastecimento, ou seja, cuja principal atividade mercantil estava para isso voltada.¹⁹⁵

Proprietários	1	2 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 39	40 ou mais
Paraná	43,04%	37,19%	14,60%	4,14%	0,91%	0,12%
Sudeste	35,40%	36,86%	15,78%	7,44%	3,01%	1,51%
Bahia e Sergipe	45,12%	31,83%	12,84%	6,73%	2,72%	0,76%
Pernambuco e Paraíba	37,14%	35,44%	15,67%	7,01%	3,24%	1,50%
Meio Norte e Pará	40,90%	36,41%	14,33%	6,42%	1,70%	0,24%
Goiás	39,81%	39,18%	15,36%	4,93%	0,63%	0,09%
Rio Grande do Sul	33,07%	37,09%	21,18%	7,80%	0,87%	0,00%
Total	38,64%	36,45%	15,31%	6,59%	2,19%	0,83%
Desterro	23,26%	48,84%	18,60%	9,30%	0,00%	0,00%

Tabela 4: Porcentagem de proprietários por quantidade de cativos¹⁹⁶

Embora a concentração de cativos seja maior nas áreas das grandes unidades exportadoras, como o açúcar baiano ou o café paulista, ela também existia nas áreas de abastecimento, inclusive onde a mão de obra familiar era largamente utilizada. Em Santa Catarina, por exemplo, a concentração de cativos na população mantém-se significativa até o final do século XIX. Para

¹⁹⁴Relatório do Ministro da Fazenda. (1850-1886)

¹⁹⁵João Fragoso, *Op. Cit.* p. 105.

¹⁹⁶Elaborado a partir de Renato Leite Marcondes, *Diverso e Desigual: O Brasil Escravista na Década de 1870*, São Paulo, FUNPEC, 2009.

Fragoso, “parece-nos que, na atividade agrícola vinculada ao mercado interno, ao lado da pequena propriedade escravista (com menos de 5 escravos, onde o que ocorre é a complementação do trabalho familiar livre pelo braço cativo), existem as de maior dimensão, com mais de 10 e até mesmo 20 cativos.”¹⁹⁷

A predominância da mão de obra familiar, ainda que coadunada com os trabalhadores cativos, tem profundos reflexos na organização econômica.

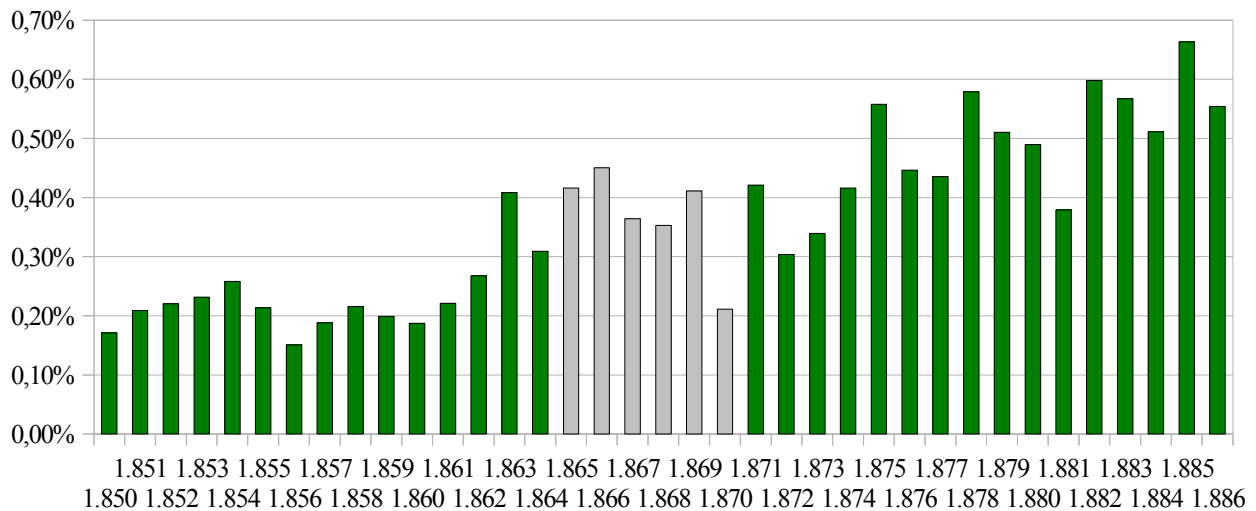


Gráfico 5: Participação de Santa Catarina na arrecadação nacional, entre os anos de 1850 e 1886, com destaque para o período da Guerra do Paraguai (1865-1870)¹⁹⁸

Para Fragoso,

À semelhança do que ocorria no Rio Grande, em Santa Catarina também vamos encontrar uma agricultura de alimentos (principalmente voltada para a farinha de mandioca) assentada no trabalho familiar com recurso ou não do trabalho escravo. O caráter camponês destas agriculturas, tanto no Rio Grande como em Santa Catarina, é atestado pelos problemas gerados no desempenho agrícola, quando da época dos alistamentos militares, fenômeno frequente em se tratando do sul, de uma área de fronteira e de constantes conflitos militares. Fundado no trabalho familiar, o recrutamento implicava desvio da mão de obra da produção agrícola.¹⁹⁹

Não era, entretanto, apenas entre áreas de abastecimento e áreas de exportação que decorria o comércio interno no Brasil da segunda metade do século XIX. Todo o território formava uma intrincada rede de negócios, com relações entre as áreas de abastecimento. As áreas produtoras de

¹⁹⁷ *Idem*. p. 122.

¹⁹⁸ Relatório do Ministro da Fazenda. (1850-1886)

¹⁹⁹ João Fragoso, *Op. Cit.* p. 143.

charque no Rio Grande do Sul, por exemplo, que iriam alimentar os grandes contingentes cativos envolvidos na produção do açúcar pernambucano, também alimentavam seus trabalhadores com a farinha de mandioca catarinense, ou mesmo a produzida no sul da Bahia, assim como muita da produção de Minas Gerais ia aos portos do sudeste através do lombo de mulas compradas de São Paulo.

Temos assim, desde os tempos coloniais, estruturas não capitalistas como base para a economia. E elas não se limitam às relações escravistas. O peão da estância gaúcha, assim como o agregado da região sudeste e o que muitos autores chamam de trabalho camponês catarinense – a unidade de produção baseada na força de trabalho dos membros da família – são exemplos desta variação nas relações de produção no Brasil. Todas elas, no entanto, respondem à lógica da manutenção das relações hierarquizadas que permeia a sociedade e a economia do Brasil no período imperial. São essas estruturas, entre outros fatores, na verdade, que, através da manutenção de um variado mercado interno de abastecimento, ajudam a manter as relações com o mercado externo, como a exportação de açúcar e café e o comércio de escravos. Para Fragoso,

na base do mercado interno colonial encontramos empresas não capitalistas peculiares, que se definem por suas ligações com o mercado – a sua reiteração, contudo, não é inteiramente medida pela circulação. O último traço reforça a idéia de que a lógica de funcionamento dos segmentos voltados para o abastecimento fora articulada de maneira a responder as necessidades de reprodução do escravismo colonial.

Indo um pouco mais adiante, se nos detivermos mais demoradamente na reprodução da formação econômica e social colonial, observaremos que esse movimento implica a existência de dois elementos estruturais para a economia colonial: um mercado interno e acumulações endógenas.²⁰⁰

A permanência dessa estrutura econômica contribui, assim, para limitar a possibilidade de novos negócios e novos autores de importância na economia imperial. Não causa estranheza, deste modo, que a pouca opção de negócios caminhe na direção da formação de monopólio e da prática da especulação e da usura por parte daqueles capazes de destacar parte de seu capital, bem tão escasso em uma economia não capitalista. As próprias estruturas sociais e econômicas, bem como a atuação das entidades estatais, tinham como norte a reiteração desta organização. A predominância econômica, neste cenário, se descola da predominância política ou social – e embora esse

²⁰⁰ *Idem.* p. 147.

movimento já possa ser percebido em finais do século XVIII, de modo geral constitui uma das diferenças entre o Brasil Colonial e o do período do Império. Para Fragoso, que centra suas pesquisa no período em que essa diferenciação se processa mais fortemente,

a hegemonia do capital mercantil, no processo de reprodução da economia colonial – consequência do fato deste processo correr, em grande medida, no interior de um mercado não capitalista –, dá novas feições à hierarquia econômica da sociedade colonial; os grandes senhores de homens e de terras deixam de ter a preeminência econômica, que passa a ser controlada por um grupo restrito de comerciante de grosso trato.²⁰¹

É neste cenário que é tão vital a manutenção da estratificação social, pois é a manutenção do prestígio, e do poder político, dos grandes produtores que vai ser a base de sustentação da organização econômica e social, ao mesmo tempo em que é tal prestígio que vai se mostrar uma das bases da transformação de grande número de fortunas mercantis em investidores em atividades agrícolas. É também neste sentido que Santa Catarina, em parte, se diferencia de outras regiões do Brasil, pois perspectivas histórica, como seu surgimento a partir de preocupações geopolíticas, e não econômicas, e a falta de grandes unidades produtoras em sua área rural, vai permitir que, já muito cedo, grande parte de seu poder político vá ser exercida pelos detentores de grandes fortunas mercantis. É o “burgo mercantil” que tão propriamente nos fala Paulino Cardoso.²⁰²

Ao que tudo indica, o domínio político e econômico baseado no controle das atividades mercantis, o arcaísmo na feliz expressão de Manolo Florentino e João Fragoso²⁰³, teve vida longa na cidade e seus sinais são evidentes, pelos menos até o final do século XIX. A vida nessa sociedade era uma “vida absenteísta e aristocratizante, mas igualmente articulada a uma certa pluralidade cultural, negociada, na qual o governante era um rei em um lugar de muitos reinos e os pobres de cristo, em seus cortiços, constituíam elos menores na cadeia dos seres.”²⁰⁴

²⁰¹*Ibidem.* p. 314.

²⁰²Paulino Cardoso, *Op. Cit.*

²⁰³João Fragoso e Manolo Florentino, *Op. Cit.* p. 72.

²⁰⁴Paulino Cardoso, *Op. Cit.* p.18.

Capítulo IV – Grandes fortunas na Santa Catarina oitocentista

Pretendemos a seguir aprofundar a discussão sobre os indivíduos que se inseriam no topo da diferenciação social daquela sociedade, através da investigação do que compunha suas fortunas e como essa riqueza era gerada e mantida. Para isso centramos esforços na estruturação econômica e social da sociedade, na maneira como se relacionavam e se diferenciavam estes indivíduos.

Através da análise de suas fortuna pretendemos, também, contribuir para a compreensão de suas relações entre si e com outros estratos da sociedade. Mais do que nomear ou identificar essa elite econômica e política, buscamos apreender onde se inseriam e de que maneira interagiam dentro daquelas estruturas econômicas e sociais.

1. Dinâmicas da economia catarinense

Na Desterro oitocentista os grandes comerciantes exportadores interagiam com uma pequena multidão de pombeiros, quitandeiras e outros pequenos vendedores envolvidos, no dizer de Maria Odila Leite da Silva Dias, em um comércio de vintém²⁰⁵. As grandes embarcações que levavam a farinha de mandioca, e outros gêneros, para Corte e traziam em seus porões mercadorias para o consumo geral da população alimentavam os dois níveis de comércio, tanto o de pequeno vulto quanto o de grande monta, e disputavam espaço no mar com canoas, baleeiras e uma série de outras pequenas embarcações das populações que viviam da pesca e de pequenos transportes, além das naves que faziam a ligação ilha-continente.

A economia de Desterro do século XIX podia encontrar no coração da cidade, a Praça do Palácio, uma metáfora de si mesma, sendo alimentada por um lado pelo comércio de grosso trato da Rua Augusta e por outro do pequeno comércio da Rua do Príncipe, com seus limites definidos por seus poderes, notadamente a Casa do Governo, a câmara e a igreja. E toda essa estrutura se postava virada para o mar, o grande lugar de riquezas dessa sociedade que tinha no porto o principal ponto

²⁰⁵Maria Odila Leite da Silva Dias, *A interiorização da Metrópole (1808 – 1853)*, In: Carlos Guilherme Motta (org.). *Op. Cit.*, p. 178.

de desenvolvimento econômico.

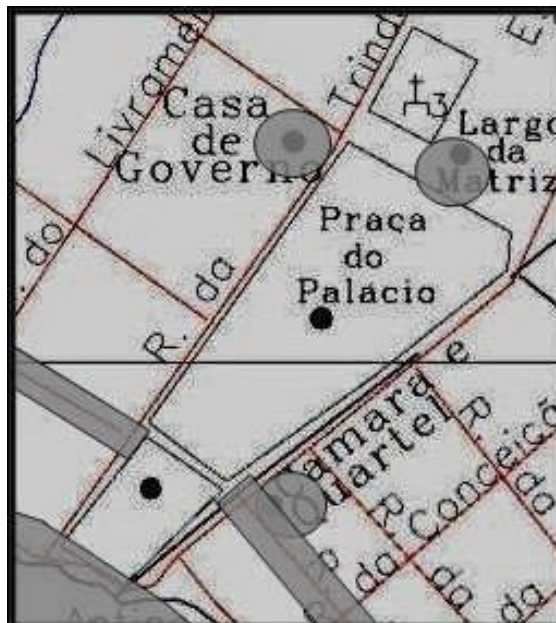


Ilustração 15 - A própria praça da cidade pode ser utilizada como metáfora para sua composição econômica²⁰⁶.

Mesmo sendo a praça o “coração” de Desterro, a cidade era um grande tabuleiro onde circulavam uma população variada. Os incontáveis pequenos pontos de comércio estavam lado a lado com os grandes comerciantes. Embora alguns territórios possam ser delineados, a comunicação entre esses pontos, o que só fortalece o papel de um sistema de diferenciação social, é incessante²⁰⁷.

Esse tipo de organização da Cidade de Desterro também pode ser observada em outras freguesias da Ilha de Santa Catarina. Segundo Paulino Cardoso

Ao invés de núcleos isolados com uma “tradição” cultural que remonta a migração lusa do século XVIII, vemos sociedades conectadas por rios, lagoas e mar, comerciando entre si e com o porto de Desterro. Produtores de gêneros de primeira necessidade que, na medida do possível, adquiriam pequenos lotes de terra em diferentes localidades da Ilha e nelas assentavam seus muitos filhos. Pessoas pobres, que na primeira oportunidade adquiriam cativos africanos para trabalhar na dura lida do campo, mas igualmente, seu desejo de se fazer respeitar como homem livre.²⁰⁸

Essas práticas que caracterizavam esse mundo como uma sociedade de Antigo Regime estão presentes em todo o período estudado. No entanto, é possível perceber indícios do início de novas práticas com uma integração mais abrangente à economia capitalista de mercado. Em

²⁰⁶Elaborado a partir de detalhe do mapa já mencionado. (Paulino Cardoso, *op. cit.* p. 65.)

²⁰⁷Ver Maristela Simão, *Op. Cit.* (2006). p. 54-57.

²⁰⁸Paulino Cardoso, *Op. Cit.* p. 42

Desterro em especial, e em toda a Província de Santa Catarina de maneira geral, notadamente nos processos de acumulação e obtenção de riquezas.

Autores como Fernando Henrique Cardoso, em "Negros em Florianópolis"²⁰⁹, e, mais recentemente, Santino de Andrade em "Os alemães estão chegando"²¹⁰, apontam para uma grande importância dos núcleos coloniais e de negociantes imigrantes que chegavam à província nesta época. Nas palavras de Fernando Henrique Cardoso "o papel que os núcleos coloniais passaram a exercer na economia catarinense tenderam a desencadear um conjunto de alterações na estrutura e no ritmo de desenvolvimento da economia local."²¹¹

Esse desenvolvimento dos núcleos coloniais, e de outras localidades da província, contudo, beneficiou também a Cidade de Desterro. Sua colocação como centro administrativo e como ponto nevrálgico do comércio provincial permitiu que ela perpetuasse por um bom tempo o controle da riqueza oriunda do incremento da atividade econômica na província.

Esse aproveitamento do enriquecimento de outros lugares como incremento da atividade econômica parece se dar, no entanto, através da participação de elites já estabelecidas. Laura Hübener cita a participação de firmas como a de Antonio Joaquim Wanzeller na expansão para Santa Catarina de casas de comércio antes estabelecidas na Corte²¹². Nas já citadas palavras de Braudel, "o grande lucro muda constantemente de lugar e todo bom negócio que surja é de sua competência"²¹³

Esse tipo de informação parece reforçar a imagem de uma sociedade estratificada, pois o acesso de novos atores econômicos parece se dar, via de regra, através de membros dessa elite já estabelecida. Junto com a atuação do governo no sentido de reproduzir essa situação, através das distribuições de cargos e contratos para uma pequena parcela da população, esse controle freqüente dessa camada da população sobre possíveis rotas de acesso a fortunas parece contribuir de maneira

²⁰⁹Fernando Henrique Cardoso, *op. cit.* (2000)

²¹⁰Santino de Andrade, *Op. Cit.*

²¹¹Fernando Henrique Cardoso, *op. cit.* (2000).

²¹²Laura Machado Huberner, *História Econômica e Financeira*. In: Osvaldo Ferreira de Melo (coord.), *História Sócio-Cultural de Florianópolis*, Florianópolis, IHGSC, Editora Lunardelli, 1991. p.185.

²¹³Fernand Braudel, *op. cit.* p. 65 e 66.

decisiva para que tenhamos uma sociedade com pouca mobilidade entre os estratos econômicos.

Acompanhando o desenvolvimento da economia nacional, o quadro econômico catarinense passou por mudanças significativas no desenrolar do século XIX. Em alguns pontos o que ocorreu foi uma substituição de centros básicos da atividade produtiva, principalmente a estagnação e o declínio de determinadas culturas ou ramos de atividade e sua gradual substituição através do desenvolvimento de novas opções de produção. Outros processos, no entanto, tiveram um efeito mais profundo, alterando de forma significativa pontos importantes da organização econômico-social da Ilha e da Província de Santa Catarina.

Produto	1810	1850
Farinha de Mandioca	71.847 alq.	204.166 alq.
Feijão	6.872 alq.	8.800 alq.
Milho	1.702 alq.	19.540 alq.
Fava	45 alq.	8.818 alq.
Amendoim	200 alq.	9.580 alq.
Cafê	13.208 arr.	681 arr.
Arroz	36.632 arr.	14.651 arr.
Goma	44 arr.	1.951 arr.

Tabela 5: Variação de diversas culturas na primeira metade do século XIX²¹⁴

Uma dessas atividades que diminuiu de importância foi a pesca da baleia. Segundo Fernando Henrique Cardoso houve, no início e em toda a primeira metade do século, um colapso na indústria da pesca de baleia que o autor classifica como total, levando ao comprometimento de vários setores ligado a essa atividade²¹⁵. Nem mesmo esforços direcionados pelo poder público, que buscavam reerguer o setor, obtiveram êxito. A escassez do “azeite” repercutiu de forma significativa em vários setores, e tal pesca, proporcionalmente aos custos que trazia consigo, não voltou a representar um fator de crescimento econômico para a cidade.

A navegação de cabotagem, principal responsável pela distribuição dos produtos obtidos com a pesca, foi um dos atingidos. Outras atividades que, embora não utilizassem diretamente o azeite na produção, dependiam indiretamente de sua utilização, mormente nos aspectos relativos à iluminação, também foram afetados. Miguel de Souza Mello e Alvim chama a atenção para a

²¹⁴Fernando Henrique Cardoso, *op. cit.* (2000) . p.82

²¹⁵*Idem.* p. 80

dificuldade que tal escassez proporcionava:

É tão bem atendível a vexação que experimentam os povos d'esta Província Agrícola com a privação d'azeite para luzes, objeto de primeira necessidade para o trabalho das Çafras dos Engenhos de Farinha e de Cana, executando pela maior parte durante a noite.²¹⁶

Assim a escassez do produto dificultava a produção, restringindo a fabricação de produtos de grande importância econômica, como os derivados de cana e a farinha de mandioca.

Esse fracasso em manter a pesca da baleia como atividade de importância para a economia deu-se por uma série de fatores dentre os quais destacamos a deficiência das técnicas da atividade, a concorrência de barcos pesqueiros estrangeiros – notadamente de origem norte-americana, melhor preparados para a atividade – e a falta de um critério racional na distribuição geográfica das armações, pois estavam distribuídas de maneira que, conforme anteriormente referido, a armação localizada em Imbituba, a mais meridional, alcançava os cetáceos em alto mar, de modo que as baleias não alcançavam as armações mais ao norte.

A pesca comum, em oposição à pesca da baleia, manteve-se desempenhando um papel de importância na economia de Santa Catarina e mesmo na Cidade de Desterro. Embora um pouco afastada das atividades do setor primário, se concentrando a atividade econômica principalmente no comércio, encontramos referências à atividade pesqueira na cidade, principalmente referências a pessoas que tiravam seu sustento da atividade de pescador.

Segundo Paulino Cardoso, ocorreu um grande aumento na ocorrência de pescadores na segunda metade do século XIX. Para o pesquisador, esse fenômeno pode estar ligado à processos técnicos, principalmente a disseminação da navegação à vapor.

É possível que o desenvolvimento técnico das embarcações, com o crescimento da navegação à vapor, o fim da rentabilidade do uso de trabalhadores cativos na lida do mar, levou uma parcela significativa da população marítima a migrar para a atividade da pesca. Neste caso, arriscamos a dizer, ao que parece, não foram apenas as elites que se reorganizaram, mas igualmente, a estrutura do mercado de trabalho e, conseqüentemente, as estratégias de sobrevivência das camadas empobrecidas do litoral catarinense.²¹⁷

²¹⁶Miguel de Souza Mello e Alvim, *A pesca da baleia em Santa Catarina, memória sobre a maneira de poder a nação tirar o maior interesse para os cofres nacionais, recursos para o serviço da marinha de guerra, e vantagem para a propriedade pública das armações da pesca das baleias, existentes na Província de Santa Catarina*, Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico de Santa Catharina. Vol. III. 1914. Citado por: Fernando Henrique Cardoso, *op. cit.* (2000). p. 81.

²¹⁷Paulino Cardoso, *Op. Cit.* p. 42.

Havia na cidade, também, além da pesca regular, a pesca exercida como uma atividade complementar. Esta modalidade representava uma atividade de grande importância, principalmente entre os moradores pobres do litoral, que tinham no mar uma alternativa permanente de sobrevivência.

Embora repleta de pequenos portos naturais, é provável que em muitos deles o trabalho de descarga dos produtos fosse feito através de embarcações de menor calado, que transitassem de maneira mais segura nos atracadouros. Para Cardoso era um

trabalho duro que alcançava uma remuneração relativamente boa para os padrões locais. Em um processo na qual Manoel, dito pardo de 25, solicitava ao Juiz de Órfãos, arbitramento do seu preço, seu ex-senhor em resposta, entre outras coisas, declarou que *“Provará que o pardo Manoel era robusto e ainda é, ocupasse nos botes e catraias de serviço marítimo do porto e ganha suficientemente 40\$000 a 100\$000 mensalmente.”*²¹⁸

O comércio da farinha de mandioca parece ser no século XIX o produto base da economia da Ilha de Santa Catarina. Acreditamos ser o porto o principal local para a atividade econômica na cidade, e o comércio de farinha de mandioca parece ser um dos principais, senão o principal, produto da pauta de exportações. O produto vendido para a Corte e outros centros populacionais, como a Província de São Paulo, as Minas Gerais e Salvador. Paulino Cardoso ressalta que “se, por um lado, havia um mercado interno, cujo setor mercantil e acumulador de riquezas se encarregava de distribuir produtos agropecuários, por outro existiam produções expressivas voltadas para este mesmo mercado interno.”²¹⁹

Embora concentrasse uma parte significativa dos recursos da economia da Província, o alcance e o impacto na economia em termos de distribuição de riquezas podem ser minimizados. Para aqueles que atuavam no comércio de grosso trato da farinha, no entanto, o lucro mostrava-se maior. Assim a riqueza gerada pela atividade nos parece estar mais ligada ao transporte e à distribuição do produto do que à sua produção,

Em suma, mesmo com a aparente diversificação da economia, a farinha de mandioca

²¹⁸*Idem.* p. 71 e 72.

²¹⁹Sheila Faria, *Op. Cit.* p. 24.

manteve-se representando um fator importante no decorrer do período estudado. Para Fernando Henrique Cardoso

o produto básico apresentava os inconvenientes já expostos: Seu mercado para exportação era favorável somente quando havia escassez nos centros consumidores da colônia (e do império) provocada por algum distúrbio ocasional nos centros produtores mais importantes.²²⁰

Essa tese de Cardoso, entretanto, encontra resistência em outros autores catarinenses. Oswaldo Cabral identifica uma linha ascendente na produção da farinha. Para ele, em 1850 a exportação da farinha, cuja produção e consumo interno, nos tempos coloniais, já foram referidos, chegou a 204.166 arrobas. E foi subindo sempre, pois, salvo um pequeno tombo em 1855 a exportação aumentou, atingindo, em 1859 a casa dos 533.309 arrobas.²²¹

A variedade de embarcações que se encontrava no porto também chama a atenção. No relatório de 1869 encontramos o seguinte registros:

No porto d'esta cidade entrarão, durante o anno proximo passado 19 Vapores, 2 Brigues-barcas, 12 Bergatins, 2 Polacas, 17 Patachas, 1 Escuna, 6 Sumacas, 431 Hiates nacionaes; e 3 Vapores, 1 Galera, 15 Brigues-barcas, 25 Bergatins, 5 Polacas, 1 Brigue-escuna, 13 Patachas, 8 Escunas, 1 Sumaca, 1 Hiate e 5 Lúgares estrangeiros.²²²

Essa variedade demonstra o grau de especialização do transporte marítimo, com a embarcação variando de acordo com o produto e a quantidade a ser transportado, o que indica um mercado de navegação bem desenvolvido, com capacidade de investimento que permitia essa especialização. Pode-se perceber, na figura abaixo, um exemplo desse tipo de movimentação.

A importância do comércio

Com a expansão dos centros consumidores e o desenvolvimento da economia da província, e o conseqüente aumento na exportação de seus produtos, houve também um incremento na receita gerada pelo transporte marítimo. Fernando Henrique Cardoso defende que esse movimento transformou o comércio marítimo em fonte de enriquecimento: “Esses navios no começo do século pertenciam a armadores de fora da província. Mais tarde essa situação modificou-se e não só havia

²²⁰Fernando Henrique Cardoso, *op. cit.* (2000). p. 84

²²¹Oswaldo Cabral, *op. cit.* (1979). p. 78

²²²APESC - Carlos de Cerqueira Pinto. Relatório de Presidência de Província de Santa Catarina- 1869.

armadores catarinenses, como essa atividade tornou-se fonte de enriquecimento para os que a ela se dedicavam.²²³”

Não era, no entanto, esse grande comércio de exportação o único presente na economia da cidade. Um pequeno comércio, que vivia das transações nas esquinas da cidade, e tinha nas populações não afortunadas sua base de sustentação, convivia e estava intimamente ligado com

os abastados que desde o final do século XVIII, acumularam riqueza com o controle da produção de gêneros de primeira necessidade para os habitantes locais - soldados, marinheiros, domésticos, pequenos funcionários públicos e uma multidão de gente sem “eira e nem beira” que sobrevivia de suas agências nas ruas de Desterro. Mas, também, da exportação de farinha de mandioca, milho, feijão, café, açúcar, entre outros, para a Corte do Rio de Janeiro e outras regiões do país e da América.²²⁴

Assim o desenvolvimento do comércio aparenta distanciar a capital de outros lugares da província. Em Desterro eram comercializados os artigos de fora, principalmente devido ao comércio freqüente com a capital do Império. A cidade se mantinha sortida em seus gêneros, e o comércio provavelmente alimentava os afortunados de toda a província. Essa diversidade e importância do comércio na capital de Santa Catarina podem ser observadas nas considerações do viajante Saint-Hilaire:

Desterro, cidade marítima e comercial, não é deserta como as vilas e povoações do interior. A partir do Rio de Janeiro, em nenhuma outra parte, excetuando São Paulo, vi lojas tão bem sortidas e em tão grande número como em Santa Catarina. Os negociantes fazem suas compras na capital do Brasil e a rapidez da viagem permite-lhes ter nos seus estabelecimentos mercadorias sempre novas.²²⁵

O comércio varejista organizado na cidade alimentava-se dos produtos que chegavam nas embarcações, e que representavam um comércio com lugares diversos. Produtos de consumo popular e a atividade das quitadeiras e pombeiros se mesclava ao comércio de artigos importados, de alto valor, que alimentava essencialmente os afortunados da província. Oswaldo Cabral nos dá uma mostra do sortimento do comércio na cidade:

Figs custavam 120 réis a libra, isto é, quase meio quilo. E importado! Castanhas verde, de Portugal, 500 réis a libra; bocetas ricamente enfeitadas, contendo ameixas denominadas Rainha Cláudia, a 2\$500 cada; pelo mesmo preço, outras, com peras de Coimbra (...) Salpicões em lata custavam também 5 mil réis, lingüiça da Europa a 800 réis a libra, coisa

²²³Fernando Henrique Cardoso, *op. cit.* (2000). p. 94

²²⁴Paulino Cardoso, *Op. Cit.* p. 49

²²⁵Auguste Saint-Hilaire, *Viagem à Província de Santa Catharina (1820)*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1936. p. 153.

muito boa, fazenda superior, como se qualificava; queijos frescais, azeitonas e amêndoas lisboetas, doces franceses e lusitanos. Uma lata de goiabada de Campos custava 880 réis; um queijo do reino custava 2\$500 (...) Açúcar de Pernambuco custava 6 mil réis a arroba, e o da terra 120 réis a libra, e 240 se fosse refinado (...) Línguas salgadas eram vendidas a 200 réis cada uma e havia salames de Bolonha, autênticos, por preço de ocasião.²²⁶

E o comércio de importados e artigos de luxo ia mais longe:

Em 1864 havia bolachinhas americanas em latas de 6 libras e meia, a 3 mil réis a lata; bolachinas de vários tipos, de chá, de açúcar, de soda e de ovos, e umas outras que deveriam ser especiais, denominadas “Non pareil”, pois o seu preço era de 4\$000²²⁷

E tal sortimento não se limitava aos armazéns e lojas de gêneros alimentícios. Nas boticas, por exemplo, a variedade grassava de maneira semelhante:

Desde pomadas para calos, tinturas para cabelo, águas dentífricas até pílulas purgativas, mas havia ainda outras firmas, e nela se vendiam, por exemplo, a Banha do Jacará Macho, muito própria para tingir os cabelos de preto; a massa dentária de Samakoff, ‘chumbava os dentes’; as Zipijapas de T. Pomponesu, farmacêutico de Porta au Prince, no Haiti, (...), as Pílulas Sulfurosas Depurativas de Luchon curavam todas as doenças de pele; o Elixir da Longa Vida confortava o estômago.²²⁸

A atividade dos comerciantes se confundia, no século XVIII, e, ao que parece, ainda ao longo de todo o século XIX, com a dos atravessadores que atuavam no comércio da farinha de mandioca e nos produtos derivados da cana. Com o desenvolvimento econômico a atividade se modifica, com o estado exercendo de maneira cada vez mais presente seu papel de regulador e fiscalizador, com padrões e exigências legais cada vez mais presentes e elaboradas, através da contínua edição de códigos de posturas e regulamentos nas diversas atividades.

O comércio para o abastecimento da cidade se complexificava de maneira contínua, acompanhando o crescimento da população. Com o aparente enriquecimento de certas parcelas da população da cidade e da afirmação de Desterro como centro administrativo e comercial da província, desenvolveu-se, também, o comércio de bens de consumo e de mercadorias em geral. Assim florescia, a partir da segunda metade do século XIX, na Cidade de Desterro, um comércio plenamente elaborado, com intensa e permanente atividade e organizada ao redor do porto e na área central da cidade.

Nesse sentido esse incremento do comércio trazia uma série de novidades para o dia a dia

²²⁶Oswaldo Cabral, *op. cit.* (1979).p. 369

²²⁷*Idem.* p. 371.

²²⁸*Ibidem.* p.377.

da cidade. De acordo com Cabral:

Toda a melhoria verificada no sistema da vida do ilhéu, resultou do intenso comércio, que se processou através do porto. Foi ele que introduziu dinheiro, que aumentou o meio circulante, que exigiu uma série de elementos necessário para sua manutenção.²²⁹

E continua, destacando que os dois sentidos do comércio exerciam forte influência sobre “sistema de vida” da população da cidade:

Por aqui, em compensação, entravam as de que carecíamos, pois a vida se complicara, ficara mais requintada, criara novas exigências – porque deixáramos de ser auto-suficientes. Graças a Deus, deixáramos de nos contentar com o pouco que tínhamos, adquirimos outros hábitos, outras preferências – e outras maneiras de pensar também – pois ninguém havia de querer o que tínhamos para oferecer, se não estivéssemos dispostos a aceitar o que nos era oferecido em troca. O comércio não pôde ser feito de outra maneira.²³⁰

Era através do comércio que as diversas comunidades localizadas na Ilha de Santa Catarina estreitavam seus laços. E esse estreitamento de laços era de grande importância, principalmente se levarmos em conta que grande parte da economia se organizava em torno do abastecimento de gêneros de consumo, inclusive no consumo local. Desterro, e ainda mais seu porto, se desenvolviam na medida em que se destacavam como referência para essas comunidades, e outros lugares da região e da província.

Toda esta atividade econômica nos dá pistas para compreender a geração de fortunas. Neste sentido Sheila Faria relata que “Grandes fortunas coloniais eram, diferentemente do que se pensava, mercantis e não agrárias. O poder econômico estava nas mãos de comerciantes, em particular os de grosso trato.” Ainda sobre o assunto, a autora salienta que

Difícilmente os produtores rurais, por mais ricos e influentes que fossem, possuíam um conjunto de bens cujo valor estivesse próximo do dos comerciantes. Surpreendentemente, apesar da riqueza, os que exerciam atividades mercantis e financeiras não se colocavam como os detentores de *status* mais elevado. A hierarquia social estava embasada pelos senhores de terras e escravos, demonstrando que a organização social possuía uma lógica que não se restringia somente a riqueza e nem se explica exclusivamente por fatores econômicos.²³¹

As grandes fortunas parecem se construir, assim, sobre atividades mercantis. O porto da cidade assume, nesta interpretação, grande importância na organização econômica, pois era ele o ponto de partida para o comércio que iria servir de base à essa riqueza.

²²⁹*Ibidem*. p. 365.

²³⁰*Ibidem*. p. 366.

²³¹Sheila Faria, *Op. Cit.* p. 24

Com o intenso vai e vem de navios que esse comércio trazia, ampliou-se também o leque de opções dos gêneros à disposição no comércio da cidade. Produtos variados chegavam nos porões das embarcações, vindas do carregamento e comércio de outros gêneros, principalmente da farinha. Cresceu, também, embora seja difícil quantificar, como no caso dos tipos e gêneros negociantes, o número de pessoas que apostaram na abertura de uma pequena ou média porta de comércio.

Desde a colônia que o lugar por excelência das riquezas e do enriquecimento eram os centros urbanos, notadamente as áreas portuárias. Eram antes de tudo os comerciantes, principalmente grandes comerciantes atacadistas que muitas vezes mantinham entre sua pauta de importações e exportações o tráfico de escravos, os detentores das grandes fortunas, e, ao que parece, não os produtores rurais.

Para João Fragoso, mesmo as grandes fortunas rurais costumavam ter sua origem no comércio²³². O comércio, e nesse comércio incluímos o negócio do crédito, eram a principal forma de acumular capital. É recorrente na historiografia que utiliza como fonte inventários *post mortem* a constatação de que as maiores fortunas inventariadas pertenceram a comerciantes. No caso dos inventários analisados neste trabalho não mostrou-se diferente, embora o fato de Desterro, diferentemente das outras comunidades localizados na ilha, ser eminentemente urbana possa influenciar essa dinâmica.

2. Grandes fortunas em Santa Catarina

Conforme discutimos acima, é em Desterro que se concentra o poder econômico e político de Santa Catarina. Ali se exercia o poder, ali eram realizados os grandes negócios. Buscamos a seguir quantificar e qualificar as posses dos afortunados da região, de modo a compreender o que era utilizado por esses indivíduos como marca de diferenciação social naquela sociedade.

Cabe esclarecer que devido ao volume de material a analisar decidimos nos concentrar,

²³²João Fragoso, *Op. Cit.*

embora não nos limitando, no estudo de inventários *post mortem* encontrados no acervo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina relativos à Desterro do período entre 1860 e 1880, de modo a vislumbrar formas de organização, interação cultural e controle social desenvolvidos nos espaços de sociabilidades desta parcela da população catarinense.

Este tipo de fonte é particularmente interessante quando um dos objetivos do trabalho é observar débitos e créditos, como neste, dos inventariados, uma vez que a averiguação criteriosa dessas transações é necessária para compor o patrimônio de um indivíduo. Também contribui para o estudo o fato dos inventários e testamentos serem públicos, quando do falecimento de um cidadão, o que permite uma crítica das informações neles contidas pelos seus contemporâneos.

Os caminhos do inventário

Para buscar um mapeamento dos bem afortunados de Desterro optamos, como já anunciado, por ter como nosso ponto de partida os inventários “post-mortem” encontrados no acervo do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Buscando, assim, quantificar a riqueza total dessas pessoas quando de sua morte estamos, na verdade, atrás de uma “fotografia” da estratificação social da época.

Para Sheila Faria,

Os inventários *post mortem* são uma fonte interessante para o conhecimento das transformações do modo de vida da população colonial. Individualmente, mostra determinados momentos do ciclo de vida familiar. Em conjunto, entretanto, permitem a visualização do movimento.²³³

Para esse fim foram pesquisados os 164 inventários abertos entre o ano de 1860 e o ano de 1880 localizados no referido arquivo. Esse número representativo nos permite buscar nessa amostra uma possível indicação para a resposta à indagação de quem eram os ricos dessa localidade e em que se baseava sua riqueza.

Ao nos concentrarmos nos inventários *post mortem* temos por objetivo coletar uma série de informações que nos indique aspectos da vida material do período estudado. Através deste

²³³Sheila Faria, *Op. Cit.* . p. 175

instrumento podemos observar a estratificação econômica e social como, nas palavras de Fragoso, “ponto de partida para a confecção de uma hierarquia econômica por faixas de fortuna”²³⁴

Nesse sentido os processos de inventário *post mortem* são, neste trabalho, observados com o intuito primeiro, mas não único, de perceber processos de acumulação, manutenção, e esterilização da riqueza. Embora o processo de inventário, quando analisado individualmente, se refira a um momento, um instante, específico no tempo, a sucessão desse tipo de fonte pode indicar processos como o que nos propomos a investigar. Sobre esse estudo dos inventários de forma a compor uma série histórica, Sheila Faria assegura que:

Os inventários *post mortem* são uma fonte que permite a observação de um momento da vida material de determinadas pessoas, como uma fotografia. Dificilmente pode-se perceber a dinâmica ou o processo de mudança em termos individuais. A análise de um conjunto de inventários, entretanto, permite captar o(s) movimento(s). Pode-se, por exemplo, agregar inventários em grupos específicos e perceber trajetórias de vida que se assemelham, estabelecendo-se padrões de conduta ou de produção.²³⁵

Se torna fundamental, antes de debruçar-nos sobre os documentos, discutir algumas questões pertinentes à confecção e ao estudo dos processos de inventário. O primeiro ponto, que deve-se sempre salientar, é que tais processos eram exclusividade de uma camada abastada, com patrimônio suficiente para justificar o processo, que, no caso de Desterro no período estudado, parece girar em torno dos 700\$000 a 1:000\$000²³⁶.

Os inventários eram feitos para os que tiveram algo a deixar, e aberto pela família ou, na falta desta, pelo juiz de órfãos, quando havia filhos menores. Estranhos, invariavelmente vizinhos, também poderiam abrir inventários, caso o defunto não tivesse parentes presentes. Deveria ser iniciado no prazo de trinta dias após o falecimento, embora nem sempre a regra fosse seguida.²³⁷

O inventário começa com algumas informações básicas, que irão dar início ao processo. Quem prestou a informação do falecimento ao tabelião, onde e quando ocorreu a morte e quem irá responder no processo como inventariante.

Como o objetivo do inventário era eliminar pendências financeiras e distribuir a herança, eram deixados de lado alguns dados que hoje nos parecem como essenciais. Local de residência,

²³⁴João Fragoso, *Op. Cit.* p.46-47

²³⁵Sheila Faria, *Op. Cit.* p. 227

²³⁶Inventários post mortem 1860-1880.Acervo Tribunal de Justiça de Santa Catarina-ACTJSC

²³⁷Sheila Faria, *Op. Cit.* p. 225

motivo da morte, local de origem do falecido e mesmo nome dos ascendentes não são comumente encontrados nesses documentos.

Após elencar os dados gerais, nomeava-se avaliadores. Estes seriam responsáveis por valorar os bens do finado. Frequentemente especializados em determinado tipo de bem, muitas vezes eram nomeados em duplas, possivelmente para evitar distorções e aproximar o valor de avaliação do valor real do bem.

Estabelecido o patrimônio, passava-se a buscar os créditos e débitos que o falecido possuía. Com pouca informação sobre os envolvidos, frequentemente consistia em uma lista com o nome, valor devido e, algumas vezes, local de origem do devedor ou credor. Eram então somados os valores do bem, acrescidos os valores recebidos dos devedores e descontado o valor necessário a ser pago aos credores. Estabelecido o valor a ser legado pelo inventariado, passava-se à distribuição dos bens.

Os bens eram divididos entre os herdeiros, seguindo as regras estabelecidas. Era feito referência específica a cada bem que seria passado a cada herdeiro, em separado. A autora Sheila Faria descreve da seguinte forma a maneira de distribuição dos bens:

Casamentos, em geral, realizavam-se em regime de comunhão de bens, ou de ‘carta-metade’, que significa a junção de todos os bens (passados, presentes e futuros) dos cônjuges, no ato do matrimônio. Havia outros regimes de bens, mas eram raros. Na morte de um dos cônjuges a metade dos bens era do sobrevivente, e a outra era dividida em três, duas para os ‘herdeiros necessários’ e uma para quem o falecido deixasse em testamento. Caso não houvesse testamento (sucessão *ab intestato* escrito muitas vezes ‘a bem testado’ nos inventários locais), as três eram dos herdeiros, reinterando-se somente o necessário para os ritos funerários. Na ausência de filhos (legítimos, legitimados, naturais ou adotivos) a ordem de sucessão era: descendentes netos, ascendentes, cônjuges, colaterais até o décimo grau e o Estado.²³⁸

Ao processo de inventário iam-se anexando os mais variados documentos. Recursos e apelações sobre atos e avaliações, explicações e pedidos relativos à administração dos bens em inventário, documentos sobre o destino dos órfãos, pedidos de antecipação de maioridade, cadernetas, recibos e outros documentos, todos os passos do processo iam sendo documentados, aumentando o volume do inventário, que podia chegar a 200 ou 300 páginas.

²³⁸ *Idem.* p. 257

Muitos desses documentos entravam em detalhes sobre variados aspectos da vida material dessas pessoas. As listas de bens eram uma atração à parte. Uma mesa de madeira muito velha, uma candelabro de vidro, uma cama em bom estado, um anel ou mesmo peças de roupa dividiam as páginas com bens de muito mais vulto, como sobrados ou cativos. O trabalho dos avaliadores ia, assim, de atribuir valor a bens que iam de poucas centenas de réis a dezenas de contos.

Na situação em que bens infungíveis²³⁹ precisavam ser divididos, estes passam a ser compartilhados entre os herdeiros. Com imóveis essa situação é mais freqüente, havendo casos em que o inventariado possuía a terça ou a quarta parte do bem em questão, mas também encontramos cativos compartilhados.

Os processos de inventários eram, assim, quase que exclusivamente orientados para os bens materiais do falecido. Os testamentos, outrossim, revelam aspectos mais amplos da vida. Dados sobre a família, como nome e origem dos ascendentes, filhos – algumas vezes inclusive filhos já falecidos – e muitos detalhes sobre a vida pessoal e familiar podem ser encontrada nesses documentos.

Arrolamento: Cativos, imóveis e dívidas

Além do valor das fortunas individuais nos interessa sobremaneira a composição das fortunas inventariadas. Através desse estudo acreditamos poder entender melhor como se reproduzia essa elite e de que maneira a construção dessas fortunas agia neste sentido. Para tal, iremos iniciar buscando compreender como o estado era controlado de maneira que pudesse ser ferramenta de reprodução e manutenção do modo de vida destes afortunados.

Não era apenas pelo acesso aos cargos públicos que se restringia a participação nos processos decisórios do Estado. O próprio exercício do voto, e a capacidade de ser eleito, se dava a partir da condição financeira. Segundo Carlos Lenzi,

²³⁹Bem infungível é um bem que não pode ser repartido sem comprometer seu sentido original, como um sobrado ou um cativo.

Para ser eleitor e poder votar na eleição dos deputados, senadores e membros dos conselhos de Províncias, tinham capacidade os que pudessem votar na Assembléia Paroquial, excetuando-se ‘Os que não tiverem de renda líquida anual duzentos mil reis por bens de raiz, industria, comercio ou emprego(inciso I do art. 94) O art. 95 ditava Todos os que podem ser eleitores, são hábeis para serem nomeados deputados, excetuando-se I os que não tiverem quatrocentos mil reis de renda líquida, na forma dos art 92 e 94²⁴⁰

O pertencimento a uma elite, entretanto, mais do que uma questão financeira, trazia em si uma questão de ‘prestígio’. E, no mais das vezes, esse prestígio passa pela participação na estrutura estatal. Por outro lado tal participação exige o pertencimento a essa elite. Essa estrutura de poder, junto com elementos de distinção social também vinculados ao prestígio, engessa essa estrutura de organização social.

Assim, o processo eleitoral, refletia a vontade dos donos do poder (a terra, ou seja, a posse da terra era- e é – o grande significado do poder) e o direito de votar era basicamente a capacidade financeira, já que os problemas políticos eram privilegio de uma parte da classe dirigente. [...] As eleições não representavam opiniões definidas, enfoques doutrinários ou ideológicos, no sentido científico. As apurações eram manipuladas pelo grupo que estava no poder. A oposição perdia sempre e era tratada com violência.²⁴¹

Orientados para os bens materiais, os inventários dão especial importância para duas categorias de propriedade: os cativos e os imóveis. Esses costumavam ser as principais categorias que compunham o patrimônio dos cidadãos inventariadas. Se somarmos os valores dessas duas categorias de bens veremos que elas representam mais da metade do patrimônio total arrolado.

Neste sentido nos parece que, muitas vezes, se optava por um tipo de investimento que garantia mais prestígio em detrimento de outro cujo retorno financeiro imediato fosse maior. Nesse modelo de produção que remonta ao antigo regime, não é surpresa encontrar comerciante que abandonam a atividade, e sua capacidade de produção de riqueza, pela menos rentável e mais trabalhosa faina rural. Isso porque era no ambiente rural que estava o ideal aristocrático, e era essa a atividade ligada, por definição, ao prestígio naquela sociedade.

Mesmo a usura, nos comerciantes, se prestava a um papel semelhante, pois, mesmo não aparentando ser tão rentável como o comércio de mercadorias, estabelecia uma rede de dependência que lhe dava uma posição social de destaque. Em uma sociedade em que as leis não parecem

²⁴⁰Carlos Alberto Silveira Lenzi, *Partidos e políticos de Santa Catarina*, Florianópolis, Ed. da UFSC, 1983. p. 26.

²⁴¹*Idem.*

contribuir para a disseminação do crédito – e as regras de sucessão e herança parecem ter grande participação nisso – e faltavam instituições financeiras estabelecidas que pudessem suprir essa demanda, essas relações que permitiam os negócios de crédito são de vital importância.

Segundo os relatórios de presidente de província do período estudado, só passou-se a ter instituição de crédito efetivas na cidade, notadamente a Caixa Econômica e o Monte de Socorro, no final do século XIX. Embora não tenham sido citados nos inventários grandes dívidas com estas instituições, somos levados a crer que estas se desenvolviam com rapidez. No ano de 1876 já se encontram números significativos em depósitos:

A importância dos depósitos feitos na Caixa Econômica durante o ano passado foi de 52:906\$ réis que comparada com a de 57:672\$ réis de depósitos realizados em 1876 mostra uma diferença para menos da quantia de 4:760\$ réis. Os empréstimos feitos em todo o ano de 1877 pelo Monte de Socorro atingiram a somma de 2:480\$500 réis, e o juro arrecadado pela taxa de 2% ao ano montou a 185\$270 réis.²⁴²

Tais instituições merecem um estudo mais apurado no que diz respeito à sua relação com a importância dos empréstimos de particulares, Sobre sua atuação como instituições pioneiras de concessão de crédito Sérgio Schmitz traça um histórico que pode ser seguido até as instituições de fomento atuais.²⁴³

Um ponto que chama a atenção é sua orientação no sentido de resguardar a população de imprevistos, não sendo propalado como um instrumento de investimento e financiamento econômico. Segundo a fala do presidente da província do ano de 1876:

“Que os Montes de Socorro creados pelo Governo, tendo unicamente por fim subtrahir as classes menos favorecidas da fortuna das exigencias da usura, emprestando-lhes pequenas sommas para acudir sem penosos sacrificios as suas mais urgentes necessidades, não podiam ser comprehendidos nessa regra os possuidores de apolices, que em geral dispoem de recursos, e por isso não devem ser confundido com os necessitados.”²⁴⁴

Aparentemente a concessão do crédito por particulares estava ligada a dois fatores preponderantes: o patrimônio e prestígio. Embora não tenha sido possível definir como funcionava o sistema de garantia aos empréstimos concedidos, nos parece que o cuidado na concessão era

²⁴²APESC - Joaquim da Silva Ramalho, Falla do Relatório de Província de Santa Catarina, 1878. p. 38.

²⁴³Sérgio Schmitz, *Bancos Privados e Públicos em Santa Catarina: trajetória de BDE. (contribuição à história bancária catarinense)*, Tese de doutoramento pela Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1991.

²⁴⁴APESC - João Capistrano Bandeira de Mello Filho Falla do relatório Do Presidente de Província de Santa Catarina, 1876.p. 38.

efetivo, pois em apenas um dos casos encontrados a dívida passiva superou o patrimônio deixado.

Mesmo essa exceção é exemplar, pois pode ser encarada como o predomínio da outra faceta, o prestígio. É o caso de Joaquim da Silva Ramalho²⁴⁵, Presidente da Província e Juiz Municipal, cujo total devido equivalia a mais de 140% do valor da avaliação de seu patrimônio.

Alguns poucos negociantes parecem controlar a oferta de crédito na cidade. O acesso ao crédito, entretanto, mesmo que de pequeno porte, nos parece estar disseminado entre os afortunados da cidade. Cerca de 60% do inventário encontrados fazem referência a dívidas. O montante total dessas dívidas chega a 256:186\$697, quantia sem dúvida não desprezível.

A quitação dessas dívidas também parece ser uma das maiores preocupações desses inventariados. Para Sheila Faria

Um outro item particularmente importante no momento do inventário constituía-se no pagamento de dívidas. Quase todos as tinham. Deixar credor sem pagamento poderia ser prejudicial aos caminhos da alma. Testadores mostravam-se muito preocupados em enumerar todos a quem deviam, provendo que o pagamento fosse realizado o mais rápido possível, após a sua morte. A hora da morte transformava-se na prestação de contas final dos bens terrenos.²⁴⁶

A sistemática do inventário também dava origem a grandes constrangimentos, com as dívidas, algumas de grande vulto, expostas publicamente. O momento da morte exigia o pagamento de todas as dívidas, não importando se o finado fosse devedor ou credor. Essa características dificultava a utilização de crédito como capital inicial de um empreendimento, uma vez que o empreendedor poderia, a qualquer momento, se ver privado daquele dinheiro. Isto também funcionava como uma maneira de diferenciação social, pois apenas aqueles que tinham um patrimônio poderiam adentrar esse sistema, uma vez que poderiam, sem aviso, ser obrigados a destacar bens para honrar a dívida.

Este pagamento nos parece ser feito, algumas vezes, nos mais diversos tipos de bens, o que poderia dar origem a reclames das partes envolvidas. No caso do inventário de Joaquim da Silva Ramalho, por exemplo, alguns credores, talvez com medo de serem pagos com toras e tábuas, uma

²⁴⁵ACTSC- Inventário Joaquim José Ramalho - 1879. Inv.147.

²⁴⁶Sheila Faria, *Op. Cit.* p. 263

vez que o finado negociava madeira, fazem a seguinte solicitação:

Dizem os Dr. Duarte Paranhos Schutel e Pharmaceuticos Luis Horn e Ca. que sendo credores privilegiados do falecido Dr. Joaquim da Silva Ramalho, aquelle por tratamento médico, e este por medicamentos fornecidos, e já tendo legalizados suas dívidas no inventário e que se esta procedendo de seu espolio, e tendo feito a viúva e inventariante e seus filhos orphaos únicos herdeiros do extinto casal, desistência dos bens em favor dos credores e devendo proceder-se o pagamento devido da divida passiva do mesmo casal por meio dos bens, não é possível que se possa pagar integralmente aos suplicantes com eles; assim feita a partilha em dinheiro [ilegível]. Pd. A V. Sa. que sujeitos os bens a hasta pública e arrematados pague-se aos suplicantes em dinheiro o que lhes foi devido e consta dos autos.²⁴⁷

Para Sheila Faria “o sistema de crédito vigente tinha grande peso explicativo na oscilação de fortunas”²⁴⁸. Alguns galardões da sociedade, vistos como de grande fortunas, podiam ter reveladas dívidas que por vezes superavam seu patrimônio, ao mesmo tempo que a morte de um devedor podia revelar sua incapacidade de honrar os compromissos assumidos, o que poderia significar grandes prejuízos ao credor. Apesar disso, analisando a historiografia sobre Desterro no decorrer de todo o século XIX, podemos perceber que determinados sobrenomes permaneceram em evidência por todo o período. Esta elite mercantil construiu e manteve sua fortuna pelo controle daquele que era o principal produto produzido na província, a farinha de mandioca, e o mercado de abastecimento de outras regiões do Império, notadamente da Corte. Por todo o período, no entanto, é forte a presença estatal nesta manutenção de diferenciação econômicas. Cargos públicos, atuações estatais e contratos de grande vulto mantêm essa elite em sua posição de preponderância econômica.

Embora as famílias afortunadas se mantivessem, via de regra, entre a elite econômica da cidade durante longos períodos, a composição de suas fortunas variava. Podemos perceber, por exemplo, um declínio na propriedade de escravos, que pode ser entendido como uma retração na postura de antigo regime de ter na posse de escravos o principal fator de diferenciação social. Outros investimentos passam a ser símbolo de fortuna, dentre os quais podemos citar a posse de apólices do tesouro nacional e outros papéis e a oferta de crédito, que além do retorno financeiro

²⁴⁷ACTSC- Inventário Joaquim José Ramalho - 1879.Inv.147p.

²⁴⁸Sheila Faria, *Op. Cit.* p. 165

advindo dos juros também estabelecia uma relação de dependência entre os contratantes. Ao largo deste processo a propriedade de imóveis manteve a sua importância.

O gráfico abaixo apresenta a evolução do percentual de inventários *post mortem* que apresentaram cada espécie de bens no decorrer do período. Podemos observar que a propriedade de escravos permanece em queda constante, enquanto a porcentagem de inventários que apresentavam apólices e dinheiro em espécie descreve uma linha ascendente.

Categoria	1860-1864	1865-1869	1870-1874	1875-1880
% Inventários com Escravos	70,59%	56,10%	48,39%	41,38%
% Inventários com Propriedades	94,12%	90,24%	83,87%	86,21%
% Inventários com Dinheiro	14,71%	14,63%	19,35%	22,41%
% Inventários com Apólices	0,00%	2,44%	6,45%	8,62%
% Inventários com Dívida Activa	32,35%	29,27%	19,35%	39,66%
% Inventários Com Dívida Passiva	64,71%	73,17%	54,84%	50,00%

Tabela 6: Porcentagem de inventários com cada tipo de propriedade²⁴⁹

Esse movimento parece indicar um entesouramento da elite da cidade. A posse de escravos, grande diferencial social no início do período, parece aos poucos ceder lugar para outros tipo de acumulação.

Para alguns dos autores que se debruçaram sobre o tema, a década de 1870 marca de forma especial o declínio da propriedade escrava. Ao analisar o caso da Bahia, Kátia Mattoso diz que, nesta década,

os escravos figuravam em menos da metade dos inventários. Profissionais liberais, padres e altos funcionários já não os tinham para o serviço doméstico. O que restava como escravos domésticos eram mulheres idosas, conservadas em casa por comiseração ou costume. Só proprietários agrícolas, senhores de engenho, alguns negociantes e comerciantes continuavam a ter grande número de escravos, por vezes mais de vinte, em geral trabalhando em plantações ou como auxiliares de comércio. O prestígio antes associado à posse de escravos esfumava-se: passava até a ser de bom-tom não os possuir, recorrendo a empregados domésticos assalariados ou simplesmente aos agregados e agregadas que povoavam as casas abastadas.²⁵⁰

Ainda que na Desterro do final do século XIX a posse de cativos fosse parte importante das fortunas, é notável a diferença de sua representatividade com relação a outros locais do Brasil. Os dados abaixo apresentam esta diferença. Percebe-se, no entanto, que regiões como Recife e a

²⁴⁹ACTJSC- Inventários post mortem 1860-1880.

²⁵⁰Kátia Mattoso, *Bahia, século XIX: Uma província no Império*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992. p. 638.

Cidade do Rio de Janeiro – embora sejam estas cidades maiores e com economias mais dinâmicas – que apresentam, a exemplo de Desterro, perfis mercantis e apoiadas no comércio tenham percentuais mais próximos ao da capital da Província de Santa Catarina, conforme tabela abaixo.

Local	Período	%	Autor	Ano
Rio das Velhas (Minas Gerais)	1713-1763	51,00%	Beatriz Magalhães	2002
Bahia	1716-1816	20,00%	Stuart Schwartz	1988
Salvador	1760-1808	24,00%	Maria Mascarenhas	1998
Cidade de São Paulo	1800-1824	12,20%	Maria Araújo	2003
Recife	1800-1830	9,50%	Antonio Nunes Neto	2005
São João Del Rey (Minas Gerais)	1815-1825	33,10%	Zephyr Frank	2005
Cidade do Rio de Janeiro	1815-1825	14,30%	Zephyr Frank	2004
Sertão Pernambucano	1820-1848	30,50%	Flávio Versiani e José Vergolino	2003
Rio Pardo (Rio Grande do Sul)	1820-1848	28,30%	Flávio Versiani e José Vergolino	2005
Agreste Pernambucano	1820-1849	50,70%	Flávio Versiani e José Vergolino	2003
Rio Grande (Rio Grande do Sul)	1820-1849	17,80%	Luis Paulo Nogueiról	2005
Itaquari (Rio de Janeiro)	1821-1850	47,20%	Ricardo Muniz de Ruiz	1997
Franca (Norte de São Paulo)	1822-1830	37,10%	Lélio de Oliveira	1997
Cidade de São Paulo	1825-1850	30,80%	Maria Araújo	2003
Vale do Paraíba (Rio de Janeiro)	1830-1850	42,50%	João Fragoso	1990
Mogi Mirim (São Paulo)	1831-1840	41,00%	Leonel Soares	2003
São João Del Rey (Minas Gerais)	1831-1888	34,20%	Afonso Graça Filho	1998
Cidade do Rio de Janeiro	1840-1841	13,90%	João Fragoso	1992
Bonfim (Minas Gerais)	1840-1850	53,00%	Cláudia Eliane Marques	2000
Cidade do Rio de Janeiro	1845-1849	17,00%	Zephyr Frank	2004
Cidade de São Paulo	1845-1850	32,30%	Zélia Cardoso de Mello	1985
Manaus (Amazonas)	1850-1854	37,40%	Patrícia Maria Sampaio	1997
Magé (Rio de Janeiro)	1850-1856	55,00%	Antonio Sampaio	1999
Marianna (Minas Gerais)	1850-1859	51,40%	Heloísa Maria Teixeira	2001
Cidade do Rio de Janeiro	1850-1859	14,20%	Zephyr Frank	2004
Guarapuava (Paraná)	1850-1882	16,00%	Fernando Franco Neto	2005
Sertão Pernambucano	1850-1886	49,10%	Flávio Versiani e José Vergolino	2003
Agreste Pernambucano	1850-1887	39,30%	Flávio Versiani e José Vergolino	2003
Sergipe	1850-1888	29,00%	Sheyla Faria da Silva	2004
Recife	1851-1887	7,30%	Antonio Nunes Neto	2005
Juiz de Fora (Minas Gerais)	1854-1860	50,00%	Rômulo de Andrade	1991
São João Del Rey (Minas Gerais)	1855-1860	42,30%	Zephyr Frank	2005
Pernambuco	1859-1888	26,50%	Peter Eisenberg	1977
Cidade do Rio de Janeiro	1860-1861	21,00%	João Fragoso	1992
Itaquari (Rio de Janeiro)	1861-1872	52,60%	Ricardo Muniz de Ruiz	1997
Cidade do Rio de Janeiro	1868-1873	9,00%	Zephyr Frank	2004
Manaus (Amazonas)	1870-1874	10,60%	Patrícia Maria Sampaio	1997
Vale do Paraíba (Rio de Janeiro)	1870-1875	32,80%	João Fragoso	1990
Baía da Guanabara (Rio de Janeiro)	1870-1876	32,40%	Antonio Sampaio	1999
Magé (Rio de Janeiro)	1870-1876	32,40%	Antonio Sampaio	1999
Jaú (Oeste de São Paulo)	1870-1879	35,50%	Ronaldo dos Santos	1980
Juiz de Fora (Minas Gerais)	1870-1879	33,00%	Rômulo de Andrade	1991
Marianna (Minas Gerais)	1870-1879	32,00%	Heloísa Maria Teixeira	2001
Juiz de Fora (Minas Gerais)	1870-1888	32,70%	Cassia da Silva Almico	2002
Socorro (Oeste de São Paulo)	1871-1875	34,00%	Lucilia Siqueira	1999
Mogi Mirim (São Paulo)	1871-1880	26,40%	Leonel Soares	2003
Bonfim (Minas Gerais)	1871-1880	46,00%	Cláudia Eliane Marques	2000
Cidade de São Paulo	1872-1880	7,80%	Zélia Cardoso de Mello	1985
Franca (Norte de São Paulo)	1875-1885	26,70%	Lélio de Oliveira	1997
Magé (Rio de Janeiro)	1880-1886	33,50%	Antonio Sampaio	1999
Desterro (Santa Catarina)	1860-1880	9,40%	Angelo Biléssimo	2008

Tabela 7: Percentual de cativos nas fortunas pesquisadas²⁵¹

²⁵¹Tabela elaborada pelo autor com base nos dados compilados por Renato Leite Marcondes, *Op. Cit.*, a partir de: Beatriz Ricardina Magalhães, *Evolução da economia e da riqueza na Comarca do Rio das Velhas na Capitania de Minas Gerais, 1713-1763, Anais do X Seminário sobre economia mineira*, Diamantina, CEDEPLAR/UFMG, 2010; Afonso Graça Filho, *A princesa do Oeste: Elite mercantil e economia de subsistência em São João Del Rey (1831-1888)* Tese

É certo, no entanto, que não encontraremos em um único motivo a explicação para esse declínio do escravismo em Desterro. Ele é parte de um processo que vinha ocorrendo em outras localidades do país, e tem origem em uma série de fatores, dentre os quais podemos citar a dificuldade de adquirir novos escravos desde a renovação da proibição do tráfico atlântico em 1850 e um aparente aumento nas alforrias, que parece estar ligados tanto a um acirramento das pressões abolicionistas quanto a um aumento de possibilidades dos cativos adquirirem judicialmente sua liberdade. A Lei do Ventre Livre também pode ter contribuído, pois criou embaraços à reprodução de patrimônio escravo. Essa diminuição da oferta de mão de obra escrava parece ter causado um movimento de concentração de cativos nas áreas mais desenvolvidas economicamente, que podiam pagar um preço maior por cativo.

Alguns casos particulares, no entanto, vão contra essa afirmação, continuando até o final

de Doutorado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 1991; Antonio Nunes Neto, Aspectos da escravidão de pequeno porte no Recife no século XIX, *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, nº 61, Recife, 2005; Rita de Cassia da Silva Almico, *A dança da riqueza: variações na fortuna pessoal em Juiz de Fora 1870-1914*, I Encontro de Pós-Graduados em História Econômica, Araraquara, UNESP, 2002; Cláudia Eliane Marques, *Riqueza e Escravidão: Dimensões materiais da sociedade no segundo reinado*, Dissertação de Mestrado em História pela Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2000; Fernando Franco Neto, *População, Escravidão e Família em Guarapuava no século XIX*, Tese de Doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2005; Flávio Rebelo Versiani e José Raimundo Vergolino, *Posse de Escravos e estrutura de ativos no agreste e sertão de Pernambuco: 1777-1887*, Estudos Econômicos, v. 33, nº 2, abr/jul 2003; Heloísa Maria Teixeira, *Reprodução e famílias escravas em Marianna, 1850-1888*, Dissertação de Mestrado em História pela Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2001; João Frago, *Comerciantes, Fazendeiros e Formas de Acumulação em uma Economia Escravista Colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888*, Tese de Doutorado pela Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, 1990; Lélío de Oliveira, *Economia e História em Franca no século XIX*, Franca, UNESP/Amazonas Prod. De Calçados, 1997; Leonel de Oliveira Soares, *No caminho dos Goias: Formação e desenvolvimento da economia escravista na Mogi-Mirim no século XIX*, Dissertação de Mestrado em História pela Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2003; Lucília Siqueira, *Bens e Costumes na Mantiqueira: Socorro no prelúdio da cafeicultura paulista: 1840-1895*, Tese de Doutorado em História pela Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1999; Luis Paulo Nogueiról *et alii*, Elementos comuns e diferenças entre os patrimônios registrados na pecuária gaúcha e na pernambucana no início do século XIX, *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, nº 61, Recife, 2005; Maria Lucília Araújo, *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade dos oitocentos*, Tese de Doutorado em História pela Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2003; Maria José Mascarenhas, *Fortunas Coloniais: Elite e Riqueza em Salvador: 1760-1808*, Tese de Doutorado em História pela Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1998; Patrícia Maria Sampaio, *Os fios da Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880*, Manaus, Universidade do Amazonas, 1997; Peter Eisenberg, *Modernização sem mudança: A indústria cafeeira em Pernambuco: 1840-1910*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; Ricardo Muniz de Ruiz, *Sistema Agrário, Demográfico da Escravidão e Família Escrava em Itaguahy, século XIX, 1820-1882*, Dissertação de Mestrado em História na Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, 1997; Rômulo de Andrade, *Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: O caso da Zona da Mata*, *Revista Brasileira de História*, vol. 11, nº 22, Mar-ago. 1991; Ronaldo Marques dos Santos, *A distribuição da riqueza na economia cafeeira paulista*, São Paulo, IPE/FINEP, 1980; Sheyla Faria da Silva, *A construção de Fortunas na estância escravocrata, 1850-1888*, *II Seminário Regional do Centro de Estudos do Oitocentos*, São João Del Rey, Centro de Estudos do Oitocentos/UFSJ, 2004; Stuart Schwartz, *Segredos Internos: Engenho e Escravos na sociedade colonial, 1550-1835*, São Paulo, Cia. Das Letras, 1988; Zélia Cardoso de Mello, *Metamorfose da Riqueza: São Paulo, 1845-1895*, São Paulo, HUCITEC, 1985; Zephyr Frank, *Dutra's World: Wealth and family in Nineteenth-century Rio de Janeiro*, Albuquerque, University of New Mexico Press, 2004.

da década de 1870 com grande quantidade de cativos. É o caso de Manoel de Almeida Valga²⁵², inventariado em 1879 e que possuía 8 cativos.

Normalmente, uma das principais motivações referidas para o constante desequilíbrio no contingente de escravos entre as regiões é o comércio interno. Desse modo, essa variação é uma das variáveis que pode auxiliar o pesquisador na tarefa de compreender o período ou as diferenças regionais. Esse comércio é frequentemente apontado como uma das razões de uma diminuição da população cativa, e da população de origem africana em geral, na Província de Santa Catarina. Ainda assim aspectos mais específicos de seu funcionamento permanecem sem uma grande atenção por parte da historiografia.²⁵³

De maneira geral, esse comércio se inicia, no Brasil, junto com o início da utilização da mão de obra cativa na Colônia. Ainda que em muitos momentos seu volume não pareça ser muito significativo, sua utilização se mantém. É, no entanto, com a abolição do tráfico com a África que este ganha força. Para Scheffer:

Após a abolição do tráfico atlântico, o problema da diminuição progressiva dos plantéis, por morte, fuga ou alforria continuava. Os lavradores e proprietários, para ampliar ou mesmo manter o número de seus cativos, voltaram-se então a única fonte de escravos ainda disponível: o próprio Brasil. Robert Conrad²⁵⁴ e Robert Slenes²⁵⁵ defendem que a partir de 1850 o centro econômico mais dinâmico, a lavoura cafeeira no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, passou a importar os cativos de outras regiões do Brasil. A decadência da produção de açúcar, com a queda dos preços internacionais, somada à expansão da lavoura de café, teriam incentivado a transferência de milhares de escravos para a região Sudeste.²⁵⁶

Nos anos após 1850, o volume desse comércio já se mostra bastante significativo. Para Robert Slenes, apenas no comércio entre as variadas regiões, o número de cativos negociadas seria de 200.000.²⁵⁷ Gorender, que inclui em seus números o comércio realizado intra-regionalmente, aumenta a previsão para 300.000.²⁵⁸ Para termos mais claramente idéia da representatividade destes

²⁵²ACTSC -Inventário Manoel Almeida Valgas - 1879. Inv.152.

²⁵³Um dos poucos trabalhos na historiografia catarinense sobre este ponto específico é a dissertação de mestrado *Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro*. (Rafael da Cunha Scheffer, *Op. Cit.*)

²⁵⁴Robert Edgar Conrad, *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1985.

²⁵⁵Robert Slenes, *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*, Tese de doutoramento em História pela Stanford University, Stanford, 1976.

²⁵⁶Rafael da Cunha Scheffer, *Op. Cit.* p. 17.

²⁵⁷Robert Slenes, *Op. Cit.* p. 138.

²⁵⁸Jacob Gorender, *Op. Cit.* p. 328.

números, lembramos que o total de cativos era, segundo o recenseamento de 1872, 1.510.806, e a população total do país somava 9.930.478 pessoas.²⁵⁹

Os afortunados de Desterro: a elite econômica e política da província

O estudo sobre as bases da economia e os bens que compunham as riquezas nos leva a crer que a elite da Desterro do século XIX dominava as estratégias de geração de riquezas e as esferas do poder político de maneira a perpetuar as relações da maneira que se davam. Buscamos, assim, compreender o que diferenciava essa elite da grande base da população, de modo a aprofundarmos nossa visão de sua constituição. Tentamos dessa maneira esboçar um inventário das estratégias de distinção social que essas pessoas utilizavam.

Somos levados a acreditar que o valor constante nos inventários pesquisados foi bastante significativo. Para além da constatação de que o valor médio por inventário alcançava em torno de 13:500\$000, o valor total movimentado no período nos inventários em que nos foi possível precisar o monte mór ficou em 2:201:076\$073 réis²⁶⁰. Para efeito de comparação, o valor da receita anual da Província ficava, no início do período estudado, em 185:522\$237²⁶¹. Se expandirmos este valor para todo o período estudado, aceitando, erroneamente, que este valor tenha se mantido o mesmo durante todo o período, teremos que a soma dos valores movimentados nos inventários pesquisados equivale a cerca de 56,5% do orçamento da Província no período, o que nos levar a inferir que o poder público, embora sem dúvida bastante importante como fonte de recurso para a elite local, não era o grande motor da economia.

Mesmo assim a ação do estado parece bastante importante no sentido de conferir legitimidade ao poder exercido por essa elite. A ocupação de cargos públicos e a celebração de contratos com o governo parece ser parte das estratégias de concentração do poder. Podemos

²⁵⁹IBGE. Anuário estatístico do Brasil: 1993. Rio de Janeiro: IBGE, 1994. p. 2-6.

²⁶⁰ACTJSC - Inventários post mortem 1860-1880.

²⁶¹APESC-Francisco Carlos de Araújo Brusque. Relatório de Presidente da Província de Santa Catarina – 1860.

verificar uma repetição constante nos ocupantes de cargos público no período, e uma grande porcentagem de afortunados inventariados entre esses nomes.

A primeira característica que chamou atenção foi a concentração da renda. Se levarmos em conta os 164 inventários em que nos foi possível precisar o valor do monte mor, os três maiores inventários concentram em torno de 20% do valor total da soma dos montes, enquanto, para alcançar quantia semelhante é necessário somar os 117 menores inventários. Apenas o inventário com o maior monte mór, de Manoel de Almeida Valga, atinge 162:513\$930 réis, o que equivale a cerca de 7,38% do montante total atingido. Para efeito de comparação, seria necessário somar o monte mor dos 82 menores inventários para superarmos esse valor.

Como podemos inferir do gráfico abaixo, essa concentração representa que os 20% mais ricos inventariados em Desterro no período detêm cerca de 70% da soma total dos montes mor, enquanto os 20% mais pobres somam juntos apenas 26:689\$849, o que equivale a cerca de 16% do valor da fortuna deixada por Manoel de Almeida Valga. Um monte mor com esse valor ocuparia apenas a 22ª posição entre os inventários pesquisados.

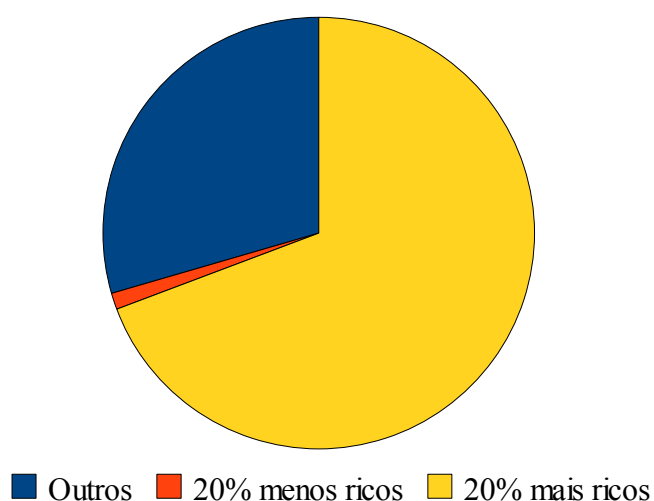


Gráfico 6 - Concentração de renda nos inventários pesquisados²⁶²

A observação do intervalo de tempo pesquisado não nos permitiu perceber um padrão de evolução nas fortunas. Ciclos de expansão e retração econômicas não foram percebidos através da

²⁶²ACTJSC -Inventários post mortem 1860-1880.

observação do monte mór médio por ano. Isso parece antes de tudo, ser devido ao reduzido número de inventários disponíveis, pois um único inventário era capaz de elevar em três ou quatro vezes a média anual.

Das principais atividades geradoras de riqueza na Cidade de Desterro no século XIX pelo menos duas podem ser destacadas: as atividades do porto – exportação e importação – e o “comércio de almas”. Atividades estas que representavam muito bem o arcaísmo daquela sociedade, que pouco oportunidade de melhores dias oferecia aqueles que gravitavam ao seu redor.

Sabemos, no entanto, que não era só o comércio responsável pela geração e manutenção dessas fortunas. Então estivemos preocupados em entender determinados mecanismos de funcionamento de atividades geradoras de riqueza na cidade. Dessa maneira acreditamos ser possível compreender o modo de organização da sociedade estudada. Em especial, tivemos interesse em entender as formas pelas quais essa sociedade se reproduzia, e de que forma as populações ali abarcadas instituíam sua estrutura de relações sociais. Assim sendo, se parece claro que a posição econômica era parte definidora da construção dessa elite, o prestígio e a capacidade de se articular nos escalões da política se mostram como pontos definidores dessa diferenciação.

As três maiores fortunas, as que ultrapassam a marca dos 100 contos de réis, eram de comerciantes, Manoel de Almeida Vargas e os irmãos da Luz, João Pinto e Jacinto José. Essas fortunas também tinham em comum o fato de serem constituídas, em grande parte, de dívidas ativas. Conforme podemos verificar no gráfico abaixo, um volume muito grande de crédito compunha essas fortunas.

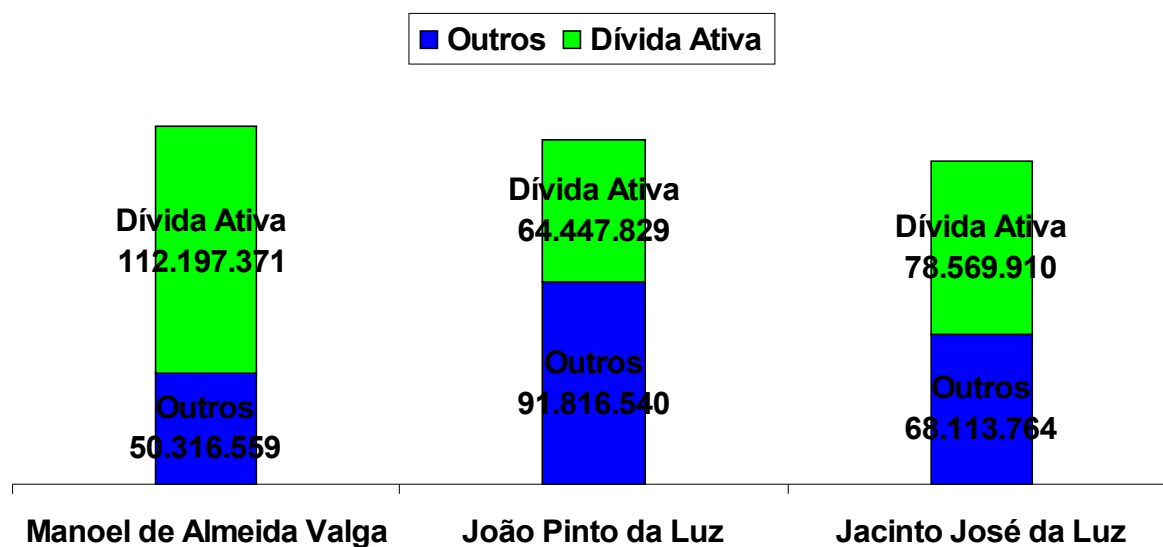


Gráfico 7 - Participação da dívida ativa nas três maiores fortunas²⁶³

Temos assim o perfil dos muito afortunados na cidade como comerciantes de grosso trato, com grande participação nos negócios do estado e credor de uma grande quantidade de pessoas, perfazendo uma também vultuosa soma de dinheiro.

O caso da família Luz, citado acima, é talvez o mais emblemático no que se refere à permanência de certas famílias entre as grandes fortunas da cidade, em especial o Comendador João Pinto da Luz²⁶⁴. Casado em primeiras núpcias com Maria Amália da Luz²⁶⁵, se tornou viúvo no ano de 1861. O patrimônio deixado por Maria Amália totalizava 99:826\$890. Quando o comendador faleceu, cinco anos depois, seu patrimônio alcançava 156:264\$369. No entanto, se excetuarmos deste valor o montante relativo a dívidas ativas, chegamos a 91:816\$540, valor bem próximo ao deixado pela esposa. Os principais bens de Maria Amália também estão presentes no inventário de João Pinto da Luz .

O grande sobrado, imóvel mais valorizado entre todos os localizados na pesquisa, localizado na Rua Augusta, rua que depois veio a receber o nome do comendador, avaliado em 20 contos, é um exemplo. As escravas Dorotea, Margarida e Zeferina, avaliadas em 1:600\$000,

²⁶³ACTJSC -Inventários post mortem 1860-1880.

²⁶⁴ACTSC - Inventário João Pinto da Luz - 1866. Inv.54.

²⁶⁵ACTSC - Inventário Maria Amalia da Luz - 1861. Inv.19.

1:800\$000 e 1:200\$000, respectivamente, também²⁶⁶. Esses bens equivaliam, quando sua esposa falecera cinco anos antes, a 67% do que ela possuía com imóveis e 78% do valor de seus cativos. Desse modo podemos perceber que o valor legado ao comendador por sua primeira esposa era a base de sua fortuna. Pinto da Luz soube, sem dúvida, investir muito bem o patrimônio herdado de sua esposa, mas parece ter sido suas núpcias o grande impulso para seu enriquecimento. Mas a posição da família Luz ia ainda mais longe.

Outras famílias, por outro lado, não mantinham-se entre as afortunadas. Ainda que empobrecidas, no entanto, nem sempre perdiam o prestígio que haviam acumulado. Para Sheila Faria:

Pobreza e prestígio podiam, em muitos casos andar juntos. A brancura da pele, a existência de uma fortuna anterior e parentes próximos ricos podem definir um lugar social melhor do que teriam, caso somente a fortuna individual fosse considerada. As estratégias das famílias mais abastadas, no período colonial, incluem aspectos que muitas vezes independem da fortuna. Para caracterizar o grupo que se reconhecia e era recebido enquanto ‘homens bons’ ou ‘principais’, é necessário levar em conta condições fundamentais: brancura da pele, prestígio familiar, ocupação de postos administrativos importantes, atividade agrária, acesso a escolaridade e fortuna anterior ou no presente, se não dos envolvidos pelo menos de parentes próximos, principalmente no caso de serem herdeiros.²⁶⁷

Faixas de fortuna

Essa parcela de “homens bons” de Desterro, que tiveram seus bens inventariados no período analisado, não se apresentava, todavia, de maneira uniforme. Ao observarmos os diversos níveis de fortuna podemos perceber que a composição do patrimônio se modifica sensivelmente.

Podemos perceber pelo gráfico abaixo que a maioria dos bens, em termos absolutos, está detida com pessoas com patrimônio de 20 a 50 contos.

²⁶⁶ACTSC - Inventário João Pinto da Luz - 1866.Inv.54

²⁶⁷Sheila Faria, *Op. Cit.* p. 207

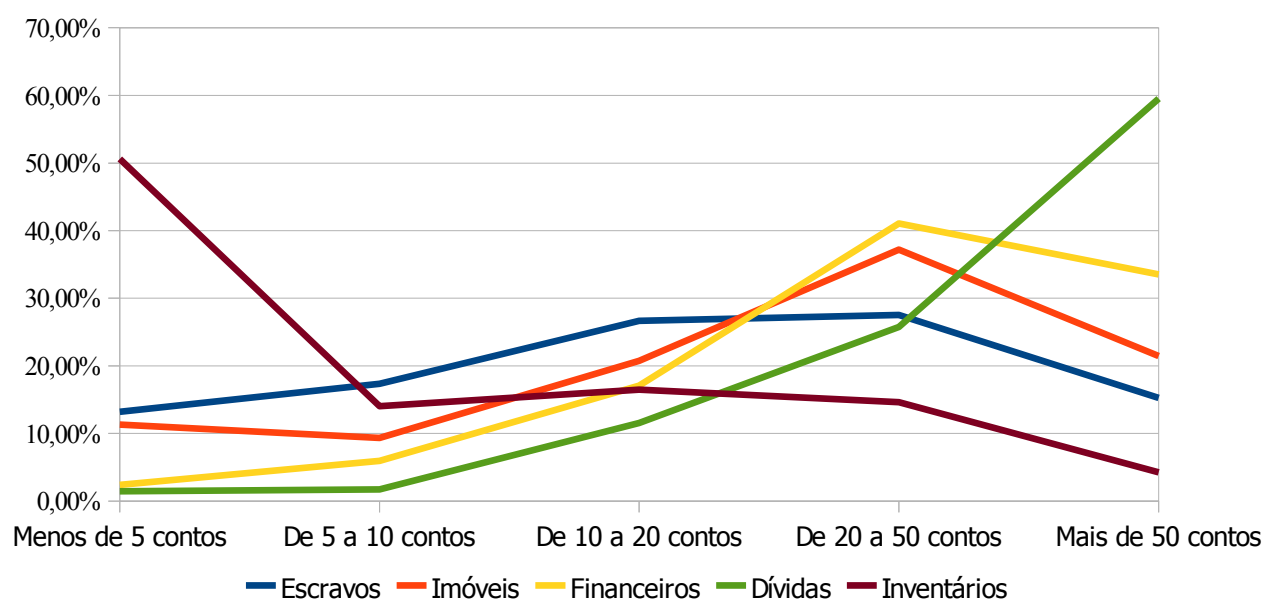


Gráfico 8 - Concentração de bens por faixa de riqueza²⁶⁸

Pelo gráfico abaixo pode-se perceber que a principal mudança entre os com as menores fortunas e os mais ricos é a presença maciça de dívidas ativas na composição de sua riqueza. Analisando a média por categoria em cada faixa de fortuna, conforme tabela abaixo, podemos perceber que os valores mantêm-se sempre em alta, embora não na mesma proporção.

Média	Menos de 5 contos	De 5 a 10 contos	De 10 a 20 contos	De 20 a 50 contos	Mais de 50 contos
Escravos	329.277	1.560.870	2.043.704	2.374.167	4.508.571
Imóveis	1.390.915	4.150.652	7.845.544	15.832.938	31.297.671
Financeiros	58.567	520.436	1.272.465	3.442.671	9.637.606
Dívidas	96.749	413.399	2.349.089	5.894.438	46.703.465
Monte Mór	2.040.790	7.374.087	13.861.258	30.746.414	107.131.233

Tabela 8: Valores médios por categoria em cada faixa de fortuna²⁶⁹

Mais do que entre valores absolutos, no entanto, podemos perceber a variação comparando a importância de cada categoria de bens dentro da faixa de fortuna, o que nos permite uma ideia sobre a composição da riqueza de cada um destes níveis, conforme gráfico abaixo.

²⁶⁸ACTJSC -Inventários post mortem 1860-1880.

²⁶⁹Elaborado a partir de: ACTJSC -Inventários post mortem 1860-1880.

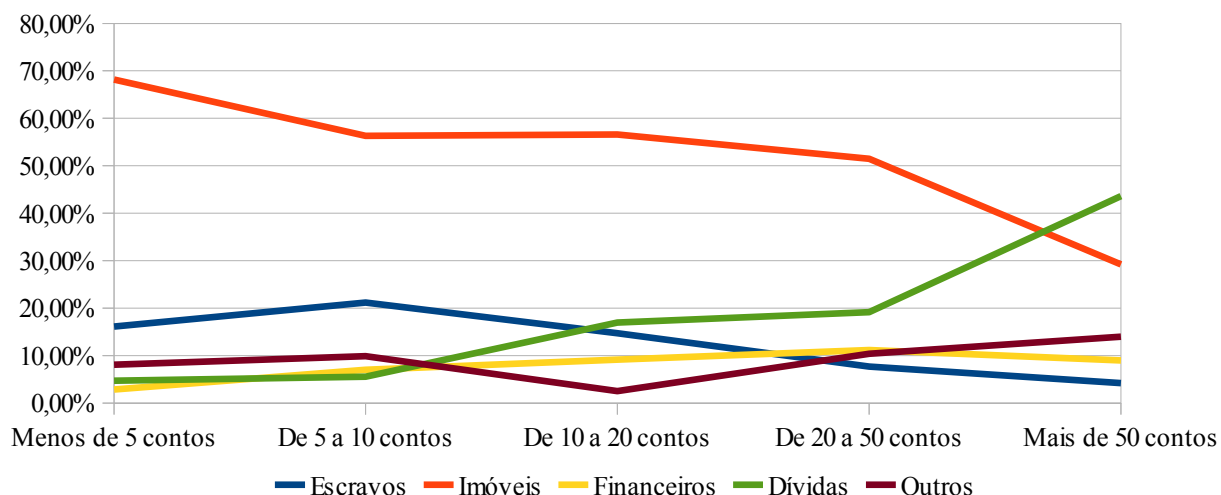


Gráfico 9 - Composição do patrimônio por faixa de riqueza²⁷⁰

A importância dos chamados bens de raiz, imóveis e escravos em especial, na composição da riqueza, vai diminuindo à medida que aumenta a fortuna inventariada. Movimento inverso faz a dívidas ativa, que vai ganhando importância de acordo com o aumento do patrimônio.

Categoria	Menos de 5 contos	De 5 a 10 contos
Escravos	16,13%	21,17%
Imóveis	68,16%	56,29%
Financeiros	2,87%	7,06%
Dívidas	4,74%	5,61%
TOTAL	91,90%	90,12%

Tabela 9: Composição da riqueza por faixa de fortuna – até 10:000\$000²⁷¹

Analisando a faixa de riqueza que vai até o patrimônio de 5 contos de réis, percebemos que a maior parte desse patrimônio é composta por imóveis, seguido do patrimônio em cativos. Na faixa de fortuna seguinte a situação se mantém, embora a distância entre as duas categorias diminua significativos 17 pontos percentuais. Eram, na média, pessoas que possuíam dois ou três imóveis, normalmente de baixo valor, além de um ou dois cativos para lhes auxiliar nas fainas diárias. Representavam 65% dos inventariados, compondo a maior parte dos afortunados da sociedade.

²⁷⁰ *Idem.*

²⁷¹ Elaborado a partir de: ACTJSC -Inventários post mortem 1860-1880. O valor total fica abaixo de 100% pois não estão incluídos bens que não se encaixem nas categorias referidas, como jóias e móveis, entre outros.

Categoria	De 10 a 20 contos
Escravos	14,74%
Imóveis	56,60%
Financeiros	9,18%
Dívidas	16,95%
TOTAL	97,47%

Tabela 10: Composição da riqueza por faixa de fortuna – de 10:000\$000 a 20:000\$000²⁷²

Na faixa de patrimônio entre 10 e 20 contos, o valor representados pelas dívidas já supera o valor dos cativos, embora este último ainda represente mais do que a soma de apólices e dinheiro em espécie, que classificamos como bens financeiros, enquanto a propriedade de imóveis continua responsável pela maior parte da fortuna destes indivíduos. Também representam indivíduos com duas ou três propriedades na cidade, embora de maior valor, e a mesma quantidade de cativos. Com cerca de um quarto de sua fortuna composta de apólices, dinheiro ou dívidas, eram indivíduos que já participavam dos circuitos financeiros.

Categoria	De 20 a 50 contos
Escravos	7,72%
Imóveis	51,50%
Financeiros	11,20%
Dívidas	19,17%
TOTAL	89,59%

Tabela 11: Composição da riqueza por faixa de fortuna – de 20:000\$000 a 50:000\$000²⁷³

Na faixa dos 20 a 50 contos, a porcentagem de cativos já é a categoria de menos representatividade nas fortunas, representando em média algo em torno de 8% do patrimônio, seguida dos bens financeiros e das dívidas. São pessoas profundamente inseridas nas complexas dinâmicas econômicas da cidade, tomando e cedendo empréstimos e movimentando a economia. Possuem, na média, bens de valores semelhantes aos da faixa de fortuna anterior, embora em maior quantidade – na média quatro cativos e seis propriedades. Pode-se acreditar que já possuíam imóveis alugados a terceiros, o que pode ser a fonte de algum de seus devedores.

²⁷² *Idem.*

²⁷³ *Ibidem.*

Categoria	Mais de 50 contos
Escravos	4,21%
Imóveis	29,21%
Financeiros	9,00%
Dívidas	43,59%
TOTAL	86,01%

Tabela 12: Composição da riqueza por faixa de fortuna – mais de 50:000\$000²⁷⁴

Na faixa das maiores fortuna, com patrimônio acima de 50 contos de réis, a importância do dinheiro devido por outros aos inventariados passa a ser a principal categoria, superando inclusive o valor dos imóveis. O crédito parece ser, então, o grande diferencial das maiores fortunas encontradas. Como atividade intimamente ligada ao comércio, pois exige a capacidade de separar grandes somas de capital, no caso da usura, ou a venda sem o recebimento imediato no caso das dívidas provenientes do comércio, corrobora a ideia de que a atividade geradora de riqueza por excelência era a atividade comercial, notadamente o comércio de grosso trato. Possuíam, na média, vastas propriedades, cinco ou seis imóveis de alto valor e sete ou oito cativos, ainda que não fossem os bens de raiz a base de sua riqueza.

A partir dessas análises podemos tentar esboçar uma nova leitura da acumulação de riqueza na Cidade de Desterro.

Em um primeiro nível os afortunados, a base dessa pirâmide, as fortunas de até 20 contos de réis, que tinham na propriedade de escravos sua principal característica de distinção social.

Um segundo nível, mais restrito, era composto por aqueles que poderíamos chamar de bem afortunados, que tinham, além da propriedade de escravos, a posse de apólices e dinheiro em espécie. Possuíam um patrimônio entre 20 e 50 contos de réis, valor bastante significativo.

²⁷⁴*Ibidem.*

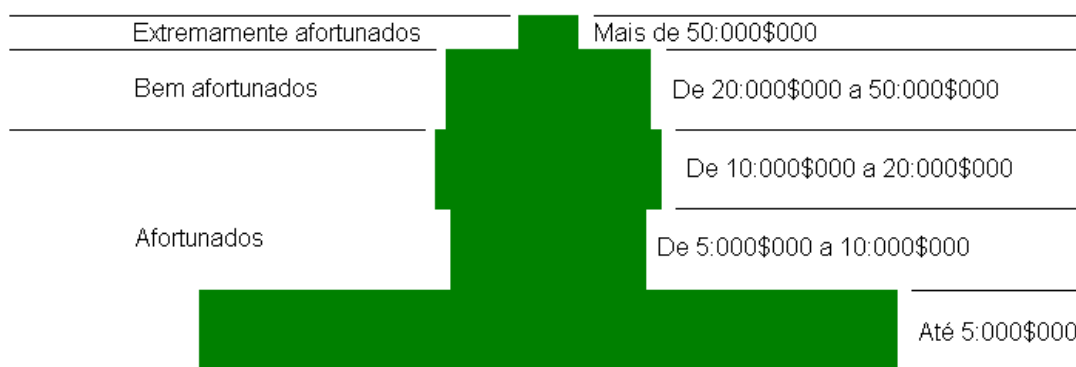


Ilustração 16 - Pirâmide dos diversos níveis de fortuna²⁷⁵

No topo da pirâmide estavam os extremamente afortunados, a elite da elite da cidade. Com um patrimônio acima dos 50 contos, encontramos apenas oito pessoas neste nível de fortuna entre os inventariados no período, incluindo três da família Luz, João Pinto da Luz, sua primeira esposa Maria Amália e seu irmão Jacinto.

Nome	Patrimônio	Ano da morte
Manoel de Almeida Valga	162:513\$930	1.879
João Pinto da Luz	156:264\$369	1.866
Jacinto José da Luz	146:683\$674	1.869
Maria Amalia da Luz	99:826\$890	1.861
Pedro Coursen	72:420\$881	1.875
Antonio Francisco de Faria	61:725\$643	1.869
Joaquim da Silva Ramalho	50:483\$241	1.879

Tabela 13: Inventariados extremamente afortunados²⁷⁶

²⁷⁵ACTJSC -Inventários post mortem 1860-1880.

²⁷⁶*Idem.*

Considerações finais

A análise da Província de Santa Catarina nos mostra uma sociedade profundamente marcada pela busca de uma diferenciação social. É através da posse e da ostentação de determinados bens que os afortunados do lugar se diferenciam de seus concidadãos. Antes de tudo, a principal forma de diferenciação é a posse de cativos. A mesma hierarquização que colocava o cativo no mais baixo degrau da sociedade coloca em destaque seu senhor. Mas entre os afortunados também havia hierarquias. A posse de imóveis mais valorizados, de bens financeiros como apólices, posições no governo, contratos públicos e a capacidade de 'demonstrar' riqueza eram alguns dos meios de se diferenciar, mesmo nas camadas mais altas daquela estratificação. Mas o que nos parece como ponto mais fundamental nessa diferenciação é a disseminação do crédito. Ter pessoas lhe devendo dinheiro é sinal de prestígio e poder, e junta os ideais de riqueza e prestígio. O grande exemplo é o de Joaquim da Silva Ramalho, o ex-presidente de província que faleceu deixando não mais que dívidas aos seus herdeiros. É sem dúvida significativo o poder e prestígio que podia ser gerado ao se ter um homem de sua posição dentro daquela sociedade como seu devedor, ainda mais se tratando de uma dívida que não poderia, por falta de recursos, ser paga.

Ao fim de tudo, ser rico e poderoso na Desterro do século XIX significa ser negociante. Comércio de madeiras, transporte de mercadorias, atuação como um dos célebres 'atravessadores', lojas de varejos, uma grande gama de possibilidades de lucros estavam a disposição destes indivíduos. E mais do que lucro traziam trânsito dentro destas estruturas de poder tão intrincadas, onde as ligações, sejam profissionais, de amizade ou de parentesco, eram tão importantes. Mas a diversificação de agências que o termo 'negociante' abarca não revela, em momento algum, uma modernização que possa ter atingido a elite como um todo. Pelo contrário, revela o rosto mais marcadamente ligado a essa lógica tão propriamente chamada por Florentino e Frago de "Arcaísmo". Controle do comércio a partir de empréstimos a juros, esterilização do capital em ações e apólices públicas, rentismo urbano, ocupação de cargos públicos, entre outras ações,

serviam para manter seguro o controle do poder naquela sociedade. Mais do que o poder público incentivar ou estar a serviço dessa elite, era essa elite o poder.

Ressalta-se que a posição e o prestígio desses negociantes urbanos perante o conjunto da população, se dava também, pelo controle, por eles, do aparato burocrático e administrativo da cidade. Foram os negociante mais fortes da praça de Desterro que durante todo o período analisado foram os detentores dos principais cargos de poder. Quase todos os nomes de proprietários de destaque citados ao longo do trabalho alteraram-se em posições burocráticas de mando, como juizes de paz, juizes municipais ou deputados, ou posições importantes para a formação de opinião, como cargos de direção, ou mesmo como proprietários, em jornais. Ressalte-se, no entanto, que não ambicionamos fazer aqui uma análise exaustiva destas relações. Justamente por serem situações tão sujeitas a personalismos, a pequenas variáveis como o traquejo social de um indivíduo, a capacidade de outro de conseguir ou omitir informações, mesmo a sorte de se estar no lugar certo, tudo isso que nos é tão difícil de perceber a tanta distância, a complexidade destas estruturas não pode ser alcançada em um trabalho como este. Ainda assim, acreditamo-nos capazes de levantar pistas e indícios que possam ampliar nosso conhecimento daquela sociedade, e auxiliar a pavimentar o caminho para novos estudos que aprofundem estes conhecimentos.

Não podemos perder de vista que cada um desses que este trabalho faz referência é uma pessoa com ambições, medos e desejos. Um indivíduo amplo, único em suas singularidades. Ainda que busquemos aqui tendências e interpretações que nos ajudem a compreendê-los, seus relacionamentos e suas vidas ainda guardam muitas lições inalcançadas.

Observações

1. Abreviaturas

Inv. – Inventário; referência ao numero do inventário listado no Anexo 2 (fontes manuscritas)

ACTJSC – Acervo do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

APESC – Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

2. A moeda utilizada no Império era o real. Lê-se, por exemplo:

1\$100- um mil e cem réis ;

1:002\$300- um conto e dois mil e trezentos réis.

2:201:320\$407 – dois mil, duzentos e um contos e trezentos e vinte mil e quatrocentos e sete réis.

3. Alguns inventários trazem testamentos em anexo. Nas citações de trechos desses testamentos , a referencia que faço é a dos inventários.

4. Originalmente, inventários e testamentos encontram-se em maços numerados nos arquivos, embora sem livro tomo ou qualquer listagem que indicasse em que maço estariam. Optamos, portanto, por relacionar nomes e datas dos processos.

Fontes consultadas:

ACTJSC – Acervo do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

Inventários:

- 1-Candido Jose Francisco Gulart,1.860
- 2-Floriana Augusta Noronha,1.860
- 3-Genorosa Maria Capistrano,1.860
- 4-Isidora Rosa Silva,1.860
- 5-Joaquim José Teixeira Guimarães,1.860
- 6-Silverio Ferraz Pinto de Sá,1.860
- 7-Anna Bernadina da Cunha,1.861
- 8-Bibiana Teixeira Becker,1.861
- 9-Francisco José Dias Formiga,1.861
- 10-João Antonio Martim Braga,1.861
- 11-Joaquim José Ribeiro Maiato,1.861
- 12-José Manoel Soares,1.861
- 13-Jose Pinto da Rocha,1.861
- 14-Laurentino Elloy de Medeiros,1.861
- 15-Manoel Joaquim dos Santos,1.861
- 16-Manoel Lomen Coelho,1.861
- 17-Manoel Luis da Silva Leal,1.861
- 18-Manoel Pinto Portela,1.861
- 19-Maria Amalia da Luz,1.861
- 20-Maria Francisca da Silva,1.861
- 21-Maria Rita Conceição,1.861
- 22-Joaquim Caetano da Silva,1.862
- 23-Julianna Rosa de Jesus,1.862
- 24-Teresa de Jesus,1.862
- 25-Felizarda Amalia da Costa Brocardo,1.863
- 26-Francisco Candido de Mello,1.863
- 27-Gabriel Antonio de Carvalho,1.863
- 28-Jacinda Faustina da Silveira,1.863
- 29-Maria Eugenia Pons,1.863
- 30-Antonio Rodrigues da Silva,1.864
- 31-Joaquim de Almeida Coelho,1.864
- 32-Joaquim Sabino da Silva,1.864
- 33-Maria Perpetua de Souza,1.864
- 34-Rita de Cassia Luiza da Silva Poyção,1.864
- 35-Antonio Coutinho,1.865
- 36-Antonio Vieira d'e Aguiar,1.865
- 37-Joana Francisca da Conceição,1.865
- 38-João Sehir,1.865
- 39-Maria Francisca da Conceição,1.865
- 40-Mariana Antonia Jesus,1.865
- 41-Ricardo José Sousa,1.865
- 42-Rita Joaquina da Silva,1.865
- 43-Sergio Lopes Falcão,1.865

- 44-Thomaz dos Santos,1.865
- 45-Zefinnio José Pinheiro,1.865
- 46-Amaro José Pereira,1.866
- 47-Antonio Joaquim de Almeida Coelho,1.866
- 48-Antonio José da Silva,1.866
- 49-Candido Hermenegildo Pinto,1.866
- 50-Domasia Caetana de Jesus,1.866
- 51-Domingos de Barros,1.866
- 52-Francisco Antonio da Rosa,1.866
- 53-Hermito Caetano da Silva,1.866
- 54-João Pinto da Luz,1.866
- 55-João Ricardo Pinto,1.866
- 56-José Raphael,1.866
- 57-Luiz Demoso,1.866
- 58-Manoel Dos Santos Barbosa,1.866
- 59-Maria Lucinda Julia,1.866
- 60-Genoveva Maria de Barcellos,1.867
- 61-Ignacia Maria de Jesus Pons,1.867
- 62-Ignacia Rosa de Jesus,1.867
- 63-Jacinta Maria de Jesus,1.867
- 64-Manoel Fonseca Paiva,1.867
- 65-Carlota Bernadina da Silva,1.868
- 66-Felicidade Ignacia de Sousa,1.868
- 67-Joaquim D'Avila,1.868
- 68-Joaquim Duarte Silva,1.868
- 69-Maria Candida do Espirito Santo,1.868
- 70-Maria Rosa de Almeida,1.868
- 71-Antonio Francisco de Faria,1.869
- 72-Jacinto José da Luz,1.869
- 73-João Bernardo de Sousa,1.869
- 74-João Pinto da Luz,1.869
- 75-José Pereira Lisboa,1.869
- 76-Alexandre Ignacio da Silva,1.870
- 77-Andre Isette,1.870
- 78-Jacinto Antonio Godinchi,1.870
- 79-Margarida Antonia da Silveira,1.870
- 80-Maria Flor de Lis Caldas,1.870
- 81-Moises Lino da Silva,1.870
- 82-Carolina Walker Formiga,1.871
- 83-Eleuterio Francisco de Souza,1.871
- 84-João Francisco Andrade,1.871
- 85-José Silveira de Sousa,1.871
- 86-Lucinda da Rosa de Souza,1.871
- 87-Manoel Antonio Pereira Malheira,1.871
- 88-Maria Cascaes,1.871
- 89-Maria Magdalena de Jezuz,1.871
- 90-Maria Pérpetua de Souza e Silva,1.871
- 91-Martins da Silva Braga,1.871
- 92-Rita Fernandes de Jesus,1.871
- 93-Silvana Joaquina de Oliveira Tavares,1.871

- 94-Amalia Candida de Lima,1.872
- 95-Amalia Nicolichs Luz,1.872
- 96-José Antonio Pinheiro,1.872
- 97-José Becker,1.872
- 98-Libania Maria das Dores Cunha,1.872
- 99-Manoel Luiz dos Santos,1.872
- 100-Antonio Caetano de Souza,1.873
- 101-Firmino José de Espindola,1.873
- 102-Joaquina Maria da Conceição,1.873
- 103-José Souza Amorim,1.873
- 104-Maria José Alves,1.873
- 105-Rosa Margarida Lopes da Silva,1.873
- 106-Francisco Antonio da Silva,1.874
- 107-Antonio Joaquim Souza,1.875
- 108-Augusto Fausto da Luz,1.875
- 109-Estanislau Valeiro da Conceição,1.875
- 110-Maria Bernardina de Bittencourt,1.875
- 111-Mariana de Albuquerque Vidal,1.875
- 112-Narciso José Duarte,1.875
- 113-Pedro Coursen,1.875
- 114-Rita Carolina da Silva,1.875
- 115-Thomas Silveira de Souza,1.875
- 116-José Chavier Pacheco,1.876
- 117-Marcelina Catharina de Jezuz,1.876
- 118-Maria Luisa de Jesus,1.876
- 119-Marianno José da Costa,1.877
- 120-Americo Ignacio da Silva,1.877
- 121-Candida Maria das Dores,1.877
- 122-Carlos Molkman,1.877
- 123-Domingos Gonçalves Leitão,1.877
- 124-Francisco José Pacheco,1.877
- 125-Henriqueta Amalia da Cunha Brinchoza,1.877
- 126-Ignacio José de Abreu,1.877
- 127-José Antonio da Luz,1.877
- 128-Anna Thomazia da Costa de Moraes,1.877
- 129-Maria Adelaide Setubal Ferraz,1.877
- 130-Maria Das Dores Soares de Souza,1.877
- 131-Maria do Espirito Santo,1.877
- 132-Nicolau Izetto,1.877
- 133-Rebecca Margaritha Lubbens,1.877
- 134-João Klettenberg,1.878
- 135-Joaquim Francisco das Chagas,1.878
- 136-Jovito Duarte Silva,1.878
- 137-Manoel de Freitas Sampaio,1.878
- 138-Amalia Maria do Vale Caldas,1.879
- 139-Ana Joaquina de Cerqueira,1.879
- 140-Ana Maria da Silveira Bastos,1.879
- 141-Benigno Bento Rodrigues,1.879
- 142-Emilio Diogenes d'Oliveira,1.879
- 143-Francisco de Santa Anna e Oliveira,1.879

- 144-Jacinto Correa de Melo,1.879
- 145-João Pedro Carreirão,1.879
- 146-João Vieira de Aguiar,1.879
- 147-Joaquim da Silva Ramalho,1.879
- 148-José Antonio da Mota,1.879
- 149-José Bernardo Ferreira Brocardo,1.879
- 150-Josefa Martins de Macedo e Almeida,1.879
- 151-Juvencio Duarte Silva,1.879
- 152-Manoel de Almeida Valga,1.879
- 153-Manoel Francisco de Oliveira,1.879
- 154-Patricio José da Silveira,1.879
- 155-Thomaz Pedro de Bittencourt Cotsim,1.879
- 156-Ubrico Haeberle,1.879
- 157-Bertha Hoepke,1.880
- 158-Guilhermina Rersten,1.880
- 159-Joaquim Antonio Motta,1.880
- 160-José da Silva Pereira,1.880
- 161-Manoel de Almeida Valgas,1.880
- 162-Maria Caetano de Oliveira,1.880
- 163-Pedro Kiefer,1.880
- 164-Rosalina Vilela Paes Lemos,1880

APESC – Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina (1839-1888)

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

Santa Catarina

CRL - Center for Research Libraries <www.crl.edu>

- Relatório do Ministro da Fazenda (1821-1888)
- Relatório do Ministro da Justiça (1825-1888)
- Relatório do Ministro da Marinha (1827-1888)
- Relatório do Ministro da Guerra (1827-1888)
- Relatório do Ministro das Relações Exteriores (1830-1888)
- Relatório do Ministro do Império (1832-1888)
- Relatório do Ministro da Agricultura (1860-1888)

Referenciais bibliográficos

ADONIAS, Isa, *Jaime Cortesão e seus mapas: instrumentos didáticos para a história da cartografia do Brasil*, Rio de Janeiro, 1984.

ALMICO, Rita de Cassia da Silva, *A dança da riqueza: variações na fortuna pessoal em Juiz de Fora 1870-1914*, I Encontro de Pós-Graduados em História Econômica, Araraquara, UNESP, 2002

ANDRADE, Rômulo de, *Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: O caso da Zona da Mata*, *Revista Brasileira de História*, vol. 11, nº 22, Mar-ago. 1991.

AMARAL, Tamelusa Ceccato do, *Da grandeza do fato a miudeza do ato: os significados da prática da alforria em Desterro (1870-1888)*, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2003;

AMARAL, Tamelusa Ceccato do, *Germano Wendhausen e a abolição da escravatura em Desterro no séc. XIX*, Trabalho de Conclusão do Curso de Aperfeiçoamento/Especialização em História Social do Ensino Médio e Fundamental na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2006.

ANDRADE, Santino de, *Os alemães estão chegando: discursos sobre o imigrante alemão em Santa Catarina (1850 – 1890)*, Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina– UFSC, Florianópolis, 2000.

ARAÚJO, Hermetes Reis de, *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*, Dissertação de Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC\SP, São Paulo, 1989.

ARAÚJO, Iaponan Soares de, *Santo Antônio de Lisboa: Vida e memória*, Florianópolis, Editora Lunardelli, 1991.

ARAÚJO, Maria Lucília, *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade dos oitocentos*, Tese de Doutorado em História pela Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2003.

ARMAS, Antonio Rumeu de, *El Tratado de Tordesillas: Rivalidad hispano-lusa por el dominio de océanos y continentes*, Madrid, MAPFRE, 1992.

BASTOS, Humberto, *O pensamento industrial no Brasil*, São Paulo, Martins Ed., 1952.

BERGER, Paulo, *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*, Florianópolis, Ed. da UFSC/Lunardelli, 1990.

BILÉSSIMO, Angelo R., *De Desterro a Florianópolis: A invisibilização dos indesejados como construção da modernidade*. Anais do X Encontro Estadual de História – Mídia e Cidadania, Florianópolis, 2006.

BILÉSSIMO, Angelo R., *Entre a Praça e o Porto: Grandes fortunas nos inventários post-mortem em Desterro entre 1860-1880*, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2007;

- BOITEUX, Lucas, *Notas para História Catharinense*, Florianópolis, Livraria Moderna, 1912.
- BOND, Rosana, *A saga de Aleixo Garcia, o descobridor do Império Inca*, Florianópolis, Editora Insular/Fundação Franklin Cascaes, 1998.
- BORGES, Nilsen, *Terra, gado e trabalho: sociedade e economia escravista em Lages, SC (1840-1865)*, Dissertação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2005.
- BRAUDEL, Fernand, *Civilização Material e Capitalismo: os jogos de troca*, Lisboa, Cosmos, 1985.
- CABRAL, Oswaldo, *A História da Política em Santa Catarina durante o Império*, Florianópolis, Editora da UFSC/Governo do Estado de Santa Catarina, 2004.
- CABRAL, Oswaldo, *As defesas da Ilha de Santa Catarina*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972.
- CABRAL, Oswaldo, *História de Santa Catarina*, Florianópolis, Imprensa da UFSC, 1968
- CABRAL, Oswaldo, *Nossa Senhora do Desterro: memória*, Florianópolis, Imprensa da UFSC, 1972.
- CABRAL, Oswaldo, *Nossa Senhora do Desterro: notícia*, Florianópolis, 1971.
- CABRAL, Oswaldo, *Os açorianos*, Florianópolis, IHGSC, 1951.
- CARDOSO, Ciro, *Escravo ou camponês? O proto campesinato negro nas Américas*, São Paulo, Brasiliense, 1987
- CARDOSO, Fernando Henrique (dir). *Brasil em perspectiva*, São Paulo, DIFEL, 1968.
- CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octávio, *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*, São Paulo, Ed. Nacional, 1960.
- CARDOSO, Fernando Henrique, *Negros em Florianópolis: Relações sociais e econômicas*, Florianópolis, Insular, 2000.
- CARDOSO, Paulino, *Negros em Desterro: Experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade só século XIX*, Itajaí, SC, Casa Aberta, 2008.
- CERTEAU, Michel de, *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, Petrópolis, Vozes, 2004.
- CHALHOUB, Sidney, *Visões da Liberdade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- CONRAD, Robert Edgard Conrad, *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1985.

CORREA, Carlos Humberto, *História de Florianópolis – Ilustrada*, Florianópolis, Editora Insular, 2004.

CUNHA, Manuel Carneiro da, *História dos índios no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1992.

DAUWE, Fabiano, *Estratégias institucionais de liberdade: O fundo de emancipação em Nossa Senhora de Desterro*, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2001;

DIAS, Maria Odila, *Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea*, *Projeto História*, São Paulo, PUC/SP, n. 17, 1998.

DIAS, Maria Odila, *Quotidiano e poder*, São Paulo, Brasiliense, 1984.

DIAS, Vera Lucia N., *Tantos Campeches, tantas imaginações*, Dissertação de Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1996.

EISENBERG, Peter, *Modernização sem mudança: A indústria cafeeira em Pernambuco: 1840-1910*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FARIA, Sheila, *A colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

FARIAS, Joice, *A Lagoa da Conceição também é dos pretos! Experiências dos grupos populares no leste da Ilha de Santa Catarina (1870-1880)*, Mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, 2003.

FARIAS, Joice, *O negro inexistente: um estudo sobre a escravidão africana na historiografia catarinense (1980-1990)*, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 1998;

FLORES, Maria Bernadete Ramos, *Farra do Boi: Teatro da Vida, Cenários de História*, Tese de Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC\SP, São Paulo, 1991.

FLORES, Maria Bernadete Ramos, *Os espanhóis conquistam a Ilha de Santa Catarina*, Florianópolis, Editora da UFSC, 2004.

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo, *O Arcaísmo como Projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, 1790 – 1840*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João, Et al, *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XIX)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João, *Homens de grossa ventura: Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João, *Comerciantes, Fazendeiros e Formas de Acumulação em uma Economia Escravista Colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888*, Tese de Doutorado pela Universidade Federal

Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, 1990.

FRANCO NETO, Fernando, *População, Escravidão e Família em Guarapuava no século XIX*, Tese de Doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2005.

FRANK, Zephyr, *Dutra's World: Wealth and family in Nineteenth-century Rio de Janeiro*, Albuquerque, University of New Mexico Press, 2004.

FROTSCHER, Méri, *Etnicidade e trabalho alemão: outros usos e outros produtos do labor humano*, Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1998.

FURTADO, Celso, *A Formação Econômica do Brasil*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1967.

GALVÃO, Manoel do Nascimento da Fonseca, *Notas geográficas e históricas sobre a Laguna desde sua fundação até 1750*, Desterro, Typ. de J.J. Lopes, 1884.

GEERTZ, Clifford, *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1989.

GEREMIAS, Patrícia Ramos, *Ser “ingênuo” em Desterro/SC: a lei de 1871, o vínculo tutelar e a luta pela manutenção dos laços familiares das populações de origem africana (1871-1889)*, Dissertação em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro 2005.

GEREMIAS, Patrícia Ramos, *Filhos livres de mães cativas: Os ingênuos e os laços familiares das populações de origem africana em Desterro na década da Abolição*, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2001;

GODINHO, Vitorino M., *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Edições 70, 1975.

GOMES, Manoel, *Memória barriga verde*, Florianópolis, Lunardelli, 1990.

GONÇALVES, Janice, *A singela e pitoresca história de nosso estremecido torrão: em torno da produção de caráter histórico no âmbito do IHGSC*, Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: Guerra e Paz, Londrina, 2005.

GORENDER, Jacob, *O escravismo colonial*, São Paulo, Ática, 1978.

GRAÇA FILHO, Afonso, *A princesa do Oeste: Elite mercantil e economia de subsistência em São João Del Rey (1831-1888)* Tese de Doutorado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 1991.

GUTTLER, Antônio Carlos, *A Colonização do Saí (1842-1844) – Esperança de Falansterianos / Expectativa de um Governo*, Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1994.

HARO, Martin Afonso Palma de(org). *Ilha de Santa Catarina: Relatos de viajantes estrangeiros no século XVII e XIX*, Florianópolis, Ed. da UFSC, 1996.

JOCHER, Toni Vidal, *A formação da Colônia Alemã Teresópolis e a atuação da Igreja Católica*

(1860-1910), Dissertação de Mestrado Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2002.

JOHAN, Karyne, *Crime, criminalidade e escravidão: experiências e vivências de africanos e afro-descendentes em processos criminais em Desterro*, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2003;

JUNCKES, Kátia, *Eles franceses voadores lá, nós cá*, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1995.

LEITE, Ilka(org), *Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade*, Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1996.

LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil, Rio de Janeiro e Lisboa*, Instituto Nacional do Livro/Livraria Portugália, 1945.

LENHARO, Alcir, *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil – 1808-1847*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

LENZI, Carlos Alberto Silveira, *Partidos e políticos de Santa Catarina*, Florianópolis, Ed. da UFSC, 1983.

LUZ, Aujor Ávila da, *Santa Catarina, quatro séculos de história: XVI ao XIX*, Florianópolis, Editora Insular, 2000.

MACEDO, Lisandra Barbosa, *Cultura africana em Desterro na década da abolição - invisibilidade e resistência*, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2003;

MACHADO, Paulo Pinheiro, *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas, 1912 – 1916*, Campinas, Editora da UNICAMP, 2004.

MACHADO, Paulo Pinheiro(Org.); ESPIG, Márcia Janete(Org.) *A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado*, Florianópolis, Editora da UFSC, 2008.

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina, *Evolução da economia e da riqueza na Comarca do Rio das Velhas na Capitania de Minas Gerais, 1713-1763*, *Anais do X Seminário sobre economia mineira*, Diamantina, CEDEPLAR/UFMG, 2010.

MARCONDES, Renato, *Diverso e Desigual: O Brasil Escravista na Década de 1870*, São Paulo, FUNPEC, 2009.

MASCARENHAS, Maria José, *Fortunas Coloniais: Elite e Riqueza em Salvador: 1760-1808*, Tese de Doutorado em História pela Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1998.

MARKUN, Paulo, *Anita Garibaldi: uma heroína brasileira*, São Paulo, SENAC, 1999.

MARQUES, Cláudia Eliane, *Riqueza e Escravidão: Dimensões materiais da sociedade no segundo reinado*, Dissertação de Mestrado em História pela Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2000.

- MATTOS, Hebe Maria de, *Das cores do silêncio*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.
- MATTOSO, Kátia, *Bahia, século XIX: Uma província no Império*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.
- MELLO, Zélia Cardoso de, *Metamorfose da Riqueza: São Paulo, 1845-1895*, São Paulo, HUCITEC, 1985.
- MELO, Osvaldo Ferreira de (coord.), *História Sócio-Cultural de Florianópolis*, Florianópolis, IHGSC, Editora Lunardelli, 1991.
- MORTARI, Claudia, *A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (1840-50)*, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 1995.
- MORTARI, Claudia, *Os africanos de uma vila portuária do sul do Brasil: Criando vínculos parentais e reinventando identidades*, Tese de doutoramento pela Pontifícia Universidade Católica – PUCRS, Porto Alegre, 2007.
- MORTARI, Claudia, *Os Homens Pretos de Desterro: um estudo sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário*, Dissertação de Mestrado pela Pontifícia Universidade Católica – PUCRS, Porto Alegre, 2000.
- MOSIMANN, João Carlos, *A Ilha de Santa Catarina (1777-1778): A invasão espanhola*, Florianópolis, Edição do Autor, 2003.
- MOTTA, Carlos Guilherme(org.). *1822: Dimensões*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1972.
- NOGUERÓL, Luis Paulo *et alii*, Elementos comuns e diferenças entre os patrimônios registrados na pecuária gaúcha e na pernambucana no início do século XIX, *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, nº 61, Recife, 2005.
- NORMANO, John Francis, *Evolução Econômica do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1939.
- NOVAIS, Fernando, *Aproximações: Estudos de História e Historiografia*, São Paulo, Cosac Naify, 2005.
- NOVAIS, Fernando, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808*, São Paulo, Hucitec, 1983.
- NUNES NETO, Antonio, Aspectos da escravidão de pequeno porte no Recife no século XIX, *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, nº 61, Recife, 2005.
- OLIVEIRA, Lélío de, *Economia e História em Franca no século XIX*, Franca, UNESP/Amazonas Prod. De Calçados, 1997.
- OSLE, Ondina Pereira, *História da Industrialização Catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro*, Florianópolis, FIESC, 1988.

- PAULI, Evaldo, *A Fundação de Florianópolis*, Florianópolis, Edeme Ind. Editorial e Gráfica, 1973.
- PEDRO, Joana Maria, Et al, *Negro em Terra de Branco*, Porto Alegre, Editora Mercado Aberto, 1988.
- PENNA, Clemente Gentil, *Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas da escravidão (1850-1888)*, Dissertação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2005;
- PENNA, Clemente Gentil, *Vivendo sobre si - Estratégias de liberdade das populações de origem africana na ilha de Santa Catarina (1870-1888)*, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2001;
- PEREIRA, Carlos da Costa, *A revolução federalista de 1893 em Santa Catarina*, Florianópolis, Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.
- PEREIRA, Nereu do Vale, *Ilha de Santa Catarina, espaço, tempo e gente*, Florianópolis, IHGSC, 2002.
- PIAZZA, Maria de Fátima Fontes, *A invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina*, Tese de Mestrado em História pela Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 1978.
- PIAZZA, Walter, *A igreja em Santa Catarina: notas para sua historia*, Florianópolis, Secretaria de Educação e Cultura, 1977.
- PIAZZA, Walter, *A colonização de Santa Catarina*, Florianópolis, Lunardelli, 1994.
- PIAZZA, Walter, *A epopeia açórico-madeirense (1747-1756)*, Florianópolis, Ed. da UFSC/Ed. Lunardelli, 1992.
- PIAZZA, Walter, *A escravidão negra numa economia periférica*, Florianópolis, Guarapuvu, 1999.
- PIAZZA, Walter, *Dicionario politico catarinense*, Florianópolis, Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.
- PIAZZA, Walter, *O Brigadeiro José da Silva Paes: estruturador do Brasil meridional*, Florianópolis/Rio Grande-RS, Ed. da UFSC/ Ed. da FURG, 1988.
- PIAZZA, Walter, *O escravo numa economia minifundiária*, São Paulo, Resenha Universitária, 1975.
- PIAZZA, Walter, *Santa Catarina: História da gente*, Florianópolis, Lunardelli, 1983.
- PRADO Jr., Caio, *A Revolução Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1978.
- PRADO Jr., Prado, *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Brasiliense, 1977.
- RABELATTO, Martha, *Fugas de escravos e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX*, Dissertação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2006.

RAMPINELLI, Waldir José, (org.) *História e Poder: A reprodução das elites em Santa Catarina*, Florianópolis, Ed. Insular, 2003.

REIS, José Carlos, Anos 1960: Caio Prado Jr. e "A Revolução Brasileira", *Revista Brasileira de História*, 1999, vol.19, n. 37.

RUIZ, Ricardo Muniz de, Sistema Agrário, *Demográfico da Escravidão e Família Escrava em Itaguaçu, século XIX, 1820-1882*, Dissertação de Mestrado em História na Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, 1997.

SAINT-HILAIRE, Auguste, *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*, São Paulo, Itatiaia Editora, 1978.

SAINT-HILAIRE, Auguste, *Viagem à Província de Santa Catharina (1820)*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1936.

SAMPAIO, Patrícia Maria, *Os fios da Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880*. Manaus, Universidade do Amazonas, 1997.

SANTIAGO, Theo(org), *América Colonial*, Rio de Janeiro, Palas, 1975.

SANTOS, Carina Santiago dos, *Experiências de afrodescendentes em Desterro nas últimas décadas da escravidão*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2005;

SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira dos, *Vida e Trabalho na Floresta. Uma análise da interação entre imigrantes e a floresta nas colônias do Vale do Itajaí e norte de Santa Catarina durante a segunda metade do século XIX*, Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2004.

SANTOS, Ronaldo Marques dos, *A distribuição da riqueza na economia cafeeira paulista*, São Paulo, IPE/FINEP, 1980.

SANTOS, Silvio Coelho dos, *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*, Florianópolis, Edeme, 1973.

SCHEFFER, Rafael Cunha, *Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888*, Dissertação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2006.

SCHMITZ, Sérgio, *Bancos Privados e Públicos em Santa Catarina: trajetória de BDE. (contribuição à história bancária catarinense)*, Tese de doutoramento pela Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1991.

SCHUTEL, Duarte, *A República vista do meu canto*, Florianópolis, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

SCHWARTZ, Stuart, *Segredos Internos: Engenho e Escravos na sociedade colonial, 1550-1835*, São Paulo, Cia. Das Letras, 1988.

SERPA, Élio, *Igreja e Poder Em Santa Catarina*, Florianópolis, Ed. UFSC, 1997.

SERPA, Ivan Carlos, *Os engenhos de Limeira: história e memória da imigração italiana no Vale do Itajaí-Mirim*, Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1998.

SILVA, Adalberto Ribeiro da, *Ponte Hercílio Luz: Um olhar sobre o Jornal República (1920-1926) e sua relação com a construção da ponte e do mito*, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2007.

SILVA, Denize, *Plantadores de raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888*, Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2004.

SILVA, Haroldo Silis Mendes da, *Carroceiros, quitandeiros, marinheiros, pombeiros e outras agências: Trabalho e sobrevivência de africanos e afrodescentes em Desterro na década da Abolição (1880-1888)*, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2001;

SILVA, Sheyla Faria da, *A construção de Fortunas na estância escravocrata, 1850-1888, II Seminário Regional do Centro de Estudos do Oitocentos*, São João Del Rey, Centro de Estudos do Oitocentos/UFSJ, 2004.

SIMÃO, Maristela dos Santos, *Lá vem o dia, Lá vem a Virge Maria, agora e na hora da nossa morte. A Irmandade de Nossa Senhora do Desterro e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro -1860/1880*, Editora Casa Aberta, Itajaí, 2008

SIMÃO, Maristela dos Santos, *Lá vem o dia, Lá vem a Virge Maria, agora e na hora da nossa morte. A Irmandade de Nossa Senhora do Desterro e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro -1860/1880*, Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2006;

SIMONI, Karine, *Além da Enxada a Utopia: a colonização italiana no Oeste Catarinense*, Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2003.

SIQUEIRA, Lucilia, *Bens e Costumes na Mantiqueira: Socorro no prelúdio da cafeicultura paulista: 1840-1895*, Tese de Doutorado em História pela Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1999.

SLENES, Robert, *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*, Tese de doutorado em História. Stanford University, Stanford. 1976.

SOARES, Leonel de Oliveira, *No caminho dos Goiaes: Formação e desenvolvimento da economia escravista na Mogi-Mirim no século XIX*, Dissertação de Mestrado em História pela Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck, *História da Burguesia Brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.

TEIXEIRA, Heloísa Maria, *Reprodução e famílias escravas em Marianna, 1850-1888*, Dissertação de Mestrado em História pela Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2001.

VACA, Alvar Nunes Cabeza de, *Naufrações e Comentários*, Porto Alegre, L&PM, 1999.

VÁRZEA, Virgílio, *Santa Catarina: a ilha*, Florianópolis, IOESC, 1984.

VERSIANI, Flávio Rebelo e VERGOLINO, José Raimundo, *Posse de Escravos e estrutura de ativos no agreste e sertão de Pernambuco: 1777-1887*, Estudos Econômicos, v. 33, nº 2, abr/jul 2003.

VOIGT, André Fabiano, *Imigrantes entre a Cruz e a Espada, Imigração alemã, confissão religiosa e cidadania no Vale do Itajaí/SC (1847 – 1863)*, Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1999.

VOIGT, Márcio Roberto, *Imigração e Cultura Alemã no Vale do Itajaí. Educação, Religião e Sociedades na História de Timbó/S.C. (1869 – 1939)*, Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1996.

WAGNER, Ana Paula, *Diante da liberdade: um estudo sobre libertos da Ilha de Santa Catarina, na segunda metade do século XIX*, Dissertação em História pela Universidade Federal do Paraná – UFSC, Florianópolis, 2002.

WEHLING, Arno, *Formação do Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.

WISSEMBACH, Maria Cristina, *Sonhos africanos, vivências ladinas*, São Paulo, Ed. Hucitec, 1998.

ZEFERINO, Augusto César, et al. Velhos Caminhos Novos. Resgate histórico-geográfico dos caminhos da Ilha de Santa Catarina, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, IHGSC, 1998.

Número	Ano	Inventariado	Monte Mór	Escravos	Propriedades	Dinheiro	Apólices	Dívida Activa	Dívida Passiva	Número de Cativos	Número de Propriedades
1	1860	Candido Jose Francisco Gularf	6.461.740	3.400.000	1.500.000	600.000	0	0	87.920	6	3
2	1860	Floriana Augusta Noronha	14.500.000	14.500.000	0	0	0	0	0	11	0
3	1860	Genorosa Maria Capistrano	7.914.000	0	6.400.000	0	0	0	1.119.200	0	4
4	1860	Isidora Rosa Silva	10.218.819	1.560.000	2.825.600	0	0	4.640.579	276.860	4	2
5	1860	Joaquim José Teixeira Guimarães	2.906.689	610.000	0	0	0	0	0	1	0
6	1860	Silverio Ferraz Pinto de Sá	45.370.180	5.750.000	28.800.000	0	0	6.217.460	3.639.945	6	4
7	1861	Anna Bernadina da Cunha	1.548.000	80.000	1.380.000	0	0	0	56.510	1	2
8	1861	Bibiana Teixeira Becker	1.501.000	0	1.500.000	0	0	0	61.800	0	1
9	1861	Francisco José Dias Formiga	16.936.523	3.850.000	8.500.000	0	0	850.313	15.580	5	2
10	1861	João Antonio Martim Braga	7.191.590	1.550.000	5.250.000	0	0	133.080	358.900	2	8
11	1861	Joaquim José Ribeiro Maiato	21.258.500	11.080.000	8.400.000	0	0	1.050.000	174.000	16	7
12	1861	José Manoel Soares	24.541.840	5.100.000	18.892.000	0	0	836.000	0	8	7
13	1861	Jose Pinto da Rocha	7.476.548	0	1.000.000	0	0	447.200	0	0	1
14	1861	Laurentino Elloy de Medeiros	6.767.680	2.100.000	3.997.000	0	0	0	2.380.680	3	5
15	1861	Manoel Joaquim dos Santos	427.560	0	400.000	0	0	0	0	0	1

Número	Ano	Inventariado	Monte Mór	Escravos	Propriedades	Dinheiro	Apólices	Dívida Activa	Dívida Passiva	Número de Cativos	Número de Propriedades
16	1861	Manoel Lomen Coelho	12.216.380	4.700.000	3.534.000	40.000	0	3.165.500	432.490	4	5
17	1861	Manoel Luis da Silva Leal	12.429.560	7.900.000	4.100.000	150.000	0	0	477.420	7	2
18	1861	Manoel Pinto Portela	31.053.568	4.350.000	2.340.000	693.000	0	19.879.968	0	9	2
19	1861	Maria Amalia da Luz	99.826.890	5.900.000	30.000.000	0	0	0	0	5	3
20	1861	Maria Francisca da Silva	15.678.100	5.600.000	3.000.000	0	0	0	400.000	6	1
21	1861	Maria Rita Conceição	2.189.300	0	1.800.000	0	0	85.580	186.000	0	2
22	1862	Joaquim Caetano da Silva	13.028.160	1.980.000	9.150.000	1.018.460	0	388.450	0	4	6
23	1862	Julianna Rosa de Jesus	3.920.000	0	3.820.000	0	0	0	0	0	7
24	1862	Teresa de Jesus	400.000	0	400.000	0	0	0	79.700	0	1
25	1863	Felizarda Amalia da Costa Brocardo	9.864.080	1.050.000	5.550.000	0	0	0	3.288.026	3	3
26	1863	Francisco Candido de Mello	7.321.500	6.100.000	1.200.000	0	0	0	549.600	4	1
27	1863	Gabriel Antonio de Carvalho	1.677.306	0	1.750.000	0	0	0	148.636	0	2
28	1863	Jacinda Faustina da Silveira	2.320.300	400.000	1.666.000	0	0	0	0	2	4
29	1863	Maria Eugenia Pons	6.500.000	0	6.500.000	0	0	0	0	0	1
30	1864	Antonio Rodrigues da Silva	3.228.000	2.200.000	1.000.000	0	0	0	171.000	2	1
31	1864	Joaquim de Almeida Coelho	18.002.710	2.400.000	14.000.000	0	0	0	4.850.629	4	2

Número	Ano	Inventariado	Monte Mór	Escravos	Propriedades	Dinheiro	Apolices	Dívida Activa	Dívida Passiva	Número de Cativos	Número de Propriedades
32	1864	Joaquim Sabino da Silva	11.378.800	2.600.000	8.000.000	0	0	0	3.000.000	3	2
33	1864	Maria Perpetua de Souza	22.900.000	3.400.000	19.500.000	0	0	0	0	7	2
34	1864	Rita de Cassia Luiza da Silva Poyção	2.121.000	0	2.100.000	0	0	0	166.050	0	2
35	1865	Antonio Coutinho	1.795.280	0	800.000	0	0	0	154.280	0	1
36	1865	Antonio Vieira d'e Aguiar	1.414.520	250.000	1.100.000	0	0	0	0	1	1
37	1865	Joana Francisca da Conceição	2.906.081	0	1.600.000	0	0	0	0	0	1
38	1865	João Sehnior	2.614.200	0	3.000.000	0	0	0	1.827.500	0	1
39	1865	Maria Francisca da Conceição	750.000	0	750.000	0	0	0	47.000	0	2
40	1865	Mariana Antonia Jesus	895.000	50.000	800.000	0	0	0	0	1	1
41	1865	Ricardo José Sousa	1.614.600	550.000	1.100.000	0	0	0	209.930	1	1
42	1865	Rita Joaquina da Silva	3.886.260	820.000	2.900.000	0	0	0	392.308	3	2
43	1865	Sergio Lopes Falcão	11.183.592	0	0	10.634.270	0	4.643.370	783.713	0	0
44	1865	Thomaz dos Santos	30.160.000	3.600.000	14.500.000	0	0	0	0	3	3
45	1865	Zefinnio José Pinheiro	3.719.030	650.000	0	0	0	3.719.030	464.800	1	0
46	1866	Amaro José Pereira	32.442.636	850.000	22.860.002	0	0	8.285.696	9.169.046	3	22
47	1866	Antonio Joaquim de Almeida Coelho	1.300.000	6.010.000	210.000	0	0	0	134.240	4	1

Número	Ano	Inventariado	Monte Mór	Escravos	Propriedades	Dinheiro	Apólices	Dívida Activa	Dívida Passiva	Número de Cativos	Número de Propriedades
48	1866	Antonio José da Silva	23.162.414	0	647.500	13.874.276	0	8.640.638	8.266.224	0	3
49	1866	Candido Hermenegildo Pinto	1.715.240	600.000	0	0	0	823.200	0	1	0
50	1866	Domasia Caetana de Jesus	2.200.000	0	1.600.000	0	0	1.600.000	42.000	0	1
51	1866	Domingos de Barros	1.746.000	0	2.100.000	0	0	0	212.930	0	2
52	1866	Francisco Antonio da Rosa	2.746.300	0	2.500.000	0	0	0	766.786	0	1
53	1866	Hermiteo Caetano da Silva	1.164.462	0	959.964	38.880	0	0	160.000	0	2
54	1866	João Pinto da Luz	156.264.369	7.000.000	39.000.000	10.700.300	29.088.000	64.447.829	12.217.610	10	4
55	1866	João Ricardo Pinto	5.188.940	0	3.528.000	0	0	0	0	0	5
56	1866	José Raphael	542.670	0	0	0	0	0	16.000	0	0
57	1866	Luiz Demoso	9.036.951	1.200.000	5.800.000	0	0	1.885.791	3.536.500	2	2
58	1866	Manoel Dos Santos Barbosa	2.322.500	0	1.700.000	0	0	0	313.830	0	2
59	1866	Maria Lucinda Julia	2.170.000	120.000	2.050.000	0	0	0	793.370	1	3
60	1867	Genoveva Maria de Barcellos	3.596.250	1.150.000	854.000	0	0	0	223.360	4	4
61	1867	Ignacia Maria de Jesus Pons	16.043.009	450.000	8.000.000	0	0	908.009	1.228.696	2	3
62	1867	Ignacia Rosa de Jesus	1.481.800	0	1.000.000	0	0	0	99.920	0	1
63	1867	Jacinta Maria de Jesus	1.000.000	0	1.000.000	0	0	0	646.360	0	1
64	1867	Manoel Fonseca Paiva	1.367.320	840.000	600.000	0	0	0	79.920	3	1
65	1868	Carlota Bernadina da Silva	3.337.360	1.500.000	1.700.000	0	0	0	578.620	5	2

Número	Ano	Inventariado	Monte Mór	Escravos	Propriedades	Dinheiro	Aplices	Dvida Activa	Dvida Passiva	Número de Cativos	Número de Propriedades
66	1868	Felicidade Ignacia de Sousa	2.500.000	0	2.500.000	0	0	0	0	0	1
67	1868	Joaquim D'Avila	629.440	200.000	400.000	0	0	0	0	1	1
68	1868	Joaquim Duarte Silva	8.403.000	1.300.000	7.000.000	0	0	0	0	2	1
69	1868	Maria Candida do Espirito Santo	7.224.200	3.650.000	3.300.000	0	0	0	0	12	2
70	1868	Maria Rosa de Almeida	4.453.144	0	4.000.000	183.644	0	260.500	416.640	0	2
71	1869	Antonio Francisco de Faria	61.725.643	4.780.000	41.450.000	0	0	18.646.979	498.660	12	15
72	1869	Jacinto José da Luz	146.683.674	11.500.000	27.000.000	10.007.738	0	78.569.910	0	16	2
73	1869	João Bernardo de Sousa	3.000.000	0	3.000.000	0	0	0	353.670	0	5
74	1869	João Pinto da Luz	4.267.120	800.000	2.800.000	0	0	0	2.674.200	1	2
75	1869	José Pereira Lisboa	1.811.530	600.000	1.000.000	0	0	0	440.620	1	1
76	1870	Alexandre Ignacio da Silva	20.201.500	2.000.000	10.500.000	800.000	0	6.350.000	0	2	15
77	1870	Andre Isette	45.698.220	0	29.200.000	0	0	13.773.220	0	0	13
78	1870	Jacinto Antonio Godinchi	7.505.000	1.800.000	5.500.000	0	0	0	5.117.870	3	1
79	1870	Margarida Antonia da Silveira	5.041.200	2.400.000	2.560.001	0	0	0	558.841	6	4
80	1870	Maria Flor de Lis Caldas	3.100.000	0	3.500.000	0	0	0	0	0	6
81	1870	Moises Lino da Silva	8.505.333	0	0	0	8.505.333	0	0	0	0
82	1871	Carolina Walker Formiga	3.800.000	900.000	2.800.000	0	0	0	0	2	1
83	1871	Eleuterio Francisco de Souza	41.991.408	7.200.000	32.392.000	0	0	540.000	18.705.595	12	15
84	1871	João Francisco Andrade	780.000	0	780.000	0	0	0	114.000	0	2
85	1871	José Silveira de Sousa	3.283.400	800.000	2.560.000	0	0	0	0	3	3

Número	Ano	Inventariado	Monte Mór	Escravos	Propriedades	Dinheiro	Apólices	Dívida Activa	Dívida Passiva	Número de Cativos	Número de Propriedades
86	1871	Lucinda da Rosa de Souza	6.536.000	600.000	7.110.000	0	0	0	3.466.350	2	11
87	1871	Manoel Antonio Pereira Malheira	9.299.650	3.850.000	0	0	0	4.056.866	3.618.489	9	0
88	1871	Maria Cascaes	1.383.333	0	1.950.000	0	0	0	0	0	4
89	1871	Maria Magdalena de Jezuz	1.024.911	0	0	973.411	0	0	174.000	0	0
90	1871	Maria Pêrpetua de Souza e Silva	45.578.560	0	25.200.000	0	23.000.000	0	0	0	3
91	1871	Martins da Silva Braga	1.213.000	450.000	750.000	0	0	0	214.000	1	2
92	1871	Rita Fernandes de Jesus	1.451.000	1.000.000	0	0	0	0	0	5	0
93	1871	Silvana Joaquina de Oliveira Tavares	1.406.000	0	1.310.000	0	0	0	133.790	0	1
94	1872	Amalia Candida de Lima	1.576.520	1.100.000	0	0	0	0	390.050	2	0
95	1872	Amalia Nicolichs Luz	18.716.400	800.000	12.000.000	5.600.000	0	0	0	1	3
96	1872	José Antonio Pinheiro	1.085.000	0	700.000	0	0	0	117.660	0	1
97	1872	José Becker	775.133	0	600.000	175.133	0	0	670.790	0	1
98	1872	Libania Maria das Dores Cunha	2.352.036	0	1.700.000	0	0	0	0	0	2
99	1872	Manoel Luiz dos Santos	1.280.000	0	1.280.000	0	0	0	358.000	0	2
100	1873	Antonio Caetano de Souza	12.857.530	0	8.500.000	0	0	4.153.530	9.678.886	0	1
101	1873	Firmino José de Espindola	3.766.800	900.000	250.000	0	0	0	316.710	2	1
102	1873	Joaquina Maria da Conceição	500.000	0	500.000	0	0	0	0	0	1
103	1873	José Souza Amorim	6.624.695	300.000	3.870.000	2.454.695	0	0	0	1	2
104	1873	Maria José Alves	574.500	0	400.000	0	0	0	225.200	0	1
105	1873	Rosa Margarida Lopes da Silva	1.608.000	0	1.500.000	0	0	0	0	0	1

Número	Ano	Inventariado	Monte Mór	Escravos	Propriedades	Dinheiro	Apólices	Dívida Activa	Dívida Passiva	Número de Cativos	Número de Propriedades
106	1874	Francisco Antonio da Silva	12.354.650	4.240.000	5.300.000	700.000	0	1.883.450	925.902	11	4
107	1875	Antonio Joaquim Souza	4.813.222	0	4.009.000	0	0	236.632	2.186.722	0	4
108	1875	Augusto Fausto da Luz	11.535.600	0	10.000.000	500.000	0	0	183.880	0	1
109	1875	Estanislau Valeiro da Conceição	36.668.782	3.000.000	32.909.000	0	0	0	10.639.395	4	4
110	1875	Maria Bernardina de Bittencourt	6.746.833	300.000	4.300.000	410.000	0	1.450.000	0	1	3
111	1875	Mariana de Albuquerque Vidal	3.628.015	0	0	0	3.000.000	628.015	143.720	0	0
112	1875	Narciso José Duarte	966.700	0	400.000	0	0	0	0	0	1
113	1875	Pedro Coursen	72.420.881	0	2.705.000	4.315.800	0	38.897.210	0	0	1
114	1875	Rita Carolina da Silva	484.000	0	150.000	0	0	0	0	0	1
115	1875	Thomas Silveira de Souza	31.951.540	1.150.000	12.800.000	5.350.000	0	11.459.000	0	3	4
116	1876	José Chavier Pacheco	2.600.000	0	2.600.000	0	0	0	0	0	2
117	1876	Marcelina Catharina de Jezuz	14.238.580	0	10.320.000	0	0	0	0	0	10
118	1876	Maria Luisa de Jesus	466.000	0	420.000	0	0	0	0	0	1
119	1877	Marianno José da Costa	20.948.740	0	9.500.000	0	0	0	5.175.491	0	2
120	1877	Americo Ignacio da Silva	303.000	0	222.000	0	0	0	18.120	0	1
121	1877	Candida Maria das Dores	730.000	0	730.000	0	0	0	41.520	0	1
122	1877	Carlos Molkman	17.886.200	1.100.000	5.000.000	0	0	10.500.000	876.650	4	1
123	1877	Domingos Gonçalves Leitão	26.364.512	800.000	17.000.000	71.000	0	7.672.132	884.820	2	10
124	1877	Francisco José Pacheco	3.434.480	0	2.830.000	0	0	0	0	0	4
125	1877	Henriqueta Amalia da Cunha Brinhoa	11.500.000	700.000	7.579.000	0	0	1.500.000	1.442.000	2	4

Número	Ano	Inventariado	Monte Mór	Escravos	Propriedades	Dinheiro	Apólices	Dívida Activa	Dívida Passiva	Número de Cativos	Número de Propriedades
126	1877	Ignacio José de Abreu	17.909.785	0	0	7.871.812	0	9.726.467	11.672.106	0	0
127	1877	José Antonio da Luz	11.872.096	0	6.500.000	0	0	0	0	0	2
128	1877	Anna Thomazia da Costa de Moraes	4.560.000	0	4.500.000	0	0	0	0	0	2
129	1877	Maria Adelaide Setubal Ferraz	10.240.216	700.000	0	0	0	9.205.210	9.122.000	1	0
130	1877	Maria Das Dores Soares de Souza	3.509.000	0	3.100.000	0	0	0	0	0	3
131	1877	Maria do Espirito Santo	2.074.000	0	1.550.000	0	0	174.000	132.000	0	4
132	1877	Nicolau Izetto	13.493.834	600.000	38.200.000	0	0	2.036.421	5.150.486	2	11
133	1877	Rebecca Margaritha Lubbens	38.698.250	0	0	0	0	18.025.084	0	0	0
134	1878	João Klettenberg	5.413.900	0	5.000.000	0	0	0	400.000	0	1
135	1878	Joaquim Francisco das Chagas	647.000	0	600.000	0	0	0	0	0	1
136	1878	Jovito Duarte Silva	4.177.000	0	4.150.000	0	0	0	0	0	2
137	1878	Manoel de Freitas Sampaio	5.259.000	350.000	4.800.000	0	0	0	1.605.790	1	1
138	1879	Amalia Maria do Vale Caldas	14.571.093	1.000.000	12.521.093	0	0	0	1.637.680	3	3
139	1879	Ana Joaquina de Cerqueira	406.500	0	400.000	0	0	0	0	0	1
140	1879	Ana Maria da Silveira Bastos	34.700.795	3.800.000	22.000.000	0	0	5.671.095	0	4	3
141	1879	Benigno Bento Rodrigues	1.020.000	0	480.000	280.000	0	0	61.700	0	1
142	1879	Emilio Diogenes d'Oliveira	700.000	600.000	0	0	0	0	574.000	1	0
143	1879	Francisco de Santa Anna e Oliveira	12.553.500	0	12.200.000	0	0	0	4.834.210	0	4
144	1879	Jacinto Correa de Melo	300.000	0	300.000	0	0	0	0	0	1
145	1879	João Pedro Carreirão	13.883.001	0	6.100.000	0	0	6.501.845	6.941.500	0	3

Número	Ano	Inventariado	Monte Mór	Escravos	Propriedades	Dinheiro	Apólices	Dívida Activa	Dívida Passiva	Número de Cativos	Número de Propriedades
146	1879	João Vieira de Aguiar	9.684.200	1.850.000	7.500.000	0	0	0	0	4	2
147	1879	Joaquim da Silva Ramalho	50.483.241	1.150.000	33.251.000	217.743	0	14.164.958	71.446.524	3	11
148	1879	José Antonio da Mota	32.721.660	800.000	27.650.000	0	0	0	0	4	7
149	1879	José Bernardo Ferreira Brocardo	31.321.200	1.000.000	0	0	8.000.000	13.000.000	3.675.421	2	0
150	1879	Josefa Martins de Macedo e Almeida	2.693.460	2.350.000	0	210.000	0	503.220	0	3	0
151	1879	Juvenicio Duarte Silva	4.199.000	0	3.935.000	0	0	0	0	0	2
152	1879	Manoel de Almeida Valga	162.513.930	1.230.000	45.677.700	13.133.660	0	112.197.371	1.733.540	8	5
153	1879	Manoel Francisco de Oliveira	25.458.420	1.600.000	10.900.000	0	7.000.000	6.958.420	0	6	4
154	1879	Patricio José da Silveira	3.011.500	1.800.000	1.200.000	0	0	0	403.050	2	1
155	1879	Thomaz Pedro de Bittencourt Cotsim	25.437.000	500.000	0	0	23.507.630	0	572.370	1	0
156	1879	Ubrico Haerberle	20.042.200	0	6.000.001	328.200	0	13.107.810	643.300	0	4
157	1880	Bertha Hoepke	11.950.000	0	10.000.000	1.240.000	0	0	0	0	1
158	1880	Guilhermina Rersten	3.274.000	0	3.000.000	0	0	0	0	0	4
159	1880	Joaquim Antonio Motta	373.800	0	300.000	0	0	0	7.500	0	1
160	1880	José da Silva Pereira	29.242.000	1.000.000	28.000.000	0	0	0	0	4	3
161	1880	Sebastião de Souza e Melo	17.075.820	500.000	6.500.000	3.902.000	2.700.000	3.322.250	525.390	1	4
162	1880	Maria Caetano de Oliveira	380.000	0	350.000	0	0	0	0	0	1
163	1880	Pedro Kiefer	9.637.950	4.100.000	3.800.000	0	0	1.535.250	0	5	4
164	1880	Rosalina Vilela Paes Lemos	4.490.000	0	1.800.000	0	0	0	0	0	1

SC	1847	1848	1849	1850	1851	1852	1853	1854	1855	1856
Importação	42.605	64.032	85.455	18.532	17.506	41.514	37.354	81.338	53.925	39.856
Exportação	143.526	128.055	92.138	114.495	60.349	140.906	192.341	158.083	266.183	219.920
Resultado	100.921	64.023	6.683	95.963	42.843	99.392	154.987	76.745	212.258	180.064
Total	186.131	192.087	177.593	133.027	77.855	182.420	229.695	239.421	320.108	259.776
BRASIL	1847	1848	1849	1850	1851	1852	1853	1854	1855	1856
Importação	55.740.019	47.574.430	51.664.683	59.263.244	76.003.605	92.860.121	87.332.156	85.838.753	85.170.258	92.786.942
Exportação	52.449.452	57.924.910	56.267.177	55.094.260	66.120.604	66.640.304	73.644.724	76.842.490	90.698.613	94.432.478
Resultado	-3.290.567	10.350.480	4.602.494	-4.168.984	-9.883.001	-26.219.817	-13.687.432	-8.996.263	5.528.355	1.645.536
Total	108.189.471	105.499.340	107.931.860	114.357.504	142.124.209	159.500.425	160.976.880	162.681.243	175.868.871	187.219.420
%	1847	1848	1849	1850	1851	1852	1853	1854	1855	1856
Importação	0,08%	0,13%	0,17%	0,03%	0,02%	0,04%	0,04%	0,09%	0,06%	0,04%
Exportação	0,27%	0,22%	0,16%	0,21%	0,09%	0,21%	0,26%	0,21%	0,29%	0,23%
Resultado	-3,07%	0,62%	0,15%	-2,30%	-0,43%	-0,38%	-1,13%	-0,85%	3,84%	10,94%
Total	0,17%	0,18%	0,16%	0,12%	0,05%	0,11%	0,14%	0,15%	0,18%	0,14%
SC	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866
Importação	25.864	109.031	163.668	175.962	291.886	213.241	291.648	443.700	424.975	449.246
Exportação	99.673	127.072	120.341	202.414	142.371	83.038	107.368	153.307	281.994	518.362
Resultado	73.809	18.041	-43.327	26.452	-149.515	-130.203	-184.280	-290.393	-142.981	69.116
Total	125.537	236.103	284.009	378.376	434.257	296.279	399.016	597.007	706.969	967.608
BRASIL	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866
Importação	125.226.759	130.440.173	127.722.619	113.027.990	123.720.345	110.531.189	99.172.708	125.685.075	131.746.341	137.766.842
Exportação	114.546.981	96.247.163	106.813.180	112.957.972	123.171.163	120.710.912	122.479.996	131.151.082	141.083.446	137.087.558
Resultado	-10.679.778	-34.193.010	-20.909.439	-70.018	-549.182	10.179.723	23.307.288	5.466.007	9.337.105	-679.284
Total	239.773.740	226.687.336	234.535.799	225.985.962	246.891.508	231.242.101	221.652.704	256.836.157	272.829.787	274.854.400
%	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866
Importação	0,02%	0,08%	0,13%	0,16%	0,24%	0,19%	0,29%	0,35%	0,32%	0,33%
Exportação	0,09%	0,13%	0,11%	0,18%	0,12%	0,07%	0,09%	0,12%	0,20%	0,38%
Resultado	-0,69%	-0,05%	0,21%	-37,78%	27,23%	-1,28%	-0,79%	-5,31%	-1,53%	-10,17%
Total	0,05%	0,10%	0,12%	0,17%	0,18%	0,13%	0,18%	0,23%	0,26%	0,35%

SC	1867	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876
Importação	630.912	490.849	637.526	685.229	363.843	561.671	605.903	543.752	678.217	604.117
Exportação	490.830	415.819	361.608	523.085	319.209	503.262	283.519	190.093	212.517	332.875
Resultado	-140.082	-75.030	-275.918	-162.144	-44.634	-58.409	-322.384	-353.659	-465.700	-271.242
Total	1.121.742	906.668	999.134	1.208.314	683.052	1.064.933	889.422	733.845	890.734	936.992
BRASIL	1867	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876
Importação	143.145.583	138.258.938	168.510.288	168.243.703	162.391.098	155.724.525	158.466.804	152.741.200	167.540.181	172.464.484
Exportação	156.253.622	181.751.384	207.722.633	197.057.193	167.936.037	190.665.935	214.927.080	189.698.264	208.494.257	183.819.288
Resultado	13.108.039	43.492.446	39.212.345	28.813.490	5.544.939	34.941.410	56.460.276	36.957.064	40.954.076	11.354.804
Total	299.399.205	320.010.322	376.232.921	365.300.896	330.327.135	346.390.460	373.393.884	342.439.464	376.034.438	356.283.772
%	1867	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876
Importação	0,44%	0,36%	0,38%	0,41%	0,22%	0,36%	0,38%	0,36%	0,40%	0,35%
Exportação	0,31%	0,23%	0,17%	0,27%	0,19%	0,26%	0,13%	0,10%	0,10%	0,18%
Resultado	-1,07%	-0,17%	-0,70%	-0,56%	-0,80%	-0,17%	-0,57%	-0,96%	-1,14%	-2,39%
Total	0,37%	0,28%	0,27%	0,33%	0,21%	0,31%	0,24%	0,21%	0,24%	0,26%
SC	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886
Importação	776.320	793.731	949.900	943.100	573.200	813.126	1.311.983	1.332.281	997.379	1.040.118
Exportação	254.306	402.413	276.800	309.500	256.400	503.393	721.682	846.828	708.379	1.025.466
Resultado	-522.014	-391.318	-673.100	-633.600	-316.800	-309.733	-590.301	-485.453	-289.000	-14.652
Total	1.030.626	1.196.144	1.226.700	1.252.600	829.600	1.316.519	2.033.665	2.179.109	1.705.758	2.065.584
BRASIL	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886
Importação	156.278.248	164.502.381	163.392.700	173.615.300	179.668.000	182.251.691	183.861.001	194.222.484	178.431.013	197.501.530
Exportação	204.405.180	186.011.979	206.455.700	222.351.700	230.963.900	209.831.448	195.498.600	202.434.775	236.269.634	194.961.619
Resultado	48.126.932	21.509.598	43.063.000	48.736.400	51.295.900	27.579.757	11.637.599	8.212.291	57.838.621	-2.539.911
Total	360.683.428	350.514.360	369.848.400	395.967.000	410.631.900	392.083.139	379.359.601	396.657.259	414.700.647	392.463.149
%	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886
Importação	0,50%	0,48%	0,58%	0,54%	0,32%	0,45%	0,71%	0,69%	0,56%	0,53%
Exportação	0,12%	0,22%	0,13%	0,14%	0,11%	0,24%	0,37%	0,42%	0,30%	0,53%
Resultado	-1,08%	-1,82%	-1,56%	-1,30%	-0,62%	-1,12%	-5,07%	-5,91%	-0,50%	0,58%
Total	0,29%	0,34%	0,33%	0,32%	0,20%	0,34%	0,54%	0,55%	0,41%	0,53%

PROVINCIA	1850	1851	1852	1853	1854	1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863	1864	1865
Corte	50,0%	56,2%	56,2%	51,5%	54,9%	53,1%	52,9%	48,3%	51,1%	53,3%	58,5%	54,1%	50,6%	50,3%	46,2%	51,1%
Pernambuco	15,3%	12,5%	13,2%	15,6%	13,3%	16,3%	13,8%	17,3%	17,2%	15,2%	10,7%	14,4%	13,5%	13,2%	18,0%	15,7%
Bahia	15,8%	14,5%	14,9%	13,4%	13,0%	13,0%	15,2%	15,3%	13,6%	12,5%	9,0%	12,0%	14,8%	12,7%	12,0%	11,5%
São Pedro	5,4%	5,6%	3,6%	5,4%	4,0%	3,2%	4,4%	4,9%	3,8%	3,4%	6,1%	5,0%	2,9%	3,7%	5,3%	5,2%
Pará	2,6%	3,0%	2,6%	4,0%	4,4%	3,1%	3,1%	2,7%	3,2%	3,7%	4,6%	3,2%	3,3%	4,4%	3,5%	3,6%
São Paulo	1,8%	1,8%	2,3%	2,1%	1,7%	2,0%	1,7%	2,0%	1,3%	2,1%	2,1%	2,3%	3,2%	2,3%	2,1%	1,5%
Maranhão	4,1%	2,7%	2,6%	2,9%	2,8%	3,2%	2,8%	2,7%	3,5%	2,7%	2,5%	2,6%	3,5%	4,9%	4,5%	2,6%
Ceará	0,4%	0,5%	0,8%	0,5%	0,8%	0,9%	0,7%	1,0%	1,1%	1,0%	1,0%	1,2%	1,7%	1,9%	1,6%	2,1%
Rio de Janeiro	2,2%	1,0%	1,3%	1,5%	1,9%	1,5%	1,7%	1,9%	1,6%	1,8%	1,9%	1,9%	1,7%	1,8%	1,6%	1,3%
Minas	0,7%	0,7%	0,7%	1,0%	0,9%	1,0%	0,8%	0,8%	0,5%	0,5%	0,8%	1,0%	1,3%	1,1%	0,8%	0,8%
Paraná					0,8%	0,8%	1,0%	1,2%	0,7%	0,8%	0,7%	0,4%	1,1%	0,8%	0,8%	0,4%
Alagoas	0,6%	0,3%	0,6%	0,5%	0,4%	0,5%	0,5%	0,7%	0,8%	0,5%	0,3%	0,5%	0,8%	0,9%	1,0%	1,3%
Parahiba	0,3%	0,5%	0,5%	0,4%	0,4%	0,6%	0,6%	0,7%	0,6%	0,8%	0,5%	0,6%	0,8%	0,9%	1,1%	1,2%
Santa Catharina	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,4%	0,3%	0,4%
Amazonas						0,1%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Sergipe	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%	0,3%	0,1%	0,3%	0,4%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,4%	0,2%	0,3%
Rio Grande do Norte	0,0%	0,1%	0,0%	0,4%	0,1%	0,3%	0,3%	0,4%	0,3%	0,8%	0,3%	0,1%	0,1%	0,4%	0,6%	0,3%
Piauly	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%	0,1%	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%	0,2%	0,1%	0,3%	0,3%
Mato Grosso	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%
Espirito Santo	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Goyaz	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

VALORES TOTAIS

Freguesia	População Total	População Livre	População Cativa	Homens Livres	Mulheres Livres	Cativos	Cativas	Brasileiros	Estrangeiros	Alfabetizados	Analfabetos	Idade Escolar	Frequentam escolas	Não frequentam escolas	Problemas físicos
Desterro	8.608	7.486	1.122	3.826	3.660	512	610	7.884	724	3.605	5.003	1.647	755	892	65
Santo Antonio	3.015	2.601	414	1.255	1.346	224	190	2.951	64	417	2.598	564	51	513	61
Ribeirão	2.997	2.722	275	1.331	1.391	138	137	2.954	43	196	2.801	616	15	601	41
Rio Vermelho	1.768	1.582	186	767	815	94	92	1.748	20	126	1.642	336	50	286	13
Canasvieiras	3.854	3.469	385	1.748	1.721	256	129	3.842	12	351	3.503	725	114	611	64
Trindade	2.292	2.175	117	994	1.181	51	66	2.271	21	246	2.046	517	90	427	34
Lagoa	3.175	2.734	441	1.256	1.478	254	187	3.137	38	132	3.043	674	7	667	10
Total	25.709	22.769	2.940	11.177	11.592	1.529	1.411	24.787	922	5.073	20.636	5.079	1.082	3.997	288

PROPORÇÃO NA POPULAÇÃO

Freguesia	População Total	População Livre	População Cativa	Homens Livres	Mulheres Livres	Cativos	Cativas	Brasileiros	Estrangeiros	Alfabetizados	Analfabetos	Idade Escolar	Frequentam escolas	Não frequentam escolas	Problemas físicos
Desterro	8.608	86,97%	13,03%	44,45%	42,52%	5,95%	7,09%	91,59%	8,41%	41,88%	58,12%	19,13%	45,84%	54,16%	0,76%
Santo Antonio	3.015	86,27%	13,73%	41,63%	44,64%	7,43%	6,30%	97,88%	2,12%	13,83%	86,17%	18,71%	9,04%	90,96%	2,02%
Ribeirão	2.997	90,82%	9,18%	44,41%	46,41%	4,60%	4,57%	98,57%	1,43%	6,54%	93,46%	20,55%	2,44%	97,56%	1,37%
Rio Vermelho	1.768	89,48%	10,52%	43,38%	46,10%	5,32%	5,20%	98,87%	1,13%	7,13%	92,87%	19,00%	14,88%	85,12%	0,74%
Canasvieiras	3.854	90,01%	9,99%	45,36%	44,65%	6,64%	3,35%	99,69%	0,31%	9,11%	90,89%	18,81%	15,72%	84,28%	1,66%
Trindade	2.292	94,90%	5,10%	43,37%	51,53%	2,23%	2,88%	99,08%	0,92%	10,73%	89,27%	22,56%	17,41%	82,59%	1,48%
Lagoa	3.175	86,11%	13,89%	39,56%	46,55%	8,00%	5,89%	98,80%	1,20%	4,16%	95,84%	21,23%	1,04%	98,96%	0,31%
Total	25.709	88,56%	11,44%	43,48%	45,09%	5,95%	5,49%	96,41%	3,59%	19,73%	80,27%	19,76%	21,30%	78,70%	1,12%

ANEXO F - População por faixa de idade nas freguesias da Ilha de Santa Catarina de acordo com o recenseamento de 1872

TOTALS	< de 10	11 a 20	21 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	61 a 70	71 a 80	81 a 90	91 a 100	> de 100	???	Total
Desterro	2.012	1.843	1.820	1.179	712	530	271	105	34	11	3	18	8.538
Santo Antonio	975	520	510	234	258	208	116	44	10	1	0	0	2.876
Ribeirão	919	692	530	324	253	161	60	21	6	4	0	5	2.975
Rio Vermelho	562	349	306	218	135	108	52	21	8	3	0	1	1.763
Canasvieiras	1.263	898	767	325	224	222	94	30	6	4	3	7	3.843
Trindade	660	570	407	240	185	109	53	20	2	2	0	6	2.254
Lagoa	952	698	591	314	282	191	94	32	10	1	0	2	3.167
Total	7.343	5.570	4.931	2.834	2.049	1.529	740	273	76	26	6	39	25.416

CATIVOS	< de 10	11 a 20	21 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	61 a 70	71 a 80	81 a 90	91 a 100	> de 100	???	Total
Desterro	232	271	226	162	115	64	31	4	1	1	0	6	1.113
Santo Antonio	129	64	70	53	41	26	14	5	2	0	0	0	404
Ribeirão	64	84	63	35	14	10	2	1	0	0	0	2	275
Rio Vermelho	56	57	33	19	8	6	5	2	0	0	0	0	186
Canasvieiras	114	135	69	18	25	9	16	2	0	0	0	1	389
Trindade	19	32	27	15	11	8	2	0	0	1	0	0	115
Lagoa	121	112	91	54	32	16	6	5	0	0	0	0	437
Total	735	755	579	356	246	139	76	19	3	2	0	9	2.919

% CATIVOS	< de 10	11 a 20	21 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	61 a 70	71 a 80	81 a 90	91 a 100	> de 100	???	Total
Desterro	11,53%	14,70%	12,42%	13,74%	16,15%	12,08%	11,44%	3,81%	2,94%	9,09%	0,00%	33,33%	13,04%
Santo Antonio	13,23%	12,31%	13,73%	22,65%	15,89%	12,50%	12,07%	11,36%	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	14,05%
Ribeirão	6,96%	12,14%	11,89%	10,80%	5,53%	6,21%	3,33%	4,76%	0,00%	0,00%	0,00%	40,00%	9,24%
Rio Vermelho	9,96%	16,33%	10,78%	8,72%	5,93%	5,56%	9,62%	9,52%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,55%
Canasvieiras	9,03%	15,03%	9,00%	5,54%	11,16%	4,05%	17,02%	6,67%	0,00%	0,00%	0,00%	14,29%	10,12%
Trindade	2,88%	5,61%	6,63%	6,25%	5,95%	7,34%	3,77%	0,00%	0,00%	50,00%	0,00%	0,00%	5,10%
Lagoa	12,71%	16,05%	15,40%	17,20%	11,35%	8,38%	6,38%	15,63%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	13,80%
Total	10,01%	13,55%	11,74%	12,56%	12,01%	9,09%	10,27%	6,96%	3,95%	7,69%	0,00%	23,08%	11,48%

	1865	1874	1876	1885	1893	1889	1894	Atual
Alecrim	Santa Isabel	Artista Bittencourt						Artista Bittencourt
Alves de Brito		João Pinto						Alves de Brito
Augusta		Barão do Batovi		Marechal Gama D'Eça			16 de maio	João Pinto
Aurea								Visconde de Ouro Preto / Dos Ilhéus
Beco do Quartel								DESAPARECIDA
Bragança		7 de Setembro						7 de Setembro
Cadeia	Constituição				Tiradentes			Tiradentes
Conceição				Saldanha Marinho				Saldanha Marinho
Desterro				Anita Garibaldi				Anita Garibaldi
Espírito Santo								Padre Migueilinho
Figueira								Francisco Tolentino
Governador	Imperador	Tenente Silveira						Tenente Silveira
Iguape					Padre Roma			Padre Roma
Lapa					Nunes Machado			Nunes Machado
Livramento		Trajano Augusto de Carvalho						Trajano
Mato Grosso	Princesa (parte)		Dr. Blumenau					Vitor Konder
Moinhos de VentBela do Senado					República			Felipe Schmidt
Olaria			Dr. Sebastião	José Veiga				Mauro Ramos
Ouvidor					Marechal Deodoro			Deodoro
Palhoça		28 de setembro						Vidal Ramos
Palma		Álvaro de Carvalho						Álvaro de Carvalho
Passeio	Formosa	Senador Mafra						Esteves Junior
Pedreira			Vitor Meirelles					Vitor Meirelles
Praia de Fora		Sant'Anna / São Sebastião						Almirante Lamego / Bocaiúva
Príncipe				Altino Correia				Conselheiro Mafra
Propósito	Paz		Jerônimo Coelho					Jerônimo Coelho
Rosário		Marechal Guilherme						Marechal Guilherme
São Marcos								Altamiro Guimarães

	1865	1874	1876	1885	1893	1889	1894	Atual
São Martinho								DESAPARECIDA
Segredo						Bento Gonçalves		Bento Gonçalves
Tenente Coutinho			Presidente Coutinho					Presidente Coutinho
Travessa que vai para o Forte						Travessa Ratcliff		Travessa Ratcliff
Travessa Vitorino de Menezes				Hoepecke				Hoepecke
Trindade				Padre Joaquim		Arcipreste Paiva		Arcipreste Paiva
Tronqueira		Imperatriz		General Bittencourt				General Bittencourt
Uruguai			Francisco Luis					Almirante Alvim
Vigário								Fernando Machado
Vinagre		Largo 13 de maio		Bulcão Viana				DESAPARECIDA
Bom Jesus das Flores								Pedro Ivo
Fonte Grande								Hercílio Luz
Menino Deus								Menino Deus
Quartéis Velhos								DESAPARECIDA
São Francisco								São Francisco